

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA**

***'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?:***  
**UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM  
NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA**

**GOIÂNIA**

**2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação      Tese

#### 2. Nome completo do autor

PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA

#### 3. Título do trabalho

'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?!': UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM      NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA, Discente**, em 30/03/2021, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Henning, Coordenador de Pós-graduação**, em 31/03/2021, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1369323** e o código CRC **23FAEB71**.

---

Referência: Processo nº 23070.021824/2020-47

SEI nº 1369323

PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA

***'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?:***  
**UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM**  
**NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás como requisito final à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Paula Cristina de Almeida  
'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?!': UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA [manuscrito] / Paula Cristina de Almeida Silva. - 2020.  
CXVIII, 118 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2020.  
Bibliografia. Anexos.  
Inclui siglas, abreviaturas, tabelas.

1. Conjugalidades Lésbicas. 2. Conflitos. 3. Abusividades. 4. Violência Conjugal. 5. Antropologia Urbana. I. Henning, Carlos Eduardo, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 004 da sessão de Defesa de Dissertação de **PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA**, que lhe confere o título de **Mestra em Antropologia Social**, na área de concentração **Antropologia Social**

Aos seis dias do mês de maio de 2020, às 14 horas, por webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de PAULA CRISTINA DE ALMEIDA SILVA, intitulada 'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Carlos Eduardo Henning (PPGAS/UFG/presidente), Luciana de Oliveira Dias (PPGAS/UFG - examinadora interna) e Marcela Carvalho Martins Amaral (FCS/UFG - examinadora externa), tendo como suplentes os professores Camilo Albuquerque de Braz (PPGAS/UFG - suplente externo) e Eliane Gonçalves (FCS/UFG - suplente externa). A candidata apresentou seu trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 14 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados: ( X ) APROVADA ( ) Reprovada. Reaberta a sessão pública, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ele e pelos demais membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Henning, Coordenador de Pós-graduação**, em 31/03/2021, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 31/03/2021, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Carvalho Martins Amaral, Coordenadora de Curso**, em 31/03/2021, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1979143** e o código CRC **22026D7F**.

Referência: Processo nº 23070.021824/2020-47

SEI nº 1979143

## AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras e professores de toda minha vida, desde o ensino primário ao superior. Agradeço às professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG Dr<sup>a</sup>. Camila Azevedo de Moraes Wichers e Dr<sup>a</sup>. Suzane de Alencar Vieira, e aos professores, Dr. Luis Felipe Kojima Hirano e Dr. Alexandre Ferraz Herbetta, por terem ministrado as disciplinas teóricas e de práticas de pesquisa que frequentei durante o mestrado.

Agradeço, de forma especial, ao professor Dr. Carlos Eduardo Henning, orientador desta dissertação, pelas indicações de leitura e incentivo à participação em eventos científicos, também sou grata por seus constantes esforços para que eu recebesse bolsa de estudos e pudesse me dedicar integralmente ao desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço, também, à professora Dr<sup>a</sup>. Marcela Carvalho Martins Amaral e ao professor Dr. Camilo Braz, pelas contribuições no exame de qualificação.

Sou grata às professoras Dr<sup>a</sup>. Luciana de Oliveira Dias e, novamente, à Dr<sup>a</sup>. Marcela Amaral por aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação.

Durante o mestrado compartilhei momentos, angústias e expectativas com pessoas incríveis e é por isso que agradeço, também, à Marta Quintiliano, à Emília Guimarães Mota e ao Tony Boita, por terem sido um suporte tão importante em momentos de desespero e desesperança. Essa galera que também está trabalhando para tornar este um mundo melhor para nós mulheres, LGBTQI+, estudantes e periféricas. Agradeço por terem me ensinado mais sobre empatia, garra e perseverança.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, por sempre terem feito o possível e o impossível para que eu me mantivesse firme em meus estudos. À eles, que acordaram de madrugada por anos pra me acompanhar no trajeto à pé até o ponto de ônibus, buscando me proporcionar segurança e amparo. À eles que, mesmo sem terem o ensino fundamental completo, compreendem a importância dos estudos em minha formação pessoal e profissional e se dedicam com muito esmero para me proporcionar o máximo de segurança e conforto, minha gratidão eterna.

Agradeço à Pollyanna Marques Vaz, a Polly, minha companheira de vida, pela parceria em todas as horas, inclusive nos momentos de extremo desespero e

noites em claro durante a escrita desta dissertação. Agradeço de coração todo seu empenho em me ajudar, me dar ânimo e me incentivar para a conclusão do mestrado e prosseguimento na jornada acadêmica. Agradeço, também, por mesmo com todas suas demandas de estudo e trabalho, ter se empenhado na revisão desta escrita e por ter “quebrado muitos galhos” com as normas da ABNT.

Agradeço à antropóloga Ms. Fátima Regina, a marida, amiga fiel de todas as horas, por ter me conduzido aos caminhos da Antropologia. Desde que nos conhecemos na formação feminista, ainda em 2012, você “deu o *start*” que mudou minha forma de encarar muitas coisas. Manteremos nossas tramas e redes por toda a vida, não tenho dúvidas de que esta pesquisa é também fruto das inquietações que surgiram desde a formação feminista. Agradeço, também, pelo envio de textos, indicação de leituras, e ajuda nas primeiras tentativas de incursões em campo. Agradeço por ter oferecido e emprestado seu computador pessoal, por mais de ano, para que eu pudesse concluir as análises e escrita desta dissertação. Obrigada por sermos família.

Agradeço, também, às amigas Débora Melo e Inês Silva, por sua solidariedade e disposição em me acalantar nos momentos de dificuldade.

Agradeço à Bruna Chamelet, a Charms, pela solidariedade, empatia e por ter ajudado a contactar tantas mulheres. Essencial na costura dessa trama de sapatônica.

Agradeço à Camila Alves, a Camila “Artes”, amiga que conheci aos 45” do segundo tempo, mas que sempre me incentivou a terminar esta escrita e, por diversas vezes, me deu sugestões de como conseguir forças para prosseguir e finalizar este mestrado.

Sou imensamente grata ao Elizeu Pimenta, psicólogo, que diante à situação em que me encontrava, psicológica e financeiramente, me ofertou acompanhamento psicoterapêutico de forma gratuita. Muito obrigada, de coração, seu trabalho salva vidas!

Agradeço ao antropólogo Dr. Marcelo Perilo pela generosidade, carinho e atenção durante nossos diálogos sobre as incertezas durante o processo de finalização desta dissertação.

Muito obrigada à Lara Guimarães, agente de segurança prisional, e ao professor Ms. José MagniDunk, porque no período em que foram meus chefes no presídio, foram compreensivos com minha necessidade de frequentar às aulas no

Campus II da UFG e permitiu que eu reorganizasse meus horários de trabalho, alterando meus horários de entrada e de saída para tornar possível que eu fizesse o mestrado e mantivesse meu emprego.

Agradeço enormemente às interlocutoras desta pesquisa por se abrirem de forma tão íntima, pela confiança em conversar comigo sobre assuntos tão delicados para cada uma, por chorarem comigo, por terem entendido a importância, o poder e a pretensão desta pesquisa. Cada uma de vocês são fantásticas, mulheres de muita fibra.

No curso desta pesquisa de mestrado recebi bolsa de estudos por cinco meses, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) obrigada.

*Ao tomar forçadamente consciência de minha  
própria mortalidade, do que desejava e queria  
de minha vida, durasse o que durasse, as prioridades  
e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa,  
e do que mais me arrependi foi de meus silêncios.*

*O que me dava tanto medo?*

*Questionar e dizer o que pensava podia provocar  
dor, ou a morte. Mas, todas sofremos de tantas  
maneiras todo o tempo, sem que por isso a dor  
diminua ou desapareça.*

*A morte não é mais do que o silêncio final. E pode  
chegar rapidamente, agora mesmo, mesmo antes  
de que eu tenha dito o que precisava dizer.*

*Só havia traído a mim mesma nesses pequenos  
silêncios, pensando que algum dia ia falar,  
ou esperando que outras falassem. E comecei  
a reconhecer uma fonte de poder dentro de mim  
ao dar-me conta de que não devia ter medo,  
que a força estava em aprender a ver o medo  
a partir de outra perspectiva.*

*Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não.*

*Meus silêncios não tinham me protegido.*

*Tampouco protegerá a vocês.*

(Audre Lorde, A Transformação do Silêncio em Linguagem Ação, 1977)

## RESUMO

Nesta dissertação busquei analisar os processos de construção de significados e experiências vividas por mulheres que se relacionam afetivo e sexualmente com outras mulheres. Busquei compreender, também, as narrativas sobre as dinâmicas de estabelecimento da violência e abusividade no âmbito da conjugalidade lésbica. Para isso, realizei entrevistas semi-estruturadas e conversas informais em profundidade com mulheres que viveram relacionamentos lésbicos por elas concebidos, de distintas maneiras, como violentos. Ao todo entrevistei dezessete mulheres, dentre as quais a maioria se definiu como lésbica, como negras (considerando negras as que se identificaram como negra, preta ou parda), além de serem jovens de até 24 anos de idade, goianas, com ensino superior incompleto e viverem com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. Verificou-se que existem diversas e variadas concepções sobre práticas de violências e abusividades em contextos de conjugalidade lésbica, as quais abrangem, principalmente, aspectos físicos, psicológicos e sociais. As violências, abusividades e conflitos revelam-se como local da disputa contínua pelo exercício e resistência ao exercício do poder. As experiências marcadas por violências e abusividades são fortemente marcadas como contextual, relacional e conjuntural. E, portanto, tais experiências comportam uma multiplicidade discursiva e semântica, através de variadas formas de narrar e dar significados. Da experiência de campo emergiu uma espécie de “núcleo central” nas práticas que podem ser entendidas como violências.

**Palavras-chave:** Conjugalidades Lésbicas; Conflitos; Abusividades; Violência Conjugal; Antropologia Urbana.

## **ABSTRACT**

In this dissertation, I sought to know, analyze and write about the significant construction processes and experiences lived by women who relate emotionally and sexually with other women. I also tried to understand how dynamics of establishing violence and abuse in the context of lesbian conjugality. To do this, conduct semi-structured interviews and conversations with information about depth with women who live lesbian relationships that they conceive of, in different ways, as violations. When interviewing seventeen women, most of whom define themselves as lesbians, black women (considering black women as identified as black, black or mixed race), in addition to being under 24 years old, from Goiás, with incomplete higher education and living with family income per capita up to two minimum discounts. It was found that there are several and varied conceptions about violations and abusive practices in contexts of lesbian conjugality, as which mainly cover physical, psychological and social aspects. As violations, abuse and abuse reveal themselves as a place of continuous conflict for the exercise and resistance to the exercise of power. The experiences marked by violations and abuse are strongly marked as contextual, relational and conjunctural. And, therefore, such experiences involve a discursive and semantic multiplicity, through variable forms of narrative and meanings. The emerging field experience is a kind of “central core” in practices that can be understood as violence.

**Keywords:** Lesbian Conjugalities; Conflicts; Abusiveness; Marital violence; Urban Anthropology.

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
<b>CAPÍTULO I - “OPA, TUDO AQUILO QUE EU VIVI FOI ABUSIVO”: PERCURSOS DE PESQUISA</b> .....	10
1. 1 Memorial, trajetória e tema de pesquisa.....	13
1.2 Questões metodológicas e a entrada em campo .....	21
1.3 As interlocutoras acessadas em campo .....	33
1.4 Categorias analíticas .....	33
<b>CAPÍTULO II - ENTRE PRINCESAS E SAPAS: INVISIBILIDADE DOS RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERESE CONJUGALIDADE LÉSBICA</b> .	39
2.1 “Ah! Nossa, nem parece” – das invisibilidades (dos estudos sobre) lésbicas à construção de referências teóricas.....	39
2.2 “Não véi, cêta viajando, bora pensar outra coisa” – lesbianidade e heterossexualidade compulsória .....	42
2.3 Do “plano de princesa” à conjugalidade lésbica .....	45
<b>CAPÍTULO III – ‘MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?’: AS PRÁTICAS E AS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO</b> .....	52
3.1 Abusividades anteriores e externas à conjugalidade lésbica .....	52
3.2 Construção de sentidos em torno das categorias <i>violências, abusividades e conflitos</i> .....	58
3.2.1 <i>Violência</i> .....	58
3.2.2 <i>Abusividade</i> .....	64
3.2.3 <i>Conflitos</i> .....	67
3.2.4 <i>Multiplicidade semântica e construção de sentido</i> .....	69
3.3 Dinâmicas e operações da violência conjugal lésbica .....	72
3.3.1 <i>Tipos de violências e abusividades</i> .....	74
3.3.2 <i>“Todos nós temo esse lado, né? O abusado e o abusador”</i> .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA</b> .....	102
<b>ANEXO II - QUADRO COM INFORMAÇÕES GERAIS DAS INTERLOCUTORAS</b> .....	106

## Introdução

Por que sequer o ato final de nosso relacionamento, o término, eu não consegui gerir? Por que até o rompimento definitivo foi uma decisão tomada por ela, minha ex-companheira/namorada, e não por mim? Eu me questionava várias vezes por que não terminava simplesmente, já que não dava certo. Por que eu não ia embora de sua casa? Por que não deixava que ela e sua família resolvessem os problemas que eram deles sem me envolver? Por que me mantinha presa àquele relacionamento que não me fazia feliz há pelo menos um ano e meio? Por que aceitava todas as humilhações que ela me infligia? Como aquela mulher feminista que eu era, que se sentia plenamente confiante e empoderada já não conseguia sequer manifestar suas vontades no âmbito do relacionamento? Por que apesar de todas as evidências eu me sentia errada naquilo tudo? Por qual razão, no fim das contas, eu sentia culpa até mesmo por não conseguir sair daquele relacionamento?

Essas foram algumas das perguntas e inquietações que originaram esta pesquisa<sup>1</sup>, a partir igualmente de minhas próprias experiências. E também o desejo de cumprir o pedido feito pela youtuber Jout-Jout<sup>2</sup> de falar com outras mulheres que estão em relacionamento abusivo e de ouvi-las, entender e compreender as dinâmicas de seus relacionamentos. Essa sequência de fatos culminou nesta pesquisa antropológica. Minhas vivências me trouxeram até aqui.

É interessante que ao iniciar a escrita desta dissertação a primeira idéia nítida que me surgiu foi esta: foram minhas vivências que me trouxeram até aqui, até minhas interlocutoras, até meu tema de pesquisa. Neste trabalho apresento

---

<sup>1</sup> Este projeto de pesquisa foi desenvolvido em submissão ao projeto 'Antropologia do Curso da Vida', coordenado pelo professor Dr. Carlos Eduardo Henning. O qual foi aceito pelo Comitê de ética da UFG o que permitiu utilizar um modelo de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) no qual as interlocutoras puderam firmar a autorização do uso de gravador e bloco de notas, além de permitirem o uso de suas falas nos materiais produzidos.

<sup>2</sup> Júlia Tolezano da Veiga Faria, conhecida pelo apelido de JoutJout, é uma influenciadora digital, youtuber, escritora e jornalista brasileira conhecida por seu canal no YouTube (plataforma de compartilhamento de vídeos criada em 2005), *JoutJout Prazer*, que atualmente possui mais de dois milhões de inscritos e pode ser acessado através do endereço <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer/about> Jout-Jout caiu nas graças do público em 2015, depois da divulgação do vídeo *Não Tira o Batom Vermelho*. O vídeo que fala sobre relacionamentos abusivos e, atualmente, conta com mais de 3,6 milhões de visualizações pode ser visualizado através deste link: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg&t=1s>

reflexões e análises a respeito das nuances do relacionamento afetivo-sexual entre mulheres com foco específico na questão dos conflitos, violências e abusividades que podem ocorrer também nesses relacionamentos.

De forma mais específica, desenvolvo uma análise antropológica das narrativas de mulheres que viveram relacionamentos por elas concebidos como conflituosos e/ou violentos. Em outras palavras, busquei examinar as narrativas das interlocutoras sobre práticas nomeadas por elas como conflituosas, abusivas e/ou violentas, procurando compreender o modo como elas constroem os sentidos para categorias como “conflito”, “violência” e “abusividade” atravessando suas experiências de conjugalidade com outras mulheres. Busco compreender, também, as narrativas sobre os processos de desenvolvimento e estabelecimento da violência, do conflito e/ou da abusividade. Analisar tais aspectos da conjugalidade e vivência afetivo-sexual entre mulheres visa contribuir, entre outras questões, com os debates acerca de conflitos e violência conjugal entre mulheres, assim como ampliar o escopo das discussões sobre conflitos e violência nas etnografias brasileiras acerca de conjugalidades lesboafetivas.

Ao todo entrevistei dezessete (17) mulheres que se identificam de diferentes maneiras em termos de identidade sexual, raça e classe social. Mas, expondo panoramicamente as características sociais majoritárias do grupo estudado, pode-se afirmar que a maioria das interlocutoras se autodeclaram lésbicas, e uma parte significativa das demais autodeclaram-se bissexuais, são jovens (até 24 anos de idade), negras (incluindo na categoria negras as que se autodeclaram negra, preta ou parda), goianas, com ensino superior incompleto, vivem com renda familiar *per capita* de até dois salários mínimos e residem na região metropolitana de Goiânia. Quatro pontos foram tomados como base na análise antropológica das entrevistas: o que é conflito, violência e abusividade para essas mulheres, quais as situações eram descritas como uma ou outra categoria, e quais suas causas, bem como o que foi feito por elas diante dessas situações.

Esta etnografia visa igualmente problematizar visões estereotipadas acerca da conjugalidade entre mulheres através da análise de suas narrativas e dos sentidos por elas atribuídos para “conflito”, “violência” e “abusividades”. Ademais, tem o propósito de contribuir para expandir o campo de estudos lésbicos na antropologia brasileira - um campo, em si, ainda nascente e em desenvolvimento - e,

sobretudo no que diz respeito ao seu estabelecimento no Centro-Oeste brasileiro e no PPGAS/UFG.

Através de diálogos com outras etnografias e pesquisas, sobretudo socioantropológicas sobre mulheres lésbicas e homoerotismo entre mulheres, esta dissertação se divide em três capítulos. No primeiro capítulo apresento o recorte de tema, com apresentação dos percursos, diálogos e metodologias adotadas para desenvolver este estudo. Apresento, também, minhas interlocutoras e suas categorias de enquadramento sócio-econômico; bem como as categorias analíticas nas quais sustento essa dissertação. Neste capítulo faço um breve memorial com minhas trajetórias e com as questões que, pessoalmente, motivaram especificamente esta pesquisa.

No segundo capítulo apresento reflexões sobre o processo de pesquisa bibliográfica na busca de estudos etnográficos e investigações sócio-antropológicas sobre mulheres lésbicas e conjugalidades lésbicas, apresento também algumas referências utilizadas. Essa apresentação nos leva a reflexão sobre invisibilidade lésbica, que por sua vez atua como gancho para a aproximação com as narrativas das interlocutoras sobre a expectativa social do “ser e viver uma história de mulher”, a expectativa da heterossexualidade, e o ser lésbica (ou ter a possibilidade de um relacionamento com mulheres). Essas falas por sua vez mobilizam a abordagem de outros conceitos. Esses conceitos nos levam a novas narrativas que vão da expectativa da heterossexualidade até as discussões sobre conjugalidade LGBT e conjugalidade lésbica.

No terceiro capítulo realizo o aprofundamento sobre a construção de sentidos para as categorias violência, abusividade e conflitos. Buscando compreender as dinâmicas e operações das violências e conflitos no contexto da conjugalidade lésbica.

Imprescindível destacar o momento político e histórico em que essa pesquisa se desenvolveu e que essa dissertação foi escrita. Desde 2016, ano em que fiz as provas de admissão ao mestrado no PPGAS/UFG, até este ano de 2020, vivemos uma sequência de fatos que não são aleatórios, carregam uma profunda conexão entre si.

Em 2016 assistimos a primeira presidenta, legitimamente eleita pelo povo, ser destituída da Presidência da República. Essa foi a manobra mais visível da direita política para usurpar o Governo Federal, que após um “acordão com supremo e tudo”, culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

No ano seguinte, 2017, enquanto Michel Temer exercia o cargo de Presidente da República, ocorreram diversas e sucessivas tentativas de desmantelamento das universidades públicas, e um ataque específico direcionado às Ciências Sociais, com redução de notas dos cursos e corte de bolsas.

Nessa perspectiva de “caça às bruxas” deflagrada contra as Humanidades, cursei o mestrado e desenvolvi minha pesquisa concomitantemente ao trabalho que realizava em um presídio, aqui na capital. Isso me exigia negociação constante, não somente com as dinâmicas do campo, mas com meus superiores no trabalho, e também influenciava a maneira como eu poderia desenvolver minha pesquisa e estar em campo. À medida que os dias passavam neste contexto sócio-político, mais meu campo era marginalizado. Neste cenário conservador, a quem interessa a vida e compartilhamentos das mulheres? Sobretudo das mulheres lésbicas?

Em 2018, estávamos em tempos de campanha eleitoral e os discursos de ódio ganharam pauta por parte da ala direitista. Neste mesmo ano, uma mulher negra, feminista, lésbica, mãe, a vereadora e ativista pelos direitos humanos Marielle Franco (presente!) foi assassinada no dia 14/03/2018, e até hoje, passados mais de dois anos, não há um reconhecimento oficial do Estado Brasileiro sobre quem é o mandante do duplo homicídio que pôs fim, também, à vida de Anderson Gomes.

Também em 2018, no mês de setembro, assistimos com grande pesar o Museu Nacional ser consumido pelo fogo. Ocasão em que grande parte do prédio histórico situado à Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, bem como seu acervo foram queimados.

Em outubro de 2018, após apuração das urnas em segundo turno, a confirmação de uma das piores notícias, em termos políticos, Bolsonaro está eleito. A direita legitima-se no comando do Governo Federal após campanha massiva sustentada por factóides, *fakenews*, e amplo discurso de ódio, meritocrata, fascista.

Em 2019, quase como uma carta de boas vindas de um Governo liberalista que privilegia o lucro em detrimento de vidas, ocorreram dois grandes crimes

ambientais. Um em 25/01/2019 o rompimento da barragem de Brumadinho, e outro no final do ano, com o derramamento de toneladas de óleo nas águas marítimas do nordeste.

Associado a isto, durante o atual Governo assistimos ao aumento dos índices do desmatamento na Amazônia, revogação da proibição de vários agrotóxicos, e culto exacerbado à agricultura em detrimento da proteção ambiental e das populações indígena e tradicionais, que não terão suas terras demarcadas.

Atualmente, em 2020, o mundo sobrevive a maior pandemia dos últimos anos. A Covid-19, doença causada pelo SARS-CoV2, causou um colapso grande no Brasil e evidenciou as profundas desigualdades sociais em que vivemos. Além disso, revela um modelo de governo genocida, que pela via da falta de políticas públicas e ideário liberalista tem dizimado vidas, principalmente da população periférica, proletária e imigrante.

Após contextualizar marcos históricos, culturais e políticos ao longo de minha formação e pesquisa, na sequência apresento um esboço de minha trajetória até meu ingresso no PPGAS – UFG. Ofereço, na seção seguinte, a contextualização do meu percurso biográfico anterior a minha entrada no mestrado através de um memorial sobre questões que auxiliarão a quem lê minha dissertação a compreender o que me trouxe até aqui e às minhas reflexões e questões gerais.

## CAPÍTULO I

“*OPA, TUDO AQUILO QUE EU VIVI FOI ABUSIVO*”: PERCURSOS DE PESQUISA “*A vida, acima de tudo, ela segue*”  
(Rosalinda<sup>3</sup>, 24 anos, preta, estudante)

### 1.1 Memorial, trajetória e tema de pesquisa

Em 2012 na 2ª Formação Feminista para Universitárias promovida pela ONG - organização não-governamental Grupo Transas do Corpo<sup>4</sup> participei pela primeira vez de uma dinâmica muito usada na metodologia feminista que é chamada de “linha da vida”. Esta dinâmica tem por objetivo tornar público para as integrantes da oficina, questões das experiências das participantes a respeito de sua sexualidade, desde sua concepção até a idade atual, revelando assim as

---

<sup>3</sup> Os nomes de todas as entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios com objetivo de garantir a segurança de todas as participantes deste estudo.

<sup>4</sup> O Grupo Transas do Corpo – Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos e econômicos, não partidária, com finalidade educativa, cultural e de pesquisa, com vistas à redução das desigualdades de gênero, regida por estatuto próprio e pelas normas legais pertinentes. Apoiado no feminismo, desenvolve estudos e pesquisas, atividades educativas e de formação visando à disseminação das idéias e valores que caracterizam a luta das mulheres por cidadania, igualdade e justiça. A criação do Grupo Transas do Corpo, em 1987, está intimamente vinculada ao processo de reabertura política verificada no Brasil nos anos 1980 e à (re)organização de grupos feministas em todo o país. O campo aberto pela sociedade civil em pleno processo de redemocratização mobilizou os sonhos e ambições de transformação do mundo de quatro jovens mulheres, cujas experiências remontavam a diferentes grupos de reflexão ou instituições governamentais nos campos da saúde e da educação. Motivadas pelo desejo de preencher uma lacuna sentida – a ausência de uma organização feminista formal na cidade de Goiânia-Goiás àquela época – e, contabilizados os prós e os contras de tal coisa, essas quatro jovens ativistas decidiram fundar o Grupo Transas do Corpo, cuja a inspiração do nome foi devido a um vídeo sobre saúde da mulher e anticoncepção chamado Transas do corpo, produzido no início dos anos 80, por uma outra organização feminista, de Recife, o SOS Corpo. “Transas” pode ser lido de diversas formas: como no verbo transar, com o sentido de namorar, ficar, relacionar-se sexualmente, mas também como transações, experimentações, vivências, acontecimentos no, com e para o corpo e, igualmente, algo como transformar idéias, transpor fronteiras, transcender. Atualmente a equipe institucional do grupo é composta por Eliane Gonçalves, cientista social, professora da Faculdade de Ciências Sociais da UFG; Joana Plaza Pinto, linguista e educadora, professora da Faculdade de Letras da UFG, Lenise Santana Borges, psicóloga, professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) (GRUPO TRANSAS DO CORPO, 2019).

similaridades das trajetórias e experiências de questões que socialmente são tratadas como privadas, gerando uma identificação, um sentimento de que “não é só você que passou por aquilo” e a possibilidade da discussão pública e coletiva sobre a sexualidade das mulheres. Essa é uma prática típica dos movimentos feministas de segunda onda, sobretudo a partir dos anos 1960, mas que foi atualizada e permanece potente nos dias de hoje. Esta dinâmica, em específico, foi desenvolvida através de desenhos feitos individualmente pelas integrantes do grupo, de uma linha reta que representa a passagem do tempo com a sobreposição de outra linha, como um gráfico, com altos e baixos que sinalizam os eventos que a integrante do grupo escolheu compartilhar nesta dinâmica. Após finalizados os desenhos é realizada uma rodada de apresentação onde cada uma compartilhará suas vivências com o grupo. Esta prática serve ainda, entre outras questões, como uma troca de experiências, como produtora de reflexão sobre as suas próprias questões acerca da sexualidade e também como um forma de valorização da nossa própria história (Cromack, 2003; Almeida, 2013).

Na linha da vida fatos que são aparentemente individuais e privados quando colocados juntos em um coletivo nos levam a uma contextualização histórica e social mais ampla a qual perpassa nossas vivências relacionadas a gênero e sexualidade, em termos mais amplos. Em certo sentido, ela é uma dinâmica que auxilia a problematizar o clássico debate feminista de que o “privado”, o “doméstico” e o “pessoal é político”. De que nossas questões, problemas, aflições, opressões pessoais são mais amplas e compartilhadas do que imaginamos. Por isso ela me parece uma imagem adequada para o entrelaçamento das experiências descritas no memorial com o tema e os motivos dessa pesquisa.

Já na tenra idade eu era confrontada com o conjunto de normatizações tidas como próprias “de mulheres” ou “de homens”. Nas brincadeiras de infância existiam as “*brincadeiras de meninos e as de meninas*” e eu era proibida de participar de jogos infantis como bete, bandeirinha, subir em árvores, jogar bola e outras brincadeiras tidas como típicas de meninos. Além disso, havia também a rígida separação de gênero que estipulava que “menina não deve brincar com menino”. Eram as aparições do que o antropólogo Carlos Eduardo Henning denominou como *teleologias heteronormativas*(2016). Através de um senso de propósito heteronormativo e cisnormativo para a vida, delineiam-se diferentes marcos e

expectativas a serem cumpridas ou pesos diferentes para ações exigidas ao longo do curso da vida. Tais marcos seriam vistos como uma espécie de “receita da felicidade” e um guia para a “plenitude” ao longo dos distintos períodos da vida, envolvendo etapas como uma infância dicotômica em termos da apresentação e das performances de gênero e a demonstração de interesse pelo sexo oposto e mais tarde, casamento heterossexual, reprodução, etc. A minha infância, nesse aspecto normativo, não foi muito diferente.

Na minha vizinhança, além de mim, havia somente mais uma menina e ela só gostava de brincar de boneca, eu não. Ou seja, se eu quisesse brincar “licitamente”, dentro das regras da minha mãe, eu deveria brincar de boneca com essa vizinha. Eu não tinha muitas alternativas, ou brincava de uma brincadeira que eu não gostava ou convencia a *molecada* do meu bairro a jogarmos bola na rua de cima da minha casa. Um local onde os olhos de minha mãe não nos alcançassem. E foi quando comecei a ouvir os primeiros xingamentos heteronormativos “lá vem a *macho-fêmea*, a *maria-joão*”.

Aos treze (13) anos ouvi meu primeiro “sapatão” e, como para maioria de nós, ele veio antes mesmo que eu soubesse o que significava. Eu e minha vizinha estávamos sentadas conversando na porta da minha casa, e um menino se aproximou, a mando de outro, dar o recado de que o menino mais velho da nossa vizinhança, que tinha uns 16 anos, desejava “ficar” com minha vizinha. Ela até parecia interessada no novo vizinho, mas estava receosa, tinha medo de sua família descobrir e bater nela. E o menino que veio dar o recado ao perceber a resistência de minha amiga, logo adiantou: “*e ele disse que se você não ficar com ele, vai falar pra todo mundo que você tá namorando essa sapatão*”. Eu nem sequer sonhava o que significava ser “sapatão”, mas pelo tom de ameaça que o menino utilizou entendi que não era algo que parecia bom. Assim, logo convenci minha amiga que sua família não iria descobrir, e por consequência, a beijar o menino. A família, entretanto, descobriu; ela apanhou muito e senti uma culpa muito grande.

A expectativa pela performance “adequada” de gênero e as cobranças e punições por não cumpri-la acompanharam minha infância e adolescência. Foram diversas situações: a proibição de jogar futebol, a exigência de não “andar tão duro”, foi observado até que eu torcia pano de chão para fora “igual homem”. Micro e macro situações reiteradas e contínuas.

As palavras “macho-fêmea”, “maria-joão”, “sapatão”, “robô”, causavam em mim o que o escritor e filósofo francês Didier Eribon, em seu livro ‘Reflexões Sobre a Questão Gay’ (2007), chamou d’o *choque da injúria*. Nas palavras de Eribon (2007, p.27), aquela linguagem opressiva, injuriosa, me dizia “o que sou na medida em que me faz ser o que sou” e desvelava “o sinal de [minha] vulnerabilidade psicológica e social”. Ora, esses xingamentos

São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo. (ERIBON, 2007, p. 27)

Através das tramas e os efeitos sociais e subjetivos da injúria, através do poder de nomear do outro, descubro que

sou alguém que não é como os outros, que não está na norma. [...] o insulto é um veredito. [...] Descubro que sou alguém de quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém a quem se pode dizer isto ou aquilo, alguém que é objeto dos olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e por esses discursos. [...] minha consciência é “investida por outrem” e estou desarmado diante dessa agressão. (ERIBON, 2008, p. 28, aspas do autor)

Esse xingamento, ouvido repetidas vezes desde mais ou menos os oito até os quinze anos, me machucava muito. Doía e ainda dói lembrar, entre outras questões, pois:

a injúria não é apenas uma fala que descreve. Ela não se contenta em me anunciar o que sou. Se alguém me xinga de “viado nojento” (...) ele não procura me comunicar uma informação sobre mim mesmo. Aquele que lança a injúria me faz saber que tem domínio sobre mim, que estou em poder dele. E esse poder é primeiramente o de me ferir. De marcar minha consciência com essa ferida ao inscrever a vergonha no mais fundo de minha mente. (ERIBON, 2008, p. 28 - 29)

E a dor de ser colocada em um lugar ilegítimo vai penetrando nosso inconsciente. Eribon, ao analisar os efeitos da injúria, do xingamento, acaba justamente apontando para o seu poder de subjetivação, de construção de sujeitos marcados de formas específicas, sobretudo a sexualidade. Ainda caminho do mesmo jeito. Aliás, agora, que descobri que “caminho como homens”, “torço pano como homens”, “luto judô como homens” também uso dessa artimanha para estar mais segura na rua a noite. Essa é uma faca de dois gumes. Há certamente

opressão, mas há igualmente resistência e agência. Como não me sinto tão masculinizada como dizem, não passo por homem, nem quero, mas evidencio minha sexualidade. Entretanto, o que, em termos de expressão corporal, poderia eventualmente me livrar dos perigos da misoginia, acaba me entregando aos perigos da lesbofobia.

Ao ler a filósofa feminista Simone de Beauvoir tomei consciência da existência de gênero e do processo de tornar-me mulher em uma sociedade que dita, em todas as ações, os modos legítimos através dos quais devo existir. Através dela, de outras mulheres, do curso de formação feminista oferecida pelo Transas do Corpo a que me refiro no início do memorial, da atuação no grupo Coletiva Feminista, também chamada carinhosamente por nós de “Coletivagynação” pude experimentar, sentir e praticar a sororidade, descobrir outros mundos possíveis. Essas e outras vivências posteriores, quase sempre envolvendo mulheres tornaram-me uma mulher empoderada. Uma sapatão feministaempoderada que escolheu através da pesquisa tratar de temas urgentes a esta comunidade que pertencço. Ao pensar sobre estereótipos sobre a conjugalidade entre mulheres lésbicas, sobre suas (nossas) concepçõesêmicas acerca de conflitos, relações de poder, “abusividades” e violências nas quais estiveram ou ainda estão envolvidas.

Mas e aí, porque pesquisar conflitos, violências e abusividades na conjugalidade lésbica? No final de 2013, eu tinha 23 anos, e comecei meu primeiro namoro lésbico. Foi uma época de conflito com a família, onde acabei morando com essa namorada e sua família. Os conflitos surgiram aos poucos, ações que começaram como parte de soluções para o dia a dia e foram se intensificando. Frequentar as aulas dela junto com ela para auxiliá-la. Levá-la ao trabalho e ficar esperando “pra economizar combustível e porque ela sairia logo”. Passado um tempo dessas duas situações, a sensação de que eu estava perdendo um tempo considerado da minha vida começou a me incomodar. Eu tinha a sensação de estar vivendo uma vida que não era minha.

Esse processo continuou com a invasão de minha privacidade, acesso ao meu perfil de *Facebook* e envio de mensagens ofensivas a mulheres com quem tinha me relacionado. Senti-me extremamente culpada por ter deixado aquilo acontecer. Ter deixado que uma pessoa próxima a mim (a ex) aviltasse daquela forma pessoas por quem nutro um profundo respeito e carinho. Não consegui reagir

de forma mais enérgica. A única coisa que consegui fazer foi excluir minha conta do Facebook para evitar que outros episódios como esse viessem a se repetir.

Tais ações continuaram com a crítica ao meu jeito de dirigir, com agressões verbais e constrangimentos, brigas em público. No início de 2015 era aniversário da ex e eu havia planejado uma festa para comemorar. No meio da festa, a ex viu em meu celular algo que não lhe agradou (não lembro o que era, mas tenho certeza que não era nada de mais) e se iniciou uma briga terrível, na frente de todo mundo. E eu que sempre fui chorona, desmanchava em lágrimas, de vergonha por estar passando por aquilo na frente daquelas pessoas. Por sentir a ingratidão da ex, que mesmo com todo meu esforço para organizar aquela festa não estava feliz e parecia só querer brigar. Outra vez, tive que vir embora dirigindo aos prantos, com a ex ao lado, xingando, esbravejando todas as verdades dela, e com duas colegas que estavam de carona no banco traseiro. Assim que ficamos sós, eu e as caroneiras, elas começaram a falar que eu deveria ir embora, terminar aquele relacionamento. Em resposta a elas eu tentava justificar... Eu só desejava que aquela situação toda se acalmasse e que toda aquela vergonha passasse.

Neste mesmo ano aconteceram situações que me despertaram. Na Marcha das Vadias, eu estava no Coreto da Praça Cívica e uma menina jovenzinha veio me cumprimentar: “Oi, eu tô te conhecendo de algum lugar, mas não me lembro de onde”. Eu lhe respondi: “ah, eu sou namorada da Fulana, que é sua amiga”. Nesse momento fui surpreendida por uma amiga que, com um sorriso acolhedor no rosto me disse: “Fala seu nome, gata.” Essa frase foi suficiente para eu perceber o quanto minha subjetivação estava diluída naquele relacionamento e como o processo de apagamento identitário estava operando. Eu não era mais a Paula Cristina, eu havia me tornado “a namorada da Fulana”.

Posteriormente após uma discussão séria e cansativa dentro de casa decidi sair e visitar meus pais, que moravam perto. Quando eu passava o portão a ex veio correndo e me disse: “Aonde você pensa que vai?!” Respondi em tom ríspido e fui virando as costas, neste dia eu vestia uma camisa social, ela num gesto brusco para impedir-me de sair rasgou minha camisa, arranhou meu peito e segurou-me forte pelo braço. Olhou dentro dos meus olhos e com autoridade e raiva disse: “Se você sair daqui agora não precisa mais voltar”. Nesta mesma época minhas amigas já reclamavam que eu estava muito sumida, não ia mais a nenhuma feira de trocas ou

a eventos feministas. Enfim, reclamavam que eu não era vista por aí. Eu respondia que era a vida que estava corrida, que eu estava sem energia para sair, mas todas sabiam que eu preferia não sair para evitar brigas e maiores desgastes. Eu estava muito fragilizada com as constantes brigas.

Em certa ocasião, entre as raras vezes que estive com minhas amigas durante aquele namoro, a principal questão discutida era violência conjugal. Sem dar indiretas, sem falar que eu vivia um relacionamento que não estava me fazendo bem, minhas amigas, apenas comentando notícias veiculadas na *internet* e na televisão, aprofundavam cada vez mais a discussão. Em dado momento da conversa uma delas acessou o *Youtube* através do celular e exibiu a todas um vídeo da Jout-Jout que falava sobre relacionamentos conjugais abusivos. Entre as frases que ouvimos no referido vídeo, estavam:

“... mas JoutJout, como eu vou saber que estou num relacionamento abusivo? Você não sabe, ou você sabe, mas escolhe não saber. (...) Sempre que vocês brigam, de alguma forma muito estranha, que não é explicada você está sempre errada e você sempre acaba pedindo desculpas mesmo quando no início você tinha certeza que estava certa? Mas rolou alguma coisa ali que ele falou, que cê falou gente, eu acho que eu é que tava errada. Será? E aí você olha pra trás e fala ihhh, em todas as brigas que a gente já teve na vida eu que tava errada. (...) Um jeito de saber se você está passando por isso tudo: antes de ficar com ele você era uma pessoa felizinha, e depois de ficar com ele você está murcha como uma uva passa? (...) então por favor, se você conhece alguém que está em um relacionamento abusivo avisa essa pessoa, porque essa pessoa não sabe, ou essa pessoa está em negação.” (JOUTJOUT, 2015)

Ao ver o vídeo eu concordava com muitas coisas, mesmo se tratando de um vídeo no qual JoutJout abordava sobretudo relacionamentos heterossexuais, eu reconhecia que estava passando por muitas daquelas situações e então nessa conversa entre amigas e a partir desse vídeo começamos a debater exemplos de conjugalidade lésbica conflituosa. E dali em diante eu comecei a me perguntar porque eu simplesmente não rompia aquele relacionamento? Eu sabia que aquele relacionamento era sim uma relação violenta. Mas mesmo assim, não conseguia sair dele. De fato não consegui terminar aquele relacionamento. Isso é algo que ainda me intriga muito: porque eu deixei que minha ex-companheira tomasse todos os rumos e ditasse todas as verdades daquele relacionamento, inclusive o término?

Essas vivências, ser lésbica, ter vivido um relacionamento violento, fez-me perguntar o que acontece com as outras mulheres, sobretudo as outras mulheres

que são lésbicas ou bissexuais que viveram isso em algum momento de suas vidas, em um contexto de relacionamento entre mulheres. Nas discussões da militância e nas rodas de conversa informais esse assunto aparece a partir da observação de que as violências, os conflitos e abusos existem mas são pouco discutidos e não são tratados enquanto pauta coletiva.

O imaginário popular muitas vezes estruturado na heteronormatividade e em preconceitos homo e lesbofóbicos impregna as relações lésbicas com alguns estereótipos como, por exemplo, a oposição performática binária onde uma das mulheres desempenharia funções de maior cuidado com a casa, com a relação, com a parceira, e de passividade sexual, enquanto a outra, por sua vez, estaria mais relacionada a trabalhos e relações externas à casa e desenvolveria um papel sexual ativo. Como reflexo desses estereótipos não é raro que se enderecem perguntas provocativas aos casais de lésbicas como, por exemplo, “quem é o homem?” ou “quem é a mulher?”.

Nessa esteira, não é raro ouvirmos impressões estereotipadas sobre a conjugalidade lésbica. Pessoas alheias ao relacionamento o adjetivam como problemático, permeado por constantes infidelidades, brigas e violências, nomeando de “briga de sapatão”. Como exemplo desse tipo de representação imagética feita dos relacionamentos lésbicos tem-se as notícias que ilustraram as páginas de jornais e revistas no início da década de 1980, as quais noticiavam um “turbulento relacionamento” entre as cantoras de música popular brasileira (MPB) Ângela RôRô e ZiziPossi. A mídia sensacionalista explorou o relacionamento à exaustão noticiando a “briga feia” de agressão física e assédios de RôRô contra Zizi, que teriam culminado, em um escândalo encenado por RôRô, bêbada, no entremeio da platéia em um show de ZiziPossi.

Essa narrativa sobre relacionamentos lésbicos, propalados como intrinsecamente violentos está estruturada em preconceitos lesbofóbicos e em padrões de heteronormatividade, deste modo, importante destacar que nesta etnografia não inicio a análise antropológica alicerçada nesta acepção. É um posicionamento ético e político afirmar e reforçar que nem todas as conjugalidades lésbicas são conturbadas, violentas e abusivas.

Mas em algumas delas há casos de abusos e violência, como acontece em relacionamentos com outras configurações, inclusive heterossexuais. Deste modo, o

objetivo deste estudo é justamente analisar as narrativas específicas de mulheres sobre algumas de suas relações afetivo-sexuais com outras mulheres, as quais elas relatam como sendo abusivas ou violentas.

Pertinente, neste momento, esclarecer que conforme pude perceber nos encontros e conversas com as interlocutoras, embora elas relatem a experiência de uma vivência conjugal conflituosa e abusiva, esses episódios violentos não resumem toda sua vida afetiva, nem homogeneizam a totalidade de suas experiências conjugais lésbicas como abusivas. Esse dado aparece ao narrarem relacionamentos passados e presentes, como relacionamentos estáveis emocionalmente, como dito por Juliana “ela sabe das coisas que eu já passei com a ex, e me respeita muito. Mas também agora eu tô esperta e ao menor sinal vou cair fora”, por Raquel “com a atual é bem tranquilo” e por Agnes “esse relacionamento de agora é bem amorzinho, temos divergências, mas nada de gritaria nem controle excessivo por falta de confiança”.

A abordagem antropológica para esta pesquisa me parece em consonância, guardadas as diferenças de campo, ao que afirma o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar – isto é peculiar à antropologia - por meio da qual o pesquisador busca interpretar - ou compreender – a sociedade e a cultura “de dentro”, em sua verdadeira interioridade (1996, p.34).

Nesse sentido procura contribuir com os debates sobre conjugalidade lésbica, na problematização dos estereótipos associados à violência conjugal lésbica, e, por fim, para ampliação das discussões sobre conflitos e violência na área da antropologia.

Voltando, por fim, ao vídeo da JoutJout, essa pesquisa é também “meu falar com” as mulheres que vivenciam situações de conflitos, abusos e violências, e com as mulheres lésbicas e bissexuais em particular, transmitindo a mesma sensação que temos ao final de uma dinâmica de linha da vida: *você não está sozinha*.

## 1.2 Questões Metodológicas e a Entrada em Campo

Ao participar da seleção para a turma de mestrado do PPGAS/UFG em 2017 e apresentar, no processo de entrevista, os motivos da escolha do tema de pesquisa fui questionada, pela única mulher que compunha a banca avaliadora, se minha vivência de passar por um relacionamento violento não me levaria a enxergar os outros relacionamentos previamente como violentos. Eu não pensava isso, não sentia isso na época. Mas, naquele instante, no início dessa jornada de formação, ao iniciar o processo de reflexão sobre meu próprio olhar, aquela professora plantou em meus pensamentos o brotinho da antropologia.

Não se trata, certamente, de uma etnografia que constrói (ou que precisa construir) discursivamente uma alteridade radical na análise de um “outro” distante e exótico, como nas tradições antropológicas já muito criticadas por autoras e autores pós-coloniais, decoloniais e feministas. Todas as experiências relatadas no memorial explicitam essa trajetória, sou uma lésbica estudando narrativas de mulheres lésbicas e bissexuais, as quais, em muitos casos, relatam experiências muito próximas as que eu mesma vivi.

Assim, a escolha deste tema, a escolha da metodologia, a escolha do campo e das interlocutoras revelam uma postura, mais do que acadêmica, política frente às discussões científicas, que emanam majoritariamente de um regime patriarcal. Nesse sentido, concordo com antropóloga argentina Andrea Lacombe no que se refere aos efeitos das nossas marcas identitárias no desenvolvimento e acesso a aparatos materiais para a pesquisa.

Podemos entender a categoria ‘lésbica’ como um lugar político a partir do qual falar. Sair do armário, cada vez que apresentamos nosso trabalho na comunidade científica, significa explicitar as condições materiais a partir das quais elaboramos nosso trabalho.(LACOMBE, 2015, p.12)

O projeto inicial desta pesquisa previa a realização de etnografia em estabelecimentos de sociabilidade lésbica na cidade de Goiânia, eu esperava conseguir realizar uma etnografia mais “clássica”, vamos dizer assim. Ao iniciar o mapeamento desses locais constatei que os locais mais tradicionais na cena de

socialização lésbica que me foram indicados deixaram de existir, mudaram seu ramo de atuação ou fecharam.

No ano de 2018 ainda consegui frequentar em quatro ocasiões, em noites de sexta e sábado sucessivas, um dos locais tradicionais da cena lésbica em Goiânia, o *Bar da Help*, que funcionava no setor Bueno. Esse local era conhecido por ser ponto de encontro de mulheres de variadas faixas etárias, mas com frequência mais assídua de mulheres com, presumivelmente, mais de 30 (trinta) anos.

Mesmo situando-se em bairro considerado nobre desta capital o *Bar da Help* possuía estrutura física que lembrava muito os bares periféricos: uma construção com dois cômodos, onde em um deles funcionava a cozinha e no outro a aparelhagem de som com um ambiente pequeno para circulação e acesso aos banheiros. Os banheiros eram pequenos, com uma aparência envelhecida na louça do vaso sanitário e a descarga funcionava com o sistema de caixa elevada e acionada com cordinhas; na área externa da cabine de privadas havia uma pia comum às outras três cabines privadas. Na porta do estabelecimento havia um toldo, que criava uma área relativamente pequena onde em dias de shows ao vivo ficavam as cantoras que cantavam para mesas distribuídas numa espécie de pátio comum ao bar e outras lojas, que tinham expediente diurno. O bar era frequentado por mulheres de classe média.

No dia 03 de março de 2018, em uma de minhas incursões em campo, no *Bar da Help*, cheguei às 21hrs e deparei-me com o seguinte cenário: lá estavam cinco (05) mulheres, dentre elas, aparentemente dois (02) casais. As mesas estavam espalhadas no pátio de fora do bar, ocupavam metade do espaço do pátio, a outra metade era deixada para servir de estacionamento para as clientes do bar. Essas mesas estavam ocupadas de forma bem esparsa, uma mesa mais próxima à edificação e em um local mais bem iluminado do bar com duas mulheres, uma mais distante da sede do bar, num ambiente menos iluminado e uma mais próxima ao estacionamento, com outras duas mulheres, e uma mesa, eqüidistante das outras, sob a marquise de alguma das lojas vizinhas ao bar, ocupada por uma mulher, que estava só.

Escolhi uma mesa que me possibilitasse boa observação das demais mesas, mas não só uma observação visual, o que com certeza eu conseguiria escolhendo uma mesa em algum dos cantos, nos extremos das disposições das mesas. Além da

observação visual eu queria também ouvir suas conversas, entender quais eram os assuntos que costumavam debater ali naquele local. Escolhi uma mesa no centro de todas as demais. Após alguns minutos sentada ali, aquela escolha de local me causou incômodo. Percebi que ao invés de colher os benefícios de uma observação panóptica<sup>5</sup>, sentia-me como no centro de um anfiteatro.

Temí que, eventualmente, algumas das que estavam com uma configuração de casal pudessem pressupor que eu estava interessada em alguma delas, que estava flertando, ou algo assim. Pensar nessa possibilidade me causou muita angústia, tenho muito desconforto com confusões.

Percebi que todas as mulheres que ali estavam consumiam cerveja, duas delas fumavam. Essa constatação veio como uma possibilidade para amenizar meu desconforto. Pensei que se eu pedisse cerveja estaria mais integrada à forma de socialização daquelas mulheres e minha preocupação em ser “descoberta” como etnógrafa restaria diminuída. Na sequência, veio-me certo dilema ético, de que eu não deveria ingerir bebida alcoólica durante minhas incursões em campo. Após pensar um tempo sobre todas estas questões e dada a falta de tempo para aconselhamento sobre esse dilema ético com o orientador desta pesquisa, senti-me obrigada a decidir rapidamente esta questão sob pena de arriscar a produtividade daquela incursão em campo. Concluí que o consumo de apenas uma cerveja, um consumo mais figurativo que fático, seria suficiente para homogeneizar minha presença com a das demais e não resultaria em óbice a uma observação séria, responsável e ética.

À minha direita percebi um casal quieto, calado, pareciam estar um pouco chateadas uma com a outra. Uma delas vestia uma blusa vermelha, com estampa do Mickey, brinco grande, cabelo de coque; a outra usava camisa larga e shortinho. Poucos minutos depois que cheguei elas pediram a conta, pagaram, mas ainda ficaram mais uns trinta (30) minutos. A essa altura conversavam em tom baixo, mas ríspido, pareciam precisar terminar uma discussão antes de irem embora. Embora fossem juntas no mesmo carro, um Jeep Compass que revelava o pertencimento delas a uma classe social que suas vestimentas, a princípio, não haviam revelado.

---

<sup>5</sup>Partindo dos princípios propostos pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham o panoptismo possibilitaria a observação de várias pessoas, quase simultaneamente, ao redor do observador, desde que ele estivesse situado em um ponto central.

Pela tranquilidade avaliavam a possibilidade de *blitz* policial no trajeto de retorno às suas casas pareciam “ser das redondezas”, morarem em algum dos bairros vizinhos de onde estávamos.

À minha frente havia uma mesa ocupada com outras duas mulheres que pelas trocas de olhares discretas, risos de canto de boca e esporádicos tocar de mãos também pareciam ser um casal. Uma delas, a mais velha, aparentava ter idade de mais ou menos uns quarenta (40) anos, branca, com um cabelo liso, de tamanho mediano, pouco abaixo dos ombros, era gorda, fumava e vestia uma blusa colorida que não era muito justa nem muito frouxa, usava, também, colar, pulseiras e estava de chinelos, que visualmente me pareciam bem confortáveis, usava uma bolsa média, discreta. A outra mulher aparentava ser bem mais jovem, talvez não tivessem nem trinta (30) anos, negra, usava uma blusa mais justa, calça jeans, sapatênis, cabelo alisado de tamanho mediano, bolsa um pouco maior. Elas conversavam e riam o tempo todo.

À minha diagonal esquerda estava sentada uma mulher. Bebia sua cerveja sozinha, calada, quieta, introspectiva. Chegaram mais duas mulheres ao bar, aparentemente um casal. De todas as seis (06) mulheres, sete (07) comigo, que estavam ali, o casal que chegou por último parecia mais expressivo que as demais.

Chamavam mais a atenção, ostentavam uma estética “mais sapatona”: uma delas usava blusa preta larga, gola e manga até o bíceps, calça jeans bastante folgada e sapatênis; usava aliança de cor prata no dedo anular da mão direita e fumava um longo e fino cigarro preto, usava brinco curtinho e cabelo curto amarrado. Fazia questão de demonstrar às demais presentes, através de trejeitos mais articulados, mais definidos e visíveis e tom de voz bem mais elevado, o quanto se sentia à vontade, verdadeiramente em casa naquele ambiente. De repente gritou “*acendo isso aí em 10 minutos*” referindo-se à churrasqueira que estava apagada. A outra mulher, embora utilizasse cabelo bem comprido e fizesse questão de jogá-lo com muita frequência, e usasse colar e brincos como acessórios, blusa soltinha e bem colorida e uma sandália de salto baixo, também não apresentava um estereótipo que seria considerado muito feminino. Aparentemente elas performavam trejeitos que as identificavam discreta e silenciosamente como o casal mais notadamente sapatão daquele local.

Aproximadamente às 22 horas chegaram ali outras duas mulheres de um nível social que eu não esperava ver ali. Vestiam-se com muita elegância, mas não tão tradicionais, de maneira elegante, mas arrojada. As duas performavam uma feminilidade padrão. Uma delas, a que estava de passageira, vestia uma camisa e calça social feminina, um tênis tipo “kichute”, cabelo loiro, liso e longo, usava uma pequena bolsa; a outra, a motorista, usava salto alto e também roupas sociais, uma saia mais justa, de linho, acima do joelho, usava uma bolsa e o cabelo com um rabo de cavalo comprido, liso, com tintura de reflexos bem loiros. Ambas aparentavam ter aproximadamente uns trinta e dois (32) ou trinta e seis (36) anos de idade e estavam de unhas pintadas, com cor de café.

No início eram bem reservadas, não conversavam muito entre si e quando o faziam, falavam em um tom de voz bastante baixo. Mais tarde, às 23h50min, já com o bar fechando, após o consumo de algumas cervejas elas estavam falando bem mais alto e pude perceber que estavam numa leve discussão, motivada no fato de que uma delas, a que chegou dirigindo o carro, postou uma foto no *Instagram*<sup>6</sup> mais cedo e a outra estava com ciúmes dos comentários que foram feitos na postagem ao longo do dia. Levantaram-se e entraram no veículo discutindo, tratando-se com aspereza, mas sem chamar muita atenção das demais pessoas que ali estavam.

Outra tentativa de incursão em campo que fiz, em outro estabelecimento de sociabilidades noturnas, foi o Bar da Lílian o qual me havia sido indicado por conhecidas mais velhas no movimento lésbico em Goiânia. O Bar da Lílian ficava no setor Universitário. Mas aparentemente sua atividade ficou restrita aos anos de 2013 a meados de 2017. Ou seja, por ocasião de minha entrada em campo já não estava mais em funcionamento.

Outro ambiente que me foi indicado como potencial para compor o campo desta pesquisa foi um lugar conhecido como o Feirão do Chopp, que estava situado na Avenida Anhanguera, no setor Campinas. Segundo me disseram esse seria um dos melhores locais para etnografia, no interesse desta pesquisa, uma vez que era frequentado por mulheres da classe trabalhadora das mais variadas faixas etárias e com amplo espectro de performatividade. Desde “*ladys*” a “*bofinhas*”, ou seja, com

---

<sup>6</sup>O Instagram é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que foi lançado em 2010 e atualmente conta com mais de um bilhão de usuários ativos.

performances de gênero que vão desde o que é cultuado e propagado como modelo de feminino, à expressão mais masculinizada, chamada de “bofinha”, “caminhoneira”.

Tentei ingressar nesse ambiente em duas ocasiões distintas. Na primeira quando eu me aproximava da entrada, à minha frente estava um grupo de rapazes e um deles usava uma tornozeleira eletrônica, dispositivo com rastreamento de localização geoespacial utilizado, neste caso, pela polícia penal para monitoramento da população carcerária em regimes semiaberto e aberto. Quando me atentei às fisionomias desse rapaz percebi que ele era um apenado do presídio em que eu trabalhava (no primeiro ano e meio desta pesquisa não recebi bolsa e conciliava o mestrado com o trabalho como agente penitenciária) e neste mesmo instante temi não só por minha segurança, mas também pelo bom andamento do trabalho de campo que pretendia realizar com as mulheres que ali frequentavam. Imaginei que, na melhor das hipóteses, caso ele me reconhecesse, poderia comentar com alguns de seus amigos e logo, muitas daquelas mulheres, interlocutoras em potencial, poderiam estar desconfiadas sobre o real motivo de minha presença ali.

Em outra tentativa de incursão no Feirão do Chopp quando lá cheguei já havia acontecido uma briga neste local e havia várias viaturas policiais na entrada do local impedindo a entrada e saída de pessoas, porque estavam realizando uma revista geral, nas pessoas e no local. Deste modo, acabei cedendo à intuição que me disse para evitar aquele local, como um dos meios de acessar as interlocutoras para esta pesquisa.

Esta constatação, de que os principais locais potenciais que me foram indicados para alcance das interlocutoras estavam de certa forma inacessíveis, fosse por terem alterado seu público cativo, por terem encerrado suas atividades ou por motivos de segurança, somada ao fato de que a pesquisa foi realizada majoritariamente sem bolsa e sem nenhum outro tipo de financiamento, determinou uma mudança nos rumos de minhas principais incursões em campo.

Por essas razões, e devido a falta de recursos financeiros pessoais desta pesquisadora, após muito refletir sobre como seria operacionalizado o primeiro contato com as possíveis participantes desta pesquisa, foi adotada uma estratégia que levasse em conta a economicidade financeira e que pudesse alcançar a maior quantidade de mulheres possível: um chamamento público via *internet* por meio da rede social *Facebook* e do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*.

Como uma forma de conseguir alcançar um número maior de contatos de campo, publiquei em meu perfil do *Facebook* que estou discente do PPGAS/UFG e estava realizando uma pesquisa sobre conjugalidades lésbicas e seus conflitos e meandros. Publiquei, também, em alguns grupos, a maioria privados, tais como o, *Indique uma Mana Goiás, Lésbicas de Goiânia-GO, Rede Feminista Goiás, Marcha das Vadias Goiás*. Em seguida, pedi que as mulheres que tivessem interesse em participar entrassem em contato comigo e que, privada e individualmente, eu tiraria eventuais dúvidas que elas pudessem ter.

A partir dessas postagens e após muitas tentativas de acesso às mulheres enfocadas neste trabalho, tive acesso a um conjunto de mulheres que se dispôs a participar da pesquisa. Através de um contato primeiramente virtual, mas individualizado com cada uma das mulheres, expliquei um pouco mais sobre a pesquisa e na sequência marcamos dia e local para conversarmos pessoalmente, oportunidade em que pude entrevistá-las.

Refletindo sobre os percursos da pesquisa, sobre os métodos e as metodologias que foram adotadas, sobre o cuidado em não impor minhas concepções sobre o campo de pesquisa, e com a consolidação das disciplinas cursadas comecei o processo abordado por Cardoso de Oliveira em seu texto “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever” (1996) de disciplinar o olhar e o ouvir para o campo.

Segundo Cardoso (1996, p.18) a “teoria social pré-estrutura o nosso olhar e sofisticada a nossa capacidade de observação”, ou seja, o olhar sobre as narrativas que serão trabalhadas não foi mais aquele olhar que eu voltava à minha própria história, mas um novo olhar, uma “escuta especial” que faz determinadas coisas ressaltarem em detrimento de outras. Esse processo todo agora é balizado pelas ideias, teorias e métodos próprios da antropologia. Sendo um destes métodos a observação participante. O autor supracitado ressalta que a observação participante permite o “encontro etnográfico”, ou seja, a interação e a troca de informações, com pessoas que são interlocutoras, não informantes ou entrevistadas, o que permite uma relação dialógica (CARDOSO, 1996). Relação essa igualmente almejada por essa pesquisa.

A observação participante se faz importante neste trabalho porque as narrativas sobre a violência não compreendem apenas a fala, nem são sempre

conscientes para quem os enuncia. Elas também envolvem o não-dito ou o silenciado, assim como um conjunto de práticas e concepções que garantem a circulação de imagens acerca de concepções sobre a violência. A etnografia, neste caso, auxiliaria, sobretudo a evidenciar a conjunturalidade e a relatividade das concepções sobre o que é a violência e como ela se materializaria. Quanto a essa questão, o antropólogo TheóphilosRifiotis aponta que:

Ao invés de acreditar que existe algo como “a violência” em relação à qual “agressores” e “vítimas” se comportam, deveríamos procurar ver como as coisas acontecem concretamente. Seria interessante identificar quais práticas e discursos estão sendo postos em jogo, pois é a partir deles que é construída a nossa própria imagem do campo da violência. (RIFIOTIS, 1997, p.10)

Além da observação participante, realizei entrevistas semi-estruturadas com dezessete (17) interlocutoras. As entrevistas foram realizadas em diferentes lugares, uma vez que, pensando no bem-estar, tranquilidade e comodidade das interlocutoras, pedi a elas que indicassem o local que consideravam seguro e confortável para nossa conversa. Deste modo, realizei uma (01) entrevista por vídeo-conferência, utilizando-me dos recursos e ferramentas de um *software* de vídeo-chamadas, o *Skype*. Uma (01) via *e-mail*, uma (01) em um parque público na cidade de Goiânia, quatro (04) nas dependências de universidades públicas situadas em Goiânia, e dez (10) nas casas das respectivas interlocutoras. Desta universalidade de entrevistas pude gravar dezesseis (16), sendo que somente não gravei a que foi operacionalizada através do recurso de *e-mail*.

Em todos os encontros para entrevistas, fossem elas virtuais ou presenciais, logo após o cumprimento de cordialidade, eu informava as interlocutoras que seus nomes seriam trocados visando manter sua segurança e anonimato. Também deixei claro que não haveria qualquer tipo de pagamento ou remuneração pelas conversas e entrevistas, que essas estavam se dando unicamente em razão de pesquisa acadêmica e que, caso em algum momento elas se sentissem desconfortáveis ou invadidas com as conversas e entrevistas, poderiam se retirar da pesquisa, a qualquer tempo, fosse durante nossas conversas, ou mesmo após finalizadas as entrevistas, e sem ter que justificar porque estavam se retirando do estudo. Dessa forma, após esses esclarecimentos elas assinaram o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE) para participação neste estudo. Nenhuma delas retirou-se da pesquisa.

A aproximação em campo por vezes foi permeada por medos e inseguranças. Medo de que as entrevistas e conversas pudessem remexer sentimentos e dores ainda não curadas nas interlocutoras. Enquanto pesquisadora não tive responsabilidade pelas agressões, abusos e violências vividas pelas interlocutoras no passado, mas se tornou uma questão ética, a preocupação sobre os efeitos de remexer, revirar as memórias destas mulheres com perguntas sobre alguns aspectos de seus relacionamentos passados. Minha grande preocupação era como elas se sentiriam depois de nossos encontros e conversas. Temi que ficassem angustiadas, ansiosas, tristes, reclusas etc.

Essa preocupação influenciou minha preparação para as entrevistas. De minha parte procurei estabelecer um vínculo de confiança delas comigo, enquanto pesquisadora. Busquei, desde o primeiro contato, demonstrar o quanto trato o tema e esta pesquisa com seriedade. Acredito que a explicação de como seria processada a participação de cada uma delas, individualmente, e o tempo adequado para leitura do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE), bem como esclarecimento de quaisquer pontos que por ventura elas tivessem dúvidas, ajudou a demonstrar a seriedade deste trabalho.

Para o estabelecimento do vínculo de confiança entre pesquisadora e interlocutoras foram usadas estratégias diversas, como olhar mais ou menos fixo na detentora da fala, gestos de suporte, como um tocar nos ombros ou mãos, relatos de experiências pessoais. Às vezes, senti que elas me contavam seus relatos pessoais esperando ouvir algo pessoal meu, que esta seria a forma de aprofundar a relação de confiança, pois assim ambas ficávamos “expostas”.

Percebi em algumas das participantes um sentimento ambivalente, porque ao mesmo tempo em que as interlocutoras revelam suas vivências numa confidencialidade parecida a um “segredo”, elas sabem que este “segredo” será publicado através desta dissertação e artigos científicos. A ambivalência oscilava entre o não querer mais falar sobre isso, deixar aquelas experiências se esvaírem com o tempo e, simultaneamente, “gritar aos quatro cantos” o que vivenciaram, expor o que acreditam que precisa ser debatido. A saída ética, ou seja, o método adotado para respeitar essa “aliança de segredo” entre pesquisadora e interlocutoras foi firmada de maneira formal através do TLCE, e tacitamente durante

os encontros e entrevistas através da substituição do nome de todas elas, e a ocultação de todo e qualquer sinal ou símbolo que pudesse as tornar identificáveis.

Esses métodos permitiram o compartilhamento de narrativas que nos afetam e fazem do campo e da experiência vivida um instrumento de produção de conhecimento de suma importância em um momento em que movimentos e ativismos feministas e de mulheres se desenvolvem com grande potência em quase todos os pontos do globo.

Nesse sentido, a antropóloga Sônia Maluf (1999, p.69) considera a “narrativa como forma de interpretação da experiência individual e coletiva como veículo de sentido. [...] onde são abordados a pessoa, sua experiência e os sentidos dados a essa experiência”. Desta forma, as narrativas das interlocutoras desta pesquisa constituem-se, ao mesmo tempo, como retórica acerca de experiências de vida e como um meio de compreender tais experiências. Isso, pois a narrativa de vida é, também, um ato de rememoração e reinterpretação em retrospecto, onde as interlocutoras refletem sobre suas próprias vivências e dão-lhes sentido, por vezes renovado no processo mesmo de narrar.

Diante das discussões dessa autora e das narrativas que pude encontrar em campo, o método da narrativa de vida atende de forma mais adequada ao objetivo a que essa pesquisa se propõe. Isso porque é através dela que a pessoa se “revela”, agenciando um sentido a sua experiência. De acordo com Maluf (1999, p.76), seriam particularmente as narrativas de vida que trariam: “mais fortemente essa dimensão de desvendamento ou de revelação da pessoa, dando um sentido a sua experiência.”

Considerando o campo como um contexto próximo à pesquisadora, esse trabalho dialoga mais centralmente com autores da antropologia urbana. Especialmente com as orientações no sentido de observar e “estranhar” o familiar, como apontou o antropólogo Gilberto Velho. É importante para esta pesquisa o “movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, (que) permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros”(VELHO, 1978, p.09).

Nesse sentido, o autor ressalta ainda que acredita ser:

“possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados.” (VELHO, 1978, p.11)

Estabeleço diálogo também, em relação ao espaço urbano, com as considerações do antropólogo José Guilherme Cantor Magnani no que se refere às análises voltadas para a dinâmica urbana contemporânea e as maneiras de uso e ocupação dos espaços e instituições urbanas pelos mais variados grupos.

Porém, minha experiência em campo trouxe a necessidade de, mesmo mantendo as contribuições dos diálogos com esses autores, utilizar estratégias teóricas para a análise das narrativas e não necessariamente para examinar os deslocamentos urbanos ou as apropriações sociais do espaço entre as interlocutoras.

Uma dessas estratégias é de, ao “traduzir” o campo em texto e analisar as informações compartilhadas pelas interlocutoras nas entrevistas e nas conversas informais realizar, conforme aponta a antropóloga Mariza Peirano, o:

processo de descoberta antropológica: uma descoberta que é um "diálogo", não entre indivíduos - pesquisador e nativo - mas, sim, entre a teoria acumulada da disciplina e o confronto com uma realidade que traz novos desafios para ser entendida e interpretada; um exercício de "estranhamento" existencial e teórico, que passa por vivências múltiplas e pelo pressuposto da universalidade da experiência humana.” (PEIRANO, 1992, p.9)

Os referenciais metodológicos foram escolhidos objetivando a pretensão de tornar possível o diálogo e a convivência entre esta pesquisadora e as interlocutoras. Procurei estabelecer em campo relações dialógicas onde o ouvir se conforma em uma escuta atenta para o que a interlocutora diz, e não o que esperamos encontrar.

Nos casos específicos em que compartilhei parte das experiências por mim vividas, tive o cuidado de fazê-lo após ouvir as interlocutoras, salvo em alguns casos em que, diretamente elas me perguntavam algo em específico. Neste caso não menti nem adieei as respostas por entender que respondê-las compunha uma equação de respeito e confiança, necessários a conversa e entrevistas.

Ao ouvir parte do meu relato a maioria delas demonstraram empatia e praticaram gestos de acolhida, como um retrair de boca e, pouco tempo depois, um leve sorriso. Algumas ficaram bravas, gesticulavam, sobretudo com os braços, como se estivessem se colocando de prontidão para ajudar a me defender dos episódios de violência relatados. Outras, todavia, recebiam meu relato com surpresa, ao perceber isso eu perguntava sobre o porquê da surpresa, elas me respondiam, em resumo, que não imaginavam uma pessoa fisicamente forte como eu, tão “esclarecida das coisas”, submetendo-me ao que lhes relatei.

Importante atentar que escolhi a expressão “interlocutoras” – e não informantes ou entrevistadas – para me referir as participantes deste estudo. Isto se dá porque, conforme nos lembra a antropóloga UrpiMontoyaUriarte (2012, p. 07), “a palavra cedida se dá num contexto de diálogo, numa relação dialógica, e é nesse diálogo que os dados se fazem para o pesquisador”.

Essa preocupação, de analisar e expor os dados encontrados, mas saber que o texto etnográfico não é uma representação absolutamente límpida da realidade, faz consonância com as considerações do estudioso James Clifford e suas discussões sobre a construção do texto etnográfico.

Nesse sentido, ainda que dialógico, o texto antropológico é, neste caso, produzido por uma única pessoa e durante a tradução de experiências para a forma textual ocorre uma “dialética entre experiência e interpretação” (CLIFFORD, 2002, p.34). Assim, o texto etnográfico se dá como uma espécie de criação ou invenção - e não como mera transcrição - além de sempre mediada pela subjetividade. No limite, podemos pensar em um encontro de subjetividades recriadas e em processo, nesse momento como texto, a partir dos fragmentos narrados de experiência e artificialmente coordenados de modo a constituir práticas de representação.

Até aqui discuti questões relacionadas à metodologia, questões éticas, e práticas etnográficas dialógicas. Na sequência me deterei em apresentar as interlocutoras e o contexto de nossa interação em campo.

### 1.3 As interlocutoras acessadas em campo

Ao definir com quem esse projeto dialogaria, com quais mulheres iria conversar e entrevistar, levei em consideração a reflexão de Lacombe (2010), para quem nosso percurso, enquanto pesquisadoras lésbicas, é desenvolvido a partir da trincheira da alteridade, com grande esforço para evidenciar e tornar visível o lugar do outro. Desenvolvo na sequência uma breve contextualização dessas interlocutoras, destacando, entre outras questões, seus marcadores sociais de diferenças e algumas observações sobre seus percursos biográficos.

A maioria das interlocutoras deste trabalho, ao responderem ao chamado realizado via internet, identificaram-se, inicialmente como lésbicas. Num interessante apontamento de Andréa Lacombe sobre o termo “lésbica” enquanto categoria política ela afirma que “a palavra lésbica pode ser utilizada como um termo guarda-chuva por meio do qual se pode encarar uma agenda de demandas de determinados sujeitos com certas características comuns que possibilitam seu aglutinamento (LACOMBE, 2015, p.15).

Embora a princípio a maioria das interlocutoras tenham se identificado como lésbicas, por ocasião das conversas e entrevistas apenas dez (10) delas se definiram como lésbicas, as demais se dividiram em dois grupos, sendo cinco (05) que se definem como bissexuais e duas (02) como pansexuais. Acredito que, a apresentação das interlocutoras, num primeiro momento, como lésbicas, se deu em razão da maior força e expressão na pauta política da identidade lésbica. Como se para revelarem uma identidade sexual ainda mais invisibilizada e subalternizada, que a lésbica, precisassem sentir-se mais confortáveis e seguras.

É preciso destacar que o campo e as categorias êmicas encontradas por Lacombe são diferentes dos encontrados nesta dissertação. A pesquisa realizada pela citada antropóloga, por ocasião da sua tese de doutoramento, em 2010, teve o trabalho de campo desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a pesquisa que originou esta dissertação foi realizada na Região Metropolitana de Goiânia-GO.

Neste trabalho, dialogamos com mulheres que se auto reconhecem como lésbicas, bissexuais e pansexuais. Logo, além da categoria lésbica estão incluídas

outras categorias<sup>7</sup>, definidas pelas interlocutoras, que em algum momento de suas vidas se relacionam com outras mulheres.

Com relação a idade das interlocutoras, onze (11) delas estavam entre os 18 a 24 anos. Duas (2) delas estavam entre os 25 a 30 anos e quatro (4) entre 31 a 35 anos. Portanto, todas as interlocutoras poderiam ser vistas (e se viam) como localizadas entre a juventude e a vida adulta, em termos do curso da vida. Não participaram diretamente de minha pesquisa menores de idade, nem mulheres na meia idade ou velhice.

Quanto ao local de nascimento seis (6) interlocutoras são de Goiânia, uma (1) é da cidade de Trindade e duas (2) são de Goiatuba. Saindo do estado de Goiás, duas (2) das entrevistadas são originárias de Brasília – DF, e as demais, individualmente, são respectivamente de: de Palmas – TO, Correntina – BA, Maceió – AL, Corrente – PI, Guaxupé – MG, e São Paulo – SP. No que se refere ao pertencimento racial, baseado em autodeclaração, três (3) das interlocutoras se definiam como “pretas”, duas (2) “negras”, cinco (5) “pardas”, cinco (5) “brancas”, uma (1) “morena clara” e uma (1) não quis se autodeclarar.

Com relação à escolaridade, uma (1) das interlocutoras informou ter estudado formalmente até o ensino médio incompleto, seis (6) afirmaram ter o ensino superior completo e dez (10) possuíam superior incompleto. Quatro (4) das interlocutoras declararam renda per capita menor que o salário-mínimo atual (R\$ 998,00), oito (8) afirmaram renda per capita de até dois salários-mínimos (R\$ 1.996,00), duas (2) recebem até três salários-mínimos (R\$ 2.994,00), e duas (2) disseram receber valores maiores que três salários, mas inferior a R\$ 5.000,00. Uma (1) das interlocutoras não quis declarar sua renda.

De todas as entrevistadas que integraram este estudo, apenas duas (2) são mães. Nenhuma das participantes declarou-se com alguma deficiência. Todas as dezessete (17) interlocutoras que colaboraram com esta pesquisa, tem identidade sexual não heterossexual pública, isto é, já vivenciaram o *outing*, localmente identificado como “fora do armário”.

---

<sup>7</sup>Como nos alerta a antropóloga Andrea Lacombe, “é preciso lembrar o caráter histórico e contingente das palavras, razão pela qual seus usos também devem ser revistados permanentemente para não deixar de fora aqueles que esperam ser representados” (LACOMBE, 2015, p.16)

Dentre as interlocutoras que acessei apenas uma delas, Patrícia, é legalmente casada com outra mulher. A maioria se refere ao seu relacionamento como namoro. No entanto, outras como Sara, Marta, Camila e Susie, referem-se aos seus relacionamentos como “casamento”, uma vez que residem, ou residiram, na mesma casa e compartilham objetivos de vida enquanto casal, mas não são legalmente casadas. Esse dado é importante e merece atenção porque revela que grande parte das conjugalidades abordadas neste estudo não estão atravessadas pelo reconhecimento formal do Estado.

Uma das integrantes deste estudo, durante entrevista, me confrontou com o seguinte desabafo:

Eu tenho uma grande raiva da ciência (risos), eu acho que se a gente conseguir, acho que só nós né, eu me formo em cientista social, caminho, vou pra antropologia, como você tá agora na antropologia, né, eu acho que quando a gente consegue perceber certas coisas a gente consegue, a nível pessoal isso modifica muito a gente, mas não tem que ficar só no nível pessoal, né, tem que ser expandido, tem que ser colocado pra quem vai poder ter acesso a isso, isso tem que chegar não pras mulheres que tão dentro da universidade, elas tão careca de saber dessas coisas, mas isso tem que chegar, por exemplo, nas periferias. Quantas mulheres sofrem esses tipos de violências que são outras práticas e performances né, dentro da periferia, de lésbicas e não lésbicas, seja lá o que for. Dá pra ajudar né, mas é um caminho a gente tirar isso daqui do papel vai ser mais eficaz, né, que a gente siga nessa luta pra tentar levar esse conhecimento pra realmente quem precisa desse conhecimento. (...) Porque que a gente não tá na periferia, porque que a gente não tá conversando com essas mulheres? Eu sei que não é fácil, eu sei que não é só chegar e conversar, isso não existe em lugar nenhum do mundo, mas acho que a gente precisa expandir, tirar isso dos muros da universidade e começar, sei lá, nem que seja construir rodas no meio de uma praça que chamasse atenção, não sei. [DANDARA, 22 anos, negra, pansexual, estudante, entrevistada em junho de 2018]

O impacto, ainda que pessoal, do acesso à universidade como apontado por Dandara, também foi experimentado por Rosalinda:

Anos depois. Quando eu entrei na faculdade, quando eu comecei a ter acesso a um certo estudo de gênero e sexualidade, quando eu fui apresentada ao termo relacionamento abusivo, e como ele se constitui que eu parei pra pensar “opa, tudo aquilo que eu vivi foi abusivo”.

Porém, esse compartilhamento chama atenção para uma possível armadilha de que estudar gênero e sexualidades poderia nos livrar de estabelecer relações abusivas. Pois, foi justamente no ambiente de discussões e militâncias negra, feminista e lésbica que Sandra vivenciou relacionamento abusivo.

Elas me possibilitaram destacar o perfil das entrevistadas que consegui acessar. Em termos gerais, elas compartilham um perfil sócio-econômico muito parecido com os desta pesquisadora: adultas-jovens, acadêmicas, algumas de classes populares, outras de classe média-baixa. Pretendi acessar outras mulheres, não escolarizadas, mães, deficientes, de classes sociais ditas mais altas, mas não tive êxito quanto a isso. A dificuldade de acesso a outras mulheres, com outros marcadores sociais não foi superada mas ainda existem inquietações a serem abordadas. Neste ponto restarão anseios que impescindirão outras pesquisas, que utilizem, quem sabe, outras formas e ferramentas de acesso às interlocutoras.

A experiência com as entrevistas foi realizada, com zelo, com cuidado e, sobretudo, a meu ver, com amor. Esse compartilhamento de experiências, que por vezes foi doloroso para pesquisadora e interlocutoras, por suscitar memórias dolorosas permitiu certa aproximação dos significados de conflitos, violências e abusividades para as interlocutoras. Não presumo, porém, que todas as experiências narradas pelas interlocutoras foram idênticas às minhas, mas certamente houve muitos momentos de identificação e aproximação entre nós ao longo do trabalho de campo.

Entendo que todas nós ressignificamos nossas histórias, todas as entrevistas se deram em momento posterior aos casos relatados, ou seja, as mulheres que entrevistei não mais estavam, no momento da entrevista, vivenciando os relacionamentos que consideravam abusivos ou com presença de violência. É certo que a interlocutora que narra hoje uma situação vivida no passado já não é mais aquela pessoa de outrora. Conforme observou Maluf (1999) o conjunto das experiências vividas somados à prática narrativa levam o sujeito narrador a uma transformação interpretativa que o distancia do sujeito que vivenciou a história narrada. De modo que, como bem acentuou Maluf (1999, p.77), para essas interlocutoras “a própria capacidade de relatar essa história pessoal torna-se também um signo da transformação ocorrida.”

Comecei o campo procurando analisar a “violência conjugal entre lésbicas”, mas durante as entrevistas a confrontação com o encontrado levou a algumas mudanças. Como acentua Magnani (2002, p. 17):

“a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido.

Percebi, portanto, que o universo de significados das interlocutoras priorizava outras categorias, as categorias êmicas, entre elas *conflito* e *abusividades*, como veremos na análise mais adiante. Isso possibilitou então uma análise das narrativas das interlocutoras sobre o modo como constroem os sentidos de conflitos, abusos e violências no contexto de suas conjugalidades. Isso possibilitou, ainda, a compreensão das dinâmicas e operações do estabelecimento desses conflitos e as estratégias de resistência e de superação.

Devo esclarecer, neste ponto, que a escolha da terminologia “conjugalidade lésbica” para a escrita desta dissertação, abordagem e tratamento de todo este trabalho acadêmico não se refere à identidade sexual lésbica. Ou seja, o uso deste termo não tem a pretensão de homogeneizar todas as interlocutoras que tornaram possível esta pesquisa, provocando, desta maneira, o apagamento de suas respectivas identidades sexuais. Consideram-se, inclusive, esses dados relativos às identidades sexuais de cada interlocutora muito importantes, no entanto, o uso da expressão “conjugalidade lésbica” é empregado para referir-se, sempre, ao relacionamento afetivo e sexual das interlocutoras com outras mulheres.

Nesse caso, ao empregar essa denominação não pretendo criar uma categoria guarda-chuva que vá ofuscar, ou esconder as especificidades identitárias das interlocutoras, mas escolho uma expressão que explica, sem sombra de dúvidas, a situação a qual se refere. De modo que, sem desconsiderar a importância das vivências, gramáticas de construção e realização dos desejos das mulheres bissexuais e pansexuais que colaboraram com esta pesquisa, o termo conjugalidade lésbica será utilizado estritamente para referir-se à experiência de relacionamento conjugal com outras mulheres.

## 1.4 Categorias Analíticas

Nessa dissertação, são tomadas como categorias analíticas as noções de *violência* (RIFIOTIS, 2008), *abusividade* (SOUSA, 2017) e *relações de poder* (FOUCAULT, 1989). Segundo Rifiotis, “a ‘violência’ foi aceita como objeto científico, sem a devida problematização” e “apesar da riqueza dos trabalhos empíricos, há uma carência de reflexão teórica nestes campos” (2006, p.27). Diante disso ele tem se empenhado em um “projeto ambicioso e ainda em desenvolvimento”: elaborar uma genealogia da violência.

Para iniciar essa ‘genealogia da violência’ Rifiotis diferenciou três tipos de discursos, que, segundo ele, são assimilados indevidamente o discurso contra a “violência”, o discurso analítico e o discurso da própria “violência”, como linguagem e expressão social. Para ele ‘violência’, nessa perspectiva genealógica, “é um problema social e não um objeto analítico” (RIFIOTIS, 1997). De fato, ‘violência’ é um termo que funciona nos discursos como um operador que, ao mesmo tempo, descreve e qualifica eventos: ‘Violência’ é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que, segundo ele, parece desnecessário defini-la. Nas palavras de Théophilos Rifiotis

Ao invés de acreditar que existe algo como “a violência” em relação à qual “agressores” e “vítimas” se comportam, deveríamos procurar ver como as coisas acontecem concretamente. Seria interessante identificar quais práticas e discursos estão sendo postos em jogo, pois é a partir deles que é construída a nossa própria imagem do campo da violência. (RIFIOTIS, 1997, p.10)

É através de uma abordagem cotidiana, mais vivencial, mais próxima das experiências concretas das minhas interlocutoras, que se torna possível alcançar a pluralidade da violência e suas significações, ou seja, alcançar as categorias êmicas. Pois, o discurso sobre a violência não compreende apenas a fala, nem é consciente para quem o enuncia; ele também é o não-dito ou o silenciado, um conjunto de enunciados, práticas e falas, que garantem a circulação das imagens sobre a própria violência.

Como definido por Clifford Geertz, em seu clássico 'Conhecimento local e conhecimento global – locais do conhecimento'. Um conceito próximo da experiência é, a grosso modo, um conceito pelo qual qualquer um - um paciente, um sujeito, no nosso caso um informante - poderia, ele mesmo, naturalmente e sem esforço, se servir para definir o que ele e seus companheiros vêem, pensam, sentem, imaginam e assim ele compreenderá facilmente quando este conceito for aplicado pelos outros da mesma maneira (GEERTZ, 1986, p. 73).

Por outro lado, um conceito distanciado da experiência é aquele tratado objetivamente, capaz de lançar-se como categoria analítica. Nesse sentido, ainda para Geertz:

Um conceito distante da experiência é aquele que os especialistas de uma forma ou de outra - um analista, um experimentador, um etnógrafo, mesmo um padre ou um ideólogo - empregam para apresentar seu objetivo científico, filosófico ou prático." (GEERTZ, 1986, p. 73)

Assumindo a variação semântica e alta carga moral-valorativa impingida na acepção de "violência", poderíamos considerar esta situação do tratamento político-experiencial e científico-analítico, como um prisma óptico geométrico, onde os termos êmicos, oriundos de um conceito próximo da experiência, são os que permanecem do lado onde a luz, como um arco-íris, se decompõe em diversos espectros; o termo violência enquanto categoria analítica, oriundo de um conceito distante da experiência, é, por sua vez, o feixe branco que recompõe em um só os demais.

Para Rifiotis, "é nosso dever, enquanto antropólogos, nos perguntarmos o que as pessoas envolvidas estão tentando fazer, quando estão fazendo, aquilo que chamamos "violência"?" (Rifiotis, 2006, p. 27) Ou seja, é necessário uma vigilância ética e epistêmica de modo a não deixar que o discurso de indignação passe a ocupar o lugar do discurso analítico, confundindo, análise e denúncia.

A indignação é uma reação de adesão e emoção, mas não é necessariamente o melhor caminho para produzir mudanças. A indignação pode ser um problema ou uma oportunidade; mas, é preciso pensar sobre os riscos que limitam o olhar e, principalmente, a capacidade analítica, senão ela se torna uma armadilha. Em linhas gerais, podemos afirmar que a indignação acompanha a exteriorização e, no limite, a estigmatização do outro considerado exclusivamente

como "agressor", além de postular uma polaridade e negar a existência de vínculos significativos entre os sujeitos (Rifiotis, 2006, p.30).

Outra categoria que torna possível a análise das narrativas de minhas interlocutoras é "abusividade" nos termos propostos pela antropóloga Fernanda Kalianny Martins Sousa. Abusividade surge como um conceito com novo peso moral, mais contemporâneo. A partir dessa categoria de análise, em contraponto à categoria "violência", procuro conhecer a atribuição de significados que minhas interlocutoras fazem a seus próprios relacionamentos. Uma vez que violento/abusivo varia não só contextualmente de forma mais ampla, mas também na trajetória de uma mesma pessoa (SOUSA, 2017).

Para Sousa (2017) a criação de novos conceitos ou categorias podem gerar mudanças na forma de perceber, entender e compreender experiências por parte dos indivíduos. Uma vez que essa nova categoria pode ocasionar uma reclassificação ou uma reexperiência, fazendo com que, por um lado algumas pessoas possam sentir empatia pelo novo termo, reconhecendo nele a experiência vivida.

Regina Facchini e Carolina Ferreira (2006), ao mencionarem o aumento no uso das expressões "relacionamentos abusivos" e "abusividades" destacam que "quando muitas mulheres trazem seus relatos fazem as outras perceberem que não são as únicas a passar por aquele tipo de situação, encorajam-se a falar e tiram o foco apenas de si, enxergando um problema maior no qual estão inseridas.

Em 2016, ainda durante sua pesquisa de campo que objetivava identificar quem são os sujeitos falando sobre relacionamentos abusivos, em quais espaços isso tem sido feito e qual o alcance possível para esse debate, Fernanda Sousa etnografou dois eventos de compartilhamento de experiências e problematização das relações afetivo-sexuais abusivas entre mulheres, realizados na cidade de São Paulo. Para ela as narrativas eram feitas de modo a trazer à tona alguns elementos de surpresa no que era dito, isto é, surpreendiam-se ao mobilizar aqueles acontecimentos que muitas delas haviam passado e que eram entendidos ali como relacionamentos abusivos entre mulheres.

Por fim, a última categoria que tomo como sustento para as análises de narrativas nesta dissertação é a noção de “relações de poder”. Segundo a perspectiva foucaultiana, onde poder não é considerado como um produto do modelo econômico, uma mercadoria, um bem que se possa possuir. Para ele “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1976, p. 89). Poder é fluxo logo, o que existe são práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia do que uma coisa, um objeto ou bem.

Foucault não formulou uma teoria do poder, o que ele propôs foi uma perspectiva ‘analítica do poder’. Portanto, não existe ‘o poder’, o que existe são *relações de poder*, caminhos para identificar de que forma os sujeitos atuam sobre os outros sujeitos isto é, formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Portanto, nesta perspectiva, não existe em nenhuma sociedade divisão entre os que têm e os que não têm poder. Pode-se dizer que poder se exerce ou se pratica. O que Foucault quer mostrar é que não existem sociedades livres de relações de poder. E, considerando que “poder” é retirado do exclusivo campo político para ser instalado no cotidiano, sua intenção está totalmente investida no interior de práticas reais e efetivas e na relação direta com seu campo de aplicação. A idéia é que o poder existe nas relações e que, embora todas as partes tenham acesso a seu exercício, tal acesso não se dá de forma igualitária.

Percebemos que no contexto afetivo-sexual as relações dos indivíduos são o resultado imediato das relações de poder exercidas, vividas e praticadas em seus relacionamentos. Em casos de maior assimetria nos depararemos com uma parte que irá instituir a autoridade (ainda que momentânea) e outra a obediência. Essa oposição entre quem irá exercer a autoridade e quem exercerá obediência não é permanente uma vez que todo poder pressupõe resistência. A respeito do estabelecimento das relações de poder, isto é, da disciplina, podemos imaginar que a imposição e exercício da disciplina nas relações conjugais poder ocorrer através dos medos ou desejos de cada indivíduo.

## CAPÍTULO II

### ENTRE PRINCESAS E SAPAS: INVISIBILIDADE DOS RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERES E CONJUGALIDADES LÉSBICAS

#### 2.1 “Ah! Nossa, nem parece” - das invisibilidades (dos estudos sobre) lésbicas à construção de referências teóricas

Toda conjugalidade é heterossexual, toda homossexualidade é masculina, toda violência é perpetrada por homens, mas algumas de nós, mesmo corajosas, passamos por violência conjugal em relacionamentos lésbicos<sup>8</sup>.

Eu, a coisa que eu mais escuto... E olha que eu me acho muito lésbica é “sério que você é lésbica? Você não parece” Escutei isso a vida toda, eu sempre tive essa forma de ser, eu nunca mudei digamos assim pra ser mais masculina quando estava me descobrindo, eu sempre fui desse jeito, nunca achei que tivesse que mudar. E eu escuto muito isso desde quando sou mais nova até hoje. Assim, no trabalho quando alguém fica sabendo, porque tipo assim, eu ‘tava’ até conversando isso esses dias com a minha namorada, se você é lésbica você tem que se assumir constante, você nunca deixa de se assumir, você sempre tá se assumindo, sempre tem aquela coisa... Entrou uma novata no trabalho, eu ‘tava’ conversando com ela ai ela “há você namora”? “Falei namoro”, e ela: “como que ele chama”? “Eu falei não e ele e ela”. Eu não escondo isso de ninguém, e eu sempre tenho aquele sentimento às vezes, por mais que eu, tipo assim, eu lido muito bem com minha sexualidade e tudo, eu fico tipo assim será que isso é um problema? Sempre tem aquele mesmo sentimento de quando você começou a se assumir e isso não acaba por que você tem sempre que contar e você sem fica assim, nossa isso é uma grande coisa? Sendo que não é uma grande coisa, tipo assim, só com quem eu me relaciono, sempre tem isso de você se assumir, sempre escuto isso “ah! nossa nem parece”. [BRUNA, 28 anos, branca, lésbica, servidora pública, entrevistada em abril de 2019]

A autoaceitação pra mim foi bem mais difícil do que eu ser aceita pela minha família. Na verdade eu sempre soube (que gostava de mulher). Porque assim, tem sempre esse discurso de “ah, eu sempre soube”, mas não é todo mundo que sempre sabe. Mas no meu caso eu sempre me sentia diferente, só que no meu caso como eu cresci dentro da igreja, minha

---

<sup>8</sup> Peço licença para parafrasear o título do livro *All the Women are White, all the Blacks are Men, but some of us are Brave* (Todas as mulheres são brancas, Todos os negros são homens, mas algumas de nós tem coragem) coletânea de textos editada por Barbara Smith e Patricia Bell Scott e publicada em 1982, marco nos estudos sobre mulheres negras nos anos 80.

mãe foi evangélica eu tinha cinco (5) anos de idade, então eu nunca tive contato com pessoas que se relacionavam com outras pessoas do mesmo sexo e talz. É... aí na escola assim, eu sempre olhava mais pras meninas e aí quando eu fui crescendo também olhava bastante pras meninas só que eu achava que tinha alguma diferente comigo, tinha algo de errado comigo. Como eu não havia tido esse contato de pessoas que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, pra mim na minha cabeça isso era errado né, porque a igreja falava isso. E também eu não sabia que tinha essa possibilidade. Então é a hora que entra... entrou aquele conflito na minha cabeça que eu deveria ter nascido homem porque eu gostava de meninas, só que eu nunca me senti homem, era o único motivo. E aí conforme eu fui crescendo, entrando na adolescência, eu nunca havia conversado sobre isso com a minha mãe mas eu fui conhecendo outras pessoas e eu fui descobrindo sozinha, com outras pessoas, em relação à isso. Só que eu falei, “não, então existe mulher que namora com mulher” então eu sou assim. Mas ainda assim eu não me aceitava e aí eu fui me aceitar mesmo eu acho que já em 2013, eu tava com dezoito (18) anos...[SUSIE, 25 anos, branca, lésbica, estudante, entrevistada em janeiro de 2019]

Não ter referências, não saber que era possível. A invisibilidade é tema recorrente quando se fala sobre lésbicas e mulheres bissexuais e essa invisibilidade reflete-se nos estudos e pesquisa que nos abarcam. Ao realizar uma revisão sucinta da bibliografia, sobretudo socioantropológica sobre conjugalidades e violência conjugal busquei revisar e dialogar com etnografias sobre conjugalidades lésbicas, principalmente trabalhos que enfocassem de algum modo narrativas sobre conflitos e violências. Isso se mostrou um desafio uma vez que não localizei, na etapa de levantamento bibliográfico, produção antropológica com o recorte específico do tema estudado.

Foi necessário focar em eixos temáticos mais amplos e, dessa forma, a composição do levantamento bibliográfico foi realizado através de produções sobre conjugalidades e, especificamente, conjugalidades não-heterossexuais (majoritariamente homossexuais/gays/bissexuais), sobre violência conjugal (majoritariamente heterossexual) e sobre violência em termos mais gerais. De forma complementar foram utilizados trabalhos que tematizam violência conjugal em casais de mulheres das áreas de sociologia, serviço social e psicologia.

Na área de conjugalidades não heterossexuais utilizo com referência o trabalho e os conceitos do sociólogo Luiz Mello (2004, 2005) e dele em conjunto com a socióloga Ana Paula Uziel e da antropóloga Miriam Pilar Grossi (2006) sobre conjugalidade homossexual e conjugalidades e parentalidades LGBT. Essas pesquisas não realizam um recorte, diferente do trabalho da antropóloga social Maria Luiza Heilborn (2004), intitulado “Dois é Par: gênero e identidade sexual em

contexto igualitário”, que traz um capítulo específico voltado à análise de relacionamentos lésbicos. Sobre conjugalidade lésbica utilizo ainda as reflexões da antropóloga Camila Pinheiro Medeiros (2006) em seu trabalho sobre uma família de mulheres homoparental na periferia de São Paulo, esse trabalho agrega a possibilidade de trazer mais variáveis, como classe e raça à discussão.

As referências de trabalhos com foco específico sobre a questão da violência conjugal têm, em sua maioria, como locus investigativo as relações heterossexuais e abordam, sobretudo, a violência a partir das questões de gênero. Nesse campo trago para o diálogo os trabalhos da antropóloga Maria Filomena Gregori (1993) que desenvolveu análise vanguardista nos estudos feministas brasileiros sobre a violência afetivo-conjugal. Os trabalhos da antropóloga Miriam Pilar Grossi (1994, 1998), “Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil” onde relata o desenvolvimento da problemática da violência contra a mulher no Brasil e “Rimando Amor e Dor: Reflexões Sobre a Violência no Vínculo Conjugal”. Serão também importantes as reflexões das sociólogas Cecília MacDowell Santos e Wânialzumino (2005) com uma “revisão crítica das principais referências teóricas das Ciências Sociais na área de violência contra as mulheres no Brasil” (Santos & Izumino, 2005).

Com o intuito de um acercamento mais específico sobre o tema realizei uma busca sobre estudos que tematizam violência conjugal em casais homossexuais. Os trabalhos encontrados se concentram na área da sociologia e psicologia. Serão abordados como referência os estudos sobre a violência conjugal entre homossexuais da socióloga portuguesa Cátia Sofia Ribeiro Fernandes (2016), a pesquisa desenvolvida conjuntamente pelas psicólogas Laura Gil Costa, Carla Machado e Rute Antunes (2011) acerca dos mitos e estereótipos sobre a violência em relacionamentos lésbicos e gays abusivos, e as reflexões da psicóloga Adriana Nunan (2004), em seu artigo intitulado “Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário?”

Especificamente sobre violência conjugal lésbica, são encontrados trabalhos mais pontuais também distribuídos nas áreas das ciências sociais e da psicologia. Para o diálogo com as informações encontradas no campo serão abordados os trabalhos, da cientista social Daniella Tebar Avena (2010) “A violência doméstica nas

relações lésbicas: realidades e mitos” e da psicóloga Juliana Mazza Batista Costa (2013) “Do lilás ao roxo: violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres”.

Dessa forma os conceitos mais amplos e as reflexões de estudiosas e estudiosos sobre conjugalidades não heterossexuais e violência nas relações conjugais foram interseccionados e ajudaram a compor a instrumentalização do olhar sobre a experiência de campo e as narrativas das interlocutoras.

Entrelaçando as narrativas das interlocutoras, à experiência do campo e à bibliografia pesquisada caminharemos pelas falas das entrevistadas onde se vislumbra a presença do discurso das expectativas de gênero, do “ser e viver uma história de mulher”, a expectativa da heterossexualidade, a história que deveria-se viver e o ser lésbica (ou ter a possibilidade de um relacionamento com mulheres). As reflexões sobre essas narrativas mobilizaram a abordagem de outros conceitos. Esses conceitos nos levam a novas narrativas que vão da expectativa da heterossexualidade até as discussões sobre conjugalidade LGBT e o caminho até a vivência da conjugalidade lésbica.

## **2.2. “Não vei, cê tá viajando, bora pensar outra coisa” - Lesbianidade e a heterossexualidade compulsória**

Minha família é muito católica né, então fui criada muito nessa coisa de igreja, depois também eu fui evangélica, e aí eu sempre... na hora que eu pensava (no desejo por mulheres) eu já “não vei cê tá viajando” bora pensar outra coisa. Tipo assim, então foi mais difícil pra eu me assumir do que, por exemplo, pra minha família me assumir. Tanto que eu assumi nos vinte e um (21) anos, foi mais difícil pra mim... minhas irmãs mesmo, eu falei, elas chorou, abraçou e pronto, minha mãe eu falei e ela “ai Janaína só para de beber, que eu não gosto que cê bebe”, eu era cachaceira (risos). Meu pai falou “ah tá” (risos), então foi mais suave, assim.... agora pra mim foi mais difícil, foi um processo e.. eu demorei um tempo, assim pra conseguir me organizar psicologicamente com isso, tanto que na época eu brigava muito com a minha mãe e aí... minha mãe falou pra eu ir no psicólogo e tal essas coisas, e na época eu fiquei mais puta ainda porque eu achava “ai, minha mãe acha que tem alguma coisa de errado comigo, não sei o que e tal” e

tinha mesmo, que eu tava ficando depressiva e tudo mais, mas aí eu achei que era uma implicância da minha mãe e briguei mais, mas aí depois desses tempo que eu fui saber que minha mãe na verdade tinha falado pra eu ir no psicólogo pra eu consegui me assumir é... de um modo mais tranquilo, e aí como eu não fui, aí minha mãe começou a ir no psicólogo, pra ela conseguir lidar com isso de modo melhor. [JANAÍNA, 31 anos, parda, lésbica, cientista social, entrevistada em abril de 2018]

[...] eu pensava que eu deveria ter nascido homem, já que gostar de mulher, dentro da nossa sociedade, é uma coisa de homem. Até a minha adolescência..., até eu entender que uma mulher poderia gostar de outra. E aí que eu vi que eu era lésbica, mas até então eu era uma pessoa confusa. (...) a minha mãe mesmo já me falou que eu me visto que nem homem. Tem gente que, na faculdade, uns caras, amigo, inclusive ele é gay também, não tem motivo pra fazer esse tipo de brincadeira, ele falando que eu era ativona e tal, isso que me coloca num papel de homem, só que eu não me sinto assim não.... sabe, é só a minha forma de vestir, tanto que as minhas roupas são todas, a maioria delas, compradas numa seção feminina. Então eu não me visto como homem, eu não visto roupa de homem. Então pela sociedade (eu sou vista como masculinizada), eu mesmo não. A minha mãe já falou, alguns amigos falam mas.... supõem que eu seja, sei lá, ativa ou qualquer outra coisa no meu relacionamento, seja o homem do relacionamento pela minha forma de vestir, só que....., dentro do meu relacionamento não existe isso.[SUSIE]

Em trechos como esses é possível identificar as percepções sobre performances de gênero, comportamentos esperados e como a vivência em uma sociedade generificada e heterocentrada marca as narrativas das interlocutoras.

Seria impossível pensar a violência conjugal lésbica sem enveredar pelos campos das conceituações de gênero, sexualidade, heterossexualidade compulsória e demais conceitos que me ajudarão a pensar a problemática proposta. Deste modo, devo considerar que o conceito de gênero está diretamente dedicado à desnaturalização das diferenças atribuídas aos homens e mulheres como inatas, decorrentes de distinções naturais, como afirmou a antropóloga Adriana Piscitelli:

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. (2009, p. 119)

Ou seja, gênero é pensado e concebido especificamente para desnaturalizar a diferenciação hierarquizada entre homens e mulheres, entre feminilidades e masculinidades, para desnaturalização da opressão das mulheres.

Embora o termo gênero já fosse utilizado<sup>9</sup>, foi a partir da conceituação da antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1993), que o termo começou a difundir-se. Em seu ensaio intitulado ‘O Tráfico de Mulheres’, Rubin desvela um verdadeiro sistema sexo/gênero, onde o gênero é por ela definido como “conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1993, p. 2).

O conceito de identidade de gênero que sustenta teoricamente esse trabalho é o desenvolvido pela filósofa estadunidense Judith Butler (1990)<sup>10</sup>, que o considera enquanto estilização repetida do corpo e conjunto de atos reiterados de tal forma que ao longo do tempo vem a ser assimilado como aparentemente natural. Ou seja, o gênero não é algo em si, algo que se é, mas sim algo se faz, uma performance, atos repetidos de forma performática e sustentados através dos signos corporais.

A escolha do conceito (re)formulado por Butler se deu, sobretudo, por considerar que a ampla interseccionalidade que forma a identidade do sujeito moderno, e reconhecer que o gênero se intersecta com diversos outros marcadores sociais (racial, étnico, classe, sexual, geracional etc.) e identidades constituídas e construídas discursivamente.

De igual modo, ao pensar a sexualidade, vê-se que este termo também carregava uma definição tradicional-naturalista, mas que diversos sociólogos, antropólogos e historiadores buscaram questionar essa presumida naturalidade e demonstrar que a vida sexual é tão social quanto qualquer outro aspecto da existência humana.

Com anseio de evidenciar a aparente naturalidade das relações de gênero e sexualidade, e a respectiva sujeição de um ao outro, para determinar prescrições social-performáticas e doutrinar desejos e modelos legítimos de prazer, Adrienne Rich (2010) em seu texto clássico com viés eminentemente político ‘Heterossexualidade compulsória e existência lésbica’, definiu o que entendeu significar a heterossexualidade compulsória: uma instituição que diminui o poder das

---

<sup>9</sup>Conforme relata Adriana Piscitelli(2009), citando o artigo “Gênero para um dicionário marxista” da historiadora DonnaHaraway, em 1963 o termo foi utilizado pelo psicanalista Robert Stoller, usando o conceito “de *identidade de gênero* para distinguir entre natureza e cultura.”(grifo da autora).

<sup>10</sup>Para uma noção ampla do conceito de gênero formulado por Judith Butler, referencia-se a obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”. (2008)

mulheres, em sociedades identificadamente masculinas. A heterossexualidade aparece como imposição institucionalizada (e forjadamente naturalizada pela prática reiterada das relações gênero/sexualidade) que assegura modos de opressão / exploração, constituindo a feminilidade como subalterna.

Eu tentava provar pra minha família que eu gostava de homem, só que eu gostava de mulher. Só que eu tinha medo de assumir, né? Muita falação, muita crítica etc. Aí eu esperei ficar um pouquinho maior, pra eles ver que realmente eu queria isso. [...] Na verdade eu brincava mais com homem, eu sempre gostei de brincar mais com homens. Eu nunca gostei de brincar com mulher, porque boneca esses trem eu num gosto. Eu gosto de coisa masculina, bola, carrinho, esses trem. Aí quando eu brincava com elas, às vezes eu sentia vontade de ficar com elas.[...] Aí eu me perguntava, se eu gostava realmente de homem ou de mulher. Aí teve um tempo que eu fui bissexual, eu ficava com homem e com mulher. Depois de um tempo isso foi me incomodando eu falava, ah, mas eu tenho que me decidir o que eu quero pra mim, se é homem ou se é mulher. Não critico quem é, entendeu? Isso foi me incomodando. Aí parei, falei, vou ficar só com mulher pra ver. Aí fui ficando só com mulher, aí foi, tô aí até hoje, é o que me atrai mais, é o que eu gosto. [MARTA, 20 anos, parda, lésbica, auxiliar de serviços gerais, entrevista em janeiro de 2019]

### 2.3 Do “plano de princesa” à conjugalidade lésbica

Assim, eu me assumi eu tinha vinte... de vinte e um pra vinte e dois anos [...] eu era evangélica, frequentava a religião evangélica e eu tinha um noivo. [...] Eu tinha todo aquele plano de Princesa, né? De casar, de ter filhos, de ter a casa própria junto com o rapaz que Deus enviou pra mim. [...] eu sempre tive atração por mulheres. Eu lembro da minha infância, de quando a gente começa a se descobrir, eu tinha muito problema com isso [...] minhas referências pessoais eram todas hétero. Então eu nunca me dei espaço pra isso, então assim, sempre que eu via que eu achava uma menina bonita, ou que eu tinha alguma coisa assim com menina eu me policiava e falava pô, isso não é certo, isso não é agradável né? Diante de, sei lá, aos olhos de Deus, de coisas assim do tipo. [ANA, 24 anos, branca, lésbica, estudante, entrevistada em junho de 2018]

Mas ainda assim eu não me aceitava e aí eu fui me aceitar mesmo eu acho que já em 2013, eu tava com dezoito (18) anos, quando eu... e eu comecei esse processo de auto-aceitação eu tava noiva de um cara, eu quase casei com um rapaz, que eu fiquei na igreja até os dezoito (18) anos, e a gente tava organizando pra se casar quando eu conheci uma moça e comecei a gostar dela. [SUSIE]

Crescer, casar com um homem, ter filhos, constituir uma família. Uma das interlocutoras chama esse “traçado” da vida das mulheres, cultivado e incentivado desde cedo, principalmente em contextos religiosos de “plano de princesa”. Em outros termos algumas das demais interlocutoras relatam relacionamentos heterossexuais e o “esforço” por tentar cumprir essa expectativa, ao ponto de vivenciarem situações de extrema violência na manutenção dessa expectativa

sou de uma família muito religiosa, uma família muito católica e aí eu vim estudar, eu vim loirinha, toda menininha, eu adorava rosa, mas assim, eu vim, o esteriótipo eu fazia parte, de um esteriótipo, né? De mocinha, docinho, mas eu nunca fui uma menininha docinha.[...]eu vim estudar, é o meu primeiro período na faculdade, eu sempre namorei meninos, eu tive duas relações abusivas com meninos. Eu fui violentada entre estupro e apanhar com meu primeiro namorado, ainda na Bahia, mas assim, a violência mesmo ocorreu quando ele veio atrás de mim aqui, então assim, a sequência de relações abusivas transcende, né, as minhas relações com meninas. E aí eu vim pra faculdade. No meu primeiro período eu tava tentando sair dessa relação abusiva e não tava conseguindo[...]meu ex namorado ele me perseguia ele ficava, é porque foi o único menino que eu namorei assim, é meu primeiro namorado que é da Bahia, ele veio atrás de mim pra cá[...]eu namorei 5 anos esse menino, eu namorei dos 13 aos 18. [AGNES, 24 anos, branca, lésbica, estudante, entrevistada em agosto de 2018]

O “plano de princesa” pode ser pensado a partir da naturalidade forjada do gênero e da sexualidade e das “bases prescritivas heterossexuais que tendem a fundamentar persuasivamente o modo como o curso da vida é compreendido e negociado” (HENNING, 2016, p. 341), conforme o conceito formulado pelo antropólogo Carlos Eduardo Henning de teleologias heteronormativas. Essas seriam, para o autor, as pressões e convenções sociais que determinam o que deve acontecer, ou melhor, o que devemos fazer em cada fase de nossas vidas. E que desenham os rumos de nossas vidas sob o viés heteronormativo. Segundo o autor:

[...] de acordo com boa parte dos homens que integram minha investigação, momentos do curso da vida como infância, adolescência, juventude, vida adulta, meia idade e velhice – conforme eles as teriam experimentado – estiveram sucessiva e fortemente atravessados pela expectativa do cumprimento de marcos biográficos vistos como heterossexuais. Do ponto de vista de meus interlocutores na meia idade e na velhice – ou “maduros” como preferiam se intitular -, eles teriam experimentado ao longo da vida uma forte pressão de cumprimento de certas convenções sociais sobre o que “deveria” ocorrer em cada um desses momentos assim como em seus pontos de transição. De acordo com eles, tais pressões teriam sido elementos que impactaram de modo não desprezível determinados rumos que nossas vidas teriam tomado. Assim, baseada no exame desses recorrentes relatos, minha análise aponta

que cada momento no percurso biográfico, assim como as suas transições, estão perpassados por influentes referenciais normativos heterossexuais. Esse conjunto de elementos, por sua vez, se consubstanciaria no que proponho denominar [...] como uma teleologia heteronormativa. (HENNING, 2016, p. 346)

Um dos principais desígnios dessa teleologia heteronormativa e da relação gênero-sexualidade é a expectativa da conjugalidade, que neste trabalho é compreendida segundo a definição feita pelo sociólogo Luiz Mello (2005), a partir do qual, pode-se afirmar que o termo conjugalidade é adotado para significar e descrever as construções de vivência, estratégias e hábitos de vida, investimento afetivo e material, segurança existencial e material, e compartilhamento de vida e projetos como casal, independentemente do casamento. Ou seja, a conjugalidade se forma com base nas demandas de satisfação individual e, também, com base no ideário do amor e da paixão independentemente do casamento.

E foi um relacionamento de oito anos porque tinha amor, tinha aceitação, por mais que tivesse brigas, por mais que a gente também tenha passado por períodos conturbados[...] Inclusive ela nem gostava que eu mantivesse contato com essa pessoa que eu namorei oito anos e é uma pessoa que eu conheci com oito anos de idade. É simplesmente uma pessoa que nunca vai sair da minha vida. Entendeu, nós construímos uma vida juntas como casal, e nós temos uma vida juntas como amigas. [ROSALINDA]

No entanto, quando se fala em conjugalidade há uma expectativa de união heterossexual, segundo Luiz Mello (2005), é o contexto heteronormativo e heterocentrado<sup>11</sup> da sociedade que traz essa suposição. Apesar de tal suposição, lésbicas e gays existem e vivenciam suas uniões, suas conjugalidades.

[...] observa-se que o processo de construção social da conjugalidade homossexual aponta para a afirmação do entendimento de que as relações afetivo-sexuais estáveis entre gays e entre lésbicas vêm se materializando como uma das novas formas de institucionalização de vínculos familiares no Brasil, principalmente quando se tem em vista a crescente legitimidade da autonomização da sexualidade em relação à reprodução e à conjugalidade, o questionamento da dimensão supostamente natural da família e do sistema de sexo e gênero e a ampliação do campo semântico das noções de direitos humanos e de cidadania, de forma a englobar os direitos sexuais e reprodutivos.(MELLO, 2005, p. 220-221)

Conforme observado por Grossi, Uziel & Mello (2006, p.482) os estudos sobre conjugalidades LGBTs “apontam elementos constituintes dos discursos, representações e práticas sociais relativas a formas não-heterossexuais de

---

<sup>11</sup>O autor aborda heterocentrismo como a associação compulsória do casamento e do amor a uma realidade ligada ao relacionamento afetivo-sexual entre um homem e uma mulher (Mello, 2003).

organização dos laços conjugais e a vínculos parentais protagonizados por gays, lésbicas e transgêneros”.

[...] sô casada (risos), digamos casada - *Por que que você considera esse relacionamento um casamento?* [PESQUISADORA] - Porque nós tá três ano vivo junto, agora que ela viajou um pouquinho nós tá afastada. [MARTA]

No início da década de 90 o reconhecimento da conjugalidade se torna reivindicação pública<sup>12</sup> e palco onde o Estado elege alvos de políticas públicas e assiste às disputas das concepções de direitos e cidadania. Luiz Mello (2005) ressalta ainda que além do heterocentrismo, também o androcentrismo<sup>13</sup> tem forte influência nos debates sobre a família, reconhecimento e legitimação social das uniões conjugais que destoam da heterossexualidade, uma vez que os espaços administrativos e políticos, reguladores do Estado brasileiro são controlados por homens.

Todas essas discussões trazem para arena pública, seja na disputa política, seja no âmbito das produções e investigações da universidade, a conjugalidade de pessoas LGBT. E não sem complexidades, neste sentido agrego as reflexões de Judith Butler (2003) que aborda, no contexto francês, o debate e aprovação das leis de parceria civil, porém trazendo uma perspectiva crítica sobre essas regulações do Estado nas uniões civis.

A autora aponta como um dilema a existência, por um lado, da necessidade do reconhecimento, visto que a deslegitimação traz consequências psíquicas, culturais e materiais. Mas por outro, o fato de que esta demanda pela legitimação formal e legal não questiona o poder de reconhecimento e normatização do Estado sobre as relações e as pessoas. Ela pode levar ainda a produção de outras hierarquias sociais, porque existirão famílias homoparentais passíveis de legitimação e outras não, ou seja, a incorporação “ao centro” produz novas marginalidades.

---

<sup>12</sup>A formalização e reconhecimento legítimo das uniões homossexuais foram tratadas na pauta legislativa brasileira através da propositura do Projeto de Lei nº 1151/95, de autoria da deputada federal por São Paulo Marta Suplicy.

<sup>13</sup>Já o androcentrismo é definido como essa característica do Estado, e de todos os locais de comando de importantes atores sociais do Brasil, estarem controlados por homens, que atuam “a partir de crenças e valores socialmente definidos como masculinos, muitas vezes numa feição claramente machista”.(Mello, 2005)

Questiona a autora se não deveria haver formas variadas de conjugalidade e parentalidade.

*Atualmente você vive só ou com mais pessoas?*[PESQUISADORA] - Com mais pessoas.[...] Minha namorada e minha sogra.[CAMILA, 24 anos, preta, lésbica, freelancer como produtora executiva de cinema e audiovisual, entrevistada em abril de 2019]

Ainda são escassos os trabalhos em língua portuguesa que abordam especificamente conjugalidades lésbicas. Entre esses, contribuem para nosso percurso de pesquisa o trabalho da antropóloga social Maria Luiza Heilborn (2004), intitulado “Dois é Par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário”, em especial o quinto capítulo, onde a autora discute a dinâmica interna dos relacionamentos, as questões sobre identidade social de casal, sobre intimidade, privacidade e autonomia; e o último capítulo onde apresenta as conclusões de sua pesquisa trazendo através de quatro parâmetros (o trabalho doméstico, o “cuidado da relação”, o nexos amizade e sexo e a gramática da cópula) comparações dos casais heterossexuais, homossexuais masculinos e homossexuais femininos, trazendo assim o que seria mais “característico” de casais lésbicos.

Segundo as conclusões da autora, no âmbito doméstico, com relação às tarefas com a casa ou com os filhos, haveria uma concepção mais igualitária de distribuição advinda da naturalização dos papéis de gênero designados às mulheres. Essas concepções se repetem na análise de outros aspectos como a dimensão prioritária que o relacionamento tem em suas vidas, e a relação mais estreita com o afeto chegando a autora a afirmar que haveria nesses casais uma predominância do companheirismo, uma maior “simetria”, em detrimento de uma menor erotividade e importância das relações sexuais. Além de enfatizar também que a conjugalidade entre lésbicas, em contraste com os gays, caracteriza-se por ser mais duradoura e estável, além de haver um maior retraimento doméstico

Algumas interlocutoras expressaram essa ideia da expectativa da maior simetria ou companheirismo

Eu tenho uma conexão, uma facilidade de falar melhor com mulher, entender também, acho que se eu tivesse um relacionamento com homem teria muito conflito. Agora com mulher não, pelos menos assim, teve todo esse problema no relacionamento, mas foram relações tranquilas pelo menos as que eu namorei. Por que já fiquei com meninas heteras que cagou na minha vida (risos). [...] Eu acredito que mulher já tem uma ligação

de se abrir mais umas com as outras assim, eu acho que isso reflete no relacionamento também, e tem mais carinho eu acho. Não carinho no sentido... Talvez o homem seja carinhoso também né, mas no sentido de eu não tenho medo com uma mulher. Se eu tivesse um relacionamento com homem eu acho que teria medo mesmo conhecendo ele mesmo... Eu acho que teria um receio, agora com mulher eu me sinto mais livre. Acho que até pra falar sobre as coisas que eu sinto e pra ouvir também, acho que, não sei se todos, mas mulheres tem grande trabalho de escuta e escutar mesmo! [...] de prestar atenção. Então sou muito grata por ser 'sapata'. [...] Eu acho que são poucas meninas que são heteros ou 'bi' que não pegaram relacionamento abusivo com homem, não que todo relacionamento hétero vai ser abusivo. Até por que alguns relacionamentos lésbicos são extremamente abusivos, eu tenho amigas que tem relacionamento abusivo...[BRUNA]

Eu acho que esse é o diferencial, ela me via como namorada, eu via ela como companheira. E eu acho que isso tipo, já muda a simetria das coisas, porque pra mim namorada é um conceito, companherismo é outra. Namorar eu simplesmente posso namorar qualquer pessoa que aparecer na minha vida, mas ser companheira é algo totalmente diferente, ela tá compartilhando a minha vida né? Compartilhando do meu íntimo, compartilhando do meu eu, eu vou abrir mão de determinadas coisas em prol de duas pessoas, o relacionamento é quase outra pessoa que tem vida própria, né? [DANDARA]

Outras, como Dandara, mostram na vivência uma assimetria. Importante destacar que Maria Luiza Heilborn, em sua tese doutoral, pesquisou, predominantemente, casais brancos de camadas médias do Rio de Janeiro. E, talvez por isso, a distribuição mais igualitária de tarefas domésticas e outras simetrias, que ela encontrou em seus estudos, divergem do que encontrei em meu campo de estudo. Sobretudo a partir de experiências como a compartilhada por Dandara, que aponta a sobrecarga de tarefas domésticas “só eu cozinhar e lavar a louça e não ter ajuda” como assimetrias e violências.

As observações de Heilborn sobre o retraimento dos casais lésbicos também encontra eco em algumas narrativas de interlocutoras em minha pesquisa de campo:

[...] é muito difícil quando você acaba ficando com uma pessoa do mesmo sexo, né, homem com homem, mulher com mulher, você não sabe o que vai acontecer na rua, o medo é constante né, então tipo, a gente nunca, é por exemplo, no bar que a gente foi tem aqueles bares que tem aquele negócio de não pode ter cenas não sei o quê, então já evitava, mas era um bar lá perto, mas a gente ficava muito mais na casa dela, a gente nunca foi muito de sair mesmo.[MARIA. 22 anos, branca, bissexual, desempregada, entrevistada em março de 2019]

Então, desde que eu comecei a namorá-la, confesso que eu parei de sair muito. Tipo assim, porque isso era um problema no relacionamento, porque ahhhh, tal barzinho é muito de sapatão, é muito de ai, só tem sapatão e vai

gerar problema. Ai, tal lugar não porque isso, ahh balada, chegava na balada, tipo no *El Club* que eu falei, ah eu não podia dançar como eu gostava de dançar.[RAQUEL, 23 anos, parda, bissexual, estudante, entrevistada em fevereiro de 2019]

Então, é, esse era um problema nas minhas relações, principalmente na última, que foi mais de um ano. A gente não gostava de fazer as mesmas coisas, ela, gostava muito assim, a rotina dela tinha que ser respeitada, o que ela gostava de fazer, ela gostava de ir numa lanchonete, lancha e voltar pra casa, coisa assim. E eu queria beber, sair até mais tarde, ver um filme. A gente não tinha hábitos de sair, e eu não sei se porque ela morava em outra cidade e eu aqui quando a gente saía e ia embora tarde, ela queria ir embora cedo e aí sempre era uma briga.[AGNES]

Porém o “não sair” ou ficar mais em casa aponta, como presente nos trechos, em várias das narrativas questões que envolvem o medo da lesbofobia, ou já certa forma de cerceamento e isolamento social presente na forma de ciúmes e brigas ao sair para locais públicos.

Neste capítulo procurei apontar a relativa ausência de trabalhos no tema, com recorte específico que pesquisei e conectar apontamentos das etnografias e trabalhos levantados com análise de trechos de entrevistas com interlocutoras em meu campo.

Tendo isso em mente, no próximo capítulo destaco as experiências de “violências” e “abusividades” mais relevantes, sob a ótica de cada interlocutora, e procuro mergulhar a trama multisssemântica através das quais elas dão significados a tais categorias.

### CAPÍTULO III

## ‘MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?’: AS PRÁTICAS E AS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO

Na primeira seção deste capítulo abordarei as experiências de violências e abusividades vividas pelas interlocutoras anteriores às suas relações afetivo-conjugais com outras mulheres no âmbito da conjugalidade lésbica. Na segunda seção será apresentado o que as interlocutoras compreendem como violento, *abusivo* e *conflituoso*, ou seja, acessaremos as categorias centrais deste trabalho.

Na terceira seção apresento os tipos de violência no âmbito da conjugalidade lésbica narrados pelas interlocutoras. Analiso também as contribuições delas as quais compreendem o poder como fluido na relação e se reconhecem como potenciais agentes de violências e abusividades. Para algumas delas, todos os relacionamentos serão abusivos, em maior ou menor grau, uma vez que suas conjugalidades estão tensionadas pela disputa e exercício de poder.

Finalmente, após conhecermos parte das trajetórias e experiências de violência e abusividade vividas por estas mulheres, e acessarmos a multiplicidade discursiva que há em torno da compreensão destas categorias, destaco o caráter contextual, conjuntural e relacional do surgimento das violências e abusividades em suas narrativas.

### 3.1 Abusividades anteriores e externas à conjugalidade lésbica

Foram muitas as vezes que, após reuniões e encontros com as interlocutoras, retornei para casa completamente exausta, quase adoecida.

Derrotada emocionalmente. Em algumas ocasiões senti um desgaste tão grande que extrapolou o emocional, eu sentia como se tivesse caminhado por horas e horas sob um Sol escaldante. Recordo que os relatos sobre lesbofobia e abusos sexuais eram muito pesados.

Enquanto ouvia relatos de LGBTfobia, em minha memória saltavam flashes das histórias dos meus amigos que foram escorraçados pelos seguranças do Banana Shopping<sup>14</sup>, os que sofreram espancamento nas ruas, do que foi brutalmente assassinado nas praias do Cabo de Santo Agostinho-PE<sup>15</sup> (Lucas Fortuna Presente!), e os episódios de violência vão se aproximando, fechando o cerco, neste disparo de flashes, vem à tona também os episódios de lesbofobia que eu mesma vivi. Quanto aos relatos de estupro, não sou vítima de abusos sexuais, no entanto, nós mulheres, crescemos e vivemos sob a égide do medo constante da violação sexual. Isso é apavorante.

Os momentos compartilhados com Dandara, Juliana e Agnes foram os que exigiram maior tempo de digestão das experiências compartilhadas e recuperação. Cheguei a questionar se seria capaz de retomá-los, dado o nível de mal estar que me causaram.

Todas as interlocutoras, em seus momentos de narrativas contínuas, relatam experiências de violências e abusividades anteriores à vivência da conjugalidade. Essas narrativas podem ser organizadas, basicamente, em dois grandes temas: abusos e assédios sexuais, e lesbofobia.

Para tratar das questões sobre os abusos e assédios sexuais me reportarei aos compartilhamentos feitos por Dandara, Juliana e Agnes.

Eu cresci dentro de uma família e eu sempre fui abusada sexualmente pelos meus irmãos, eu fui abusada sexualmente até os meus oito anos. E, eu tenho um irmão em especial que ele sempre me espancou, ele sempre me bateu, sempre me bateu, do nada, por eu existir. E... é muito engraçado isso, porque eu sempre vivenciei esses abusos físicos e eu sempre

---

<sup>14</sup> Banana Shopping, é um shopping Center relativamente pequeno, situado no centro de Goiânia, na Avenida Araguaia, esquina com a rua 3, no Setor Central e “histórico” de Goiânia. É shopping que, embora não ostente nenhuma política ou prática de culto à diversidade sexual, mesmo enquanto sujeitos consumidores, há muito tempo é local de sociabilidade *gay* e lésbica juvenil. Os grupos são formados majoritariamente por jovens em idade escolar, que se aglomeram na área externa da praça de alimentação do shopping.

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre este caso de homofobia, sugiro a leitura de “Entre dor e revolta, as histórias que a LGTfobia apagou” disponível em: <https://medium.com/@muropequeno/entre-dor-e-revolta-as-hist%C3%B3rias-que-a-lgbtobia-apagou-febd6ace6aa9>

consegui me colocar diante deles, eu sempre consegui reagir, eu sempre consegui sobreviver. [DANDARA]

eu já fui..., eu já fui estuprada né, um rapaz da igreja, inclusive [seu namorado]. É, eu sempre soube que eu não gostava de homens, mas eu tentei pela minha família, pela religião e tudo. Então, eu tive muitos casos assim da pessoa me segurar, de segurar meus braços e me machucar, fazer coisa que eu não queria fazer etc. [JULIANA]

[...] eu tive duas relações abusivas com meninos. Eu fui violentada, entre estupro e apanhar, pelo meu primeiro namorado, ainda na Bahia. Eu namorei 5 anos esse menino, eu namorei dos 13 aos 18. Foi quando eu entrei na universidade, mas assim a violência mesmo ocorreu quando ele veio atrás de mim aqui (em Goiânia), então assim, a sequência de relações abusivas transcende, né, as minhas relações com meninas [...] eu achava que eu nunca ia achar ninguém que fosse me amar, e eu tinha que aceitar aquela relação porque ele me amava, na minha cabeça ele me amava, ele me judiava mas me amava. Até então ele não tinha... ele já tinha me batido? Eu acho..., já, já tinha me batido e já tinha me estuprado, assim, eu falo que, na época não considerava estupro né, hoje eu falo que é estupro porque ele enfiou o pênis em mim à força, então, é estupro, eu não quis, né. [AGNES]

Em um primeiro momento, o elemento que sobressalta aos olhos é que essas três interlocutoras experimentaram, antes da vida adulta, um dos tipos de violência mais temido, abstratamente, pelas mulheres.

A narrativa de Dandara, que sofreu abuso sexual e agressões físicas por parte de seus familiares, destoa das demais por evidenciar que àquele tipo de situação ela conseguia reagir. Conduzindo-nos ao entendimento de que a outros tipos de violências ela não conseguiria.

*Quando tentei o primeiro contato ela me disse que não queria participar da pesquisa. Continuamos nos vendo nas aulas. Algumas semana depois ela me disse que antes não queria, mas agora queria. Trocamos contato. Marcamos de encontrar em outro local, ela sugeriu o Bosque dos Buritis. Depois de mais ou menos uma hora que estávamos conversando, ela narrava especificamente os episódios de violências intrafamiliar. Espancamentos e estupro. Nessa hora começou uma aula de balé, atrás do MAG [Museu de Arte de Goiânia], e tocava uma música clássica bem triste, chegava até nós os resquícios daquele som, bem neste momento em que ela narrava sobre os abusos sexuais e espancamentos que sofreu desde a infância, por seus irmãos. Chorou. Expressei consternação, mas fiquei um pouco com a "pulga atrás da orelha". Tive a sensação de que ela tentava me sequestrar emocionalmente. Não sei por que, ainda não entendi o que era aquilo. As experiências de vida dela já são tão impactantes sem esforço, porque senti que ela tentou hiper valorizar aqueles fatos? [diário de campo]*

Ao longo da entrevista percebi em alguns momentos que sua narrativa era modulada com clara intenção de emocionar. É como se os fatos narrados por si só já não fossem sérios o suficiente. Ela os organizava sequencialmente, de modo a

capturarem cada vez mais minha empatia e consternação. Ela me fez testemunhar os sofrimentos de sua vida. Inobstante esse pensamento e essa emocionalidade tenham surgido automática e inconscientemente em mim, pratico um esforço consciente e constante de evitar impregnar com juízo de valor as narrativas e emoções de minhas interlocutoras.

Juliana ainda relata os episódios de abuso sexual com muita vergonha, ao contrário de Agnes, que narra tais episódios mais num tom denunciativo e combativo.

Acredito que, além dos próprios processos pessoais de gestão das emoções, Agnes narra sua experiência de vida a partir de uma construção semântica de enfrentamento porque tem um maior engajamento com o movimento feminista.

Agnes contextualiza sua fala demonstrando que sabe da relevância de seus marcadores sociais, por isso, em diversos momentos de sua narrativa ela recontextualiza “porque eu falo do lugar de mulher” branca, lésbica, com ensino superior completo, baiana correntinense, de classe trabalhadora que percebe renda familiar de aproximadamente R\$ 1.943,00 per capita.

Os compartilhamentos de Dandara, Juliana e Agnes revelam que no campo desta pesquisa a experiência de violência sexual anterior à conjugalidade lésbica, alcançou mulheres de distintas classes sociais, e de distintas raça/cor, sendo um conjunto de experiências transversais, embora com idiosincrasias.

Para abordar as violências relacionadas à identidade sexual e à performance de gênero, analiso as narrativas e compartilhamentos feitos por Susie<sup>16</sup>, Flávia, Patrícia<sup>17</sup>, Maria<sup>18</sup> e Janaína:

Pra gente que tem cabelo curto, que performa masculinidade é muito mais fácil da gente apanhar no meio da rua, sofrer uma homofobia.[...] sim. [...] Não que quem performa feminilidade não sofra também, só que a gente tá mais à margem. [SUSIE]

---

<sup>16</sup> Conheci Susie em janeiro de 2019, por ocasião da entrevista com Camila, sua namorada. Nesta época ela estava com 25 anos de idade, branca autodeclarada, lésbica, goiatubense, estudante do ensino superior, alcança renda familiar de aproximadamente R\$ 1.333,00 *per capita*.

<sup>17</sup> Entrevistei a goianiense Patrícia em agosto de 2019. Ela estava com 23 anos de idade, cursava ensino superior e trabalhava como assistente de recursos humanos, percebendo renda familiar de aproximadamente R\$ 3.500,00 *per capita*.

<sup>18</sup> Conheci a goianiense Maria em março de 2019, ela me foi indicada pela cineasta feminista. Nesta época ela estava com 22 anos de idade, branca autodeclarada, bissexual, ensino superior completo, desempregada, vive com renda familiar de aproximadamente R\$ 1.800,00 *per capita*.

O olhar do outro, eu percebo que é mais violento, [...] quando tão duas mulherzinha de vestido, de mão dada é diferente de quando você tá “o boy” com a outra, eu percebo que os olhares são mais violentos. [FLÁVIA]

E eu olhando pra ela...e eu vejo que a gente entra em loja, o povo fica “meio assim” de atender ela..., de fazer as coisas para ela, porque ela é extremamente masculinizada. É o cabelo, as roupas, a maneira meio ogra, ela é meiosecona assim... [...] Ela não trata mal ninguém. É gente que trabalha, tem casa, filho; queria sair daqui bem (das lojas), e isso (me) atrapalha muito, demais inclusive. Nunca contei isso pra ela, mas é uma coisa que eu imagino, pelas situações que a gente já passou, ela formou em psicologia e fez uma pós voltada pra área da criança e tal... e ela mesma desistiu dessa pós por conta de pais heteronormativos, acha que vão deixar seus filhos com uma pessoa extremamente...? [PATRÍCIA]

A gente (esposa e a filha delas) descendo no elevador, uma senhora entrou. Crente, crente para variar! Crente assim, que tava com aquela saia lá no pé, sem decote, então vou meio pelo estereótipo, olhou para mim, olhou para ela e a minha esposa brincando: “cadê o neném da mamãe?”, e a neném no meu colo. E aí a neném falou “mamãe”, e queria trocar de colo, aí eu disse “cê vai trocar de mamãe? vem cá” E a gente tava brincando, desde que saiu de casa tava nessa brincadeira, aí a senhora entrou, olhou, olhou antes de descer, por que ela não teve coragem para falar nada antes, ela “é sério que cês acham isso certo?”[PATRÍCIA]

[...] aconteceu uma situação da gente tá no ponto de ônibus juntas, mãos dadas, e um cara do outro lado xingar a gente. [...] vagabunda, puta, vai ficar com homem. Sabe, ou de cara passando buzinando também, sabe? (em outra ocasião) eu tava fazendo monitoria num evento e um cara, um senhor, eu tava fazendo monitoria na logística, eu tava na van, levando e buscando pessoas e tudo mais. E eu tava na van e o motorista era um senhor, era o evento do Dadá, na UFG, 100 anos de dadaísmo. E aí esse senhor começou a falar, tá tudo ficando homem com homem, mulher com mulher, tá tudo errado, e aí ele começou a falar... E eu namorava com ela, e aí, chegou no lugar onde a gente tava fazendo o evento e eu falei assim, então, eu namoro uma menina e eu queria muito que você não falasse mais isso. Eu falei isso pra ver se ele parava né, porque é muito chato ficar ouvindo isso. Mas ele não parou. Voltei, ele ficou o dia inteiro falando pra mim que eu era assim porque eu não tinha Deus no coração. Que eu tinha que ir pra igreja, que eu não tinha transado com um cara. Tipo, ele falou coisas horríveis pra mim, sem me conhecer. A única coisa que ele sabia é que eu namorava com uma menina, e ele falou coisas assim, pesadas. Eu cheguei em casa chorando, me senti muito insegura, porque eu tô com esse cara na van sozinha, ela pode fazer qualquer tipo de coisa comigo. Cheguei em casa, mandei mensagem pra responsável, falei ó, ele falou tal coisa pra mim, e se você puder me mudar de lugar vai ser melhor, porque eu não tô me sentindo segura. E no outro dia ela me tirou do evento, porque segundo ela, eu era um problema. [MARIA]

Essas questão de homofobia né..., uma vez eu tava lá no Metrópolis (boate) com uma namorada minha, e a gente tava normal assim né, eu nem sou muito amorosa, mas aí na hora que nós tava indo embora, aí a gente deu um beijo [...], mas aí uns cara ficou gritando um monte de trem e tal, e aí falei, vamo espera aqui dentro então. Aí tinha uns cinco boys, aí eu falei vamo espera aqui dentro até eles saírem, aí eles saíram a gente esperou um tempo e foi embora, mas aí a hora que a gente saiu na porta eles tavam esperando a gente tudo dentro do carro e aí começou a gritar, e aí eu peguei e falei, vamo sair correndo, e aí a gente tava a pé e eles tavam de

carro e a gente foi no sentido contrário né, lá pra praça cívica, mas aí depois disso eu fiquei mais assim.. veiáca. [JANAÍNA]

Os compartilhamentos feitos por essas interlocutoras demonstram que a maioria dos relatos de violências e abusividades sofrido por elas, fora do âmbito de sua conjugalidade, estão em grande medida relacionados diretamente às questões de gênero, à expectativa das performances de gênero (BUTLER, 2008), e à heterossexualidade compulsória (RICH, 2010).

Dandara, Juliana e Agnes, em suas narrativas sobre abuso sexual e agressões físicas, evidenciam a violência a partir do sistema de opressão patriarcal, isto é, decorrentes do machismo. Percebo que, nestes casos, elas foram subjugadas pelo fato de serem mulheres.

Nos casos de Susie, Flávia, Patrícia, Maria e Janaína, por outro lado, são mais incisivas as violências lesbofóbicas, que são cometidas sob o viés da heterossexualidade compulsória. Também denominada “heteronormatividade”, a heterossexualidade compulsória pode ser compreendida como a crença na heterossexualidade como característica inata ao ser humano, pressupondo este tipo de erótico-afetividade como um parâmetro do ser humano “normal”.

De modo que aquelas mulheres que fogem à regra universalizadora da heterossexualidade, são facilmente consideradas fora da norma, isto é, marginalizadas. No mapa da marginalização das lésbicas a exposição à violência atua como uma tentativa de restaurar a ordem heterossexual. (RICH, 2010)

Assim as lésbicas são, tanto por serem mulheres como por se relacionarem afetiva e sexualmente com outras mulheres, o elemento colidente<sup>19</sup> que o machismo e a heteronormatividade quer eliminar. Em um primeiro momento pela invisibilidade, pela não possibilidade, quando isso não é possível, pela sujeição, coação e eliminação.

---

<sup>19</sup>Ao estudar conflitos sociais Simmel (1986) percebeu que o conflito é um meio constante de integração social que visa à socialização dos sujeitos e está presente na luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses. Para ele se todas as interações entre seres humanos é uma sociação, o conflito, que não pode ser exercido por um indivíduo sozinho, certamente deve ser considerado como sociação. A partir das reflexões formuladas por ele pode-se concluir que o conflito é “destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”. Ou seja, o conflito obriga as partes a reconhecerem umas às outras. (SIMMEL, 2010, p. 568)

Neste aspecto, a violência lesbofóbica, sobretudo a partir das experiências de Flávia, Patrícia, Maria e Janaína, revelam o reconhecimento dos/das agressoras sobre a conjugalidade lésbica: ela deixa de ser invisível, ainda que não deixe de ser invisibilizada. Isso porque, a este ponto, me refiro a invisível literalmente, como aquilo que realmente não é visto. E é invisibilizado como aquilo que é visto, mas quer ser ofuscado, e, portanto, ainda que *a priori* é reconhecido como o que é.

### **3.2 Construção de sentidos em torno das categorias violências, abusividades e conflito**

O estudo de violência, conflitos e abusividades é particularmente útil, pois, nos permite descortinar os contornos das micropolíticas no contexto conjugal. Através da pesquisa de campo percebi que as palavras violência, abusividade e conflitos não parecem possuir o mesmo significado, de forma homogeneizada, para todas interlocutoras. Algumas os tratam como sinônimos, outras os diferenciam seguindo seus próprios parâmetros de categorização e hierarquização.

Diante a variedade de significados surgidos em campo, inicia-se uma reflexão acerca do que faz com que essas expressões, que possuem definições fixas nos dicionários de língua portuguesa, possam alcançar significações tão distintas conforme a subjetividade de cada interlocutora.

A construção de sentidos ocorre através da idéia geral que cada interlocutora tem sobre o tema, somado às experiências vividas. De modo que, as circunstâncias, “o como, quando e porque” das experiências de violências, conflito e abusividade atuam na definição de sentido por elas alcançado.

### 3.2.1 Violência

É através da abordagem analítica da narrativa de experiências vividas que se torna possível alcançar a pluralidade da violência e suas significações. Ou seja, é através desse contato com o conhecimento próximo<sup>20</sup> que alcançamos os significados das violências. Para acessar o que as interlocutoras compreendem como violência analisarei as narrativas de duas interlocutoras: Marta e Sara.

Conheci Marta em agosto de 2018, nessa época ela estava com 20 anos de idade. Ela é alagoana e se autodeclarou parda e lésbica. Relatou ter abandonado a escola nos primeiros dias de aula do primeiro ano do ensino médio, trabalha como auxiliar de serviços gerais em uma academia e alcança renda familiar de R\$ 600,00 per capita.

No seu local de trabalho nos víamos, em média, três (03) vezes por semana. Percebi que nesse local ela não se sentia completamente à vontade para conversas mais pessoais. Combinei com ela de nos encontrarmos fora dali para conversarmos com mais liberdade.

Marta me recebeu em sua casa, num bairro periférico de Goiânia. Um barracão muito simples, sem muro, delimitado apenas por arames. Em seu quintal havia abacateiros, mangueiras e várias bananeiras. Também tinham cachorros e galinhas, latindo e cacarejando insistentemente. Uma bicicleta feminina velha, encostada na porta de entrada da sala. Na entrada da casa havia várias câmeras de filmagem, que ficavam dispostas de modo a vigiar a entrada da porta da casa. Na sala havia uma pequena mesa de madeira, com quatro cadeiras, posta debaixo de uma televisão moderna, com tela gigante, parecia ser o único objeto de valor da família, ficava pregada na parede dentro de uma caixa de ferros, trancada com cadeado, como as que ficam em recepções de repartições públicas. Ela estava diferente de quando nos encontrávamos em seu trabalho, onde às vezes eu percebia que ela estava tímida, mas na entrevista ela estava muito nervosa. [diário de campo]

Marta parecia estar ansiosa, mais alterada que nas conversas informais anteriores, acredito que essa alteração tenha relação com a mudança do local em que habitualmente conversávamos, com certa formalidade provocada pela utilização,

---

<sup>20</sup> “Um conceito próximo da experiência é, grosso modo, um conceito pelo qual qualquer um - um paciente, um sujeito, no nosso caso um informante - poderia, ele mesmo, naturalmente e sem esforço, se servir para definir o que ele e seus companheiros vêem, pensam, sentem, imaginam e assim ele compreenderá facilmente quando este conceito for aplicado pelos outros da mesma maneira.” (GEERTZ, 1986, p. 73).

com autorização, de um gravador e pela percepção dela da diferença do nosso nível de escolaridade, que me pareceu também, levou a uma idéia, errônea, de que eu pertencesse à uma classe social mais abastada que a dela.

A princípio, como estratégia para deixá-la mais confortável, puxei assunto sobre questões gerais, falamos sobre nossos conhecidos em comum, das pessoas que não víamos há mais tempo. Ela me contou que não via todo o pessoal desde a confraternização de final de ano, porque sua esposa não gostava que ela tivesse “muitos amigos”. Aproveitando essa deixa, pouco a pouco fui conduzindo nossa conversa, através de pequenas perguntas, a um patamar mais pessoal. Começamos a falar sobre seu relacionamento atual.

(...) nós tá três ano vivoen junto, agora que ela viajou um pouquinho nós tá afastada. Mais nós vive até hoje, vai fazer quase quatro ano já.

(..) ela proibiu eu de falar com uma ex colega nossa, que ela falava que gostava de mim. É amiga dela, só que virou minha amiga e ela começou a ter muito ciúme de nós, nossa amizade e ela me pediu pra eu parar de falar com ela. Se eu realmente gostasse dela. [MARTA]

Neste ponto entendi que além dos outros aspectos já mencionados (gravação da conversa, nível de escolaridade etc.) outro tensionador de nosso encontro, era o ciúme da esposa. Estava claro, a esposa viajou, e Marta recebia outra mulher em sua casa, sozinha. Era possível que alguém contasse isso à esposa.

Ao retomar os apontamentos de campo, registrados em diário, a retomada dos elementos não orais de sua narrativa montam outra possibilidade de percepção da cena. Não se trata apenas de uma esposa egoísta e ciumenta, que quer privar Marta de outros contatos, mas de uma Marta se faz cúmplice daquele cerceamento.

Proibição de amizades - Dito entre risos, como quem se faz cúmplice do que lhe é imposto, subentendendo que entende esse ciúme e essa possessividade como um “querer muito, querer só pra ela” [diário de campo]

Ao mencionar as diversas ocasiões em que a esposa lhe impediu de ter amizade com aquela ou esta pessoa Marta floreava suas palavras com risos orgulhosos, revelando que para ela aquela expressão de ciúme e possessividade era símbolo de que a esposa a “queria muito, queria só pra ela”. Dessa situação emerge a cumplicidade de Marta em relação àquela situação, que ela entende como “normal”.

Marta revela que em seus relacionamentos passados também existia certo controle, que todas, incluindo a esposa e as namoradas anteriores, tinham acesso às suas mensagens pessoais.

Elas todas que me relatei sempre teve contato com minhas redes sociais, tudo. No começo ela (a esposa) pegava pra ler, eu não gostava muito. Eu fui me adaptando com isso porque, tipo assim, eu num devia nada a ela, sabe, então, ela só olhava e deixava isso. [MARTA]

A este ponto de sua narrativa a mudança de entonação com que fala, revela o incômodo de Marta com a situação. De não gostar de ser “vigilada” e ir acostumando-se a isso. Assim se vai forjando a cumplicidade de Marta, entre gostar e não gostar do que lhe era imposto. Entre oscilações valorativas da sua realidade, entre incomodar-se e naturalizar tais práticas.

Pouco a pouco é possível perceber que, embora Marta narre a história de seu “casamento” com foco em cenas de controle de interações sociais e agressões físicas não concebe sua conjugalidade como abusiva e/ou violenta.

Instigada a compartilhar sua compreensão sobre violência conjugal de modo abstrato, compreendi que para Marta a violência na conjugalidade ocorre devido à “falta de diálogo”, à ocorrência de “muita briga”, e “chegar no ponto de agredir uma à outra”. E que uma das melhores estratégias para perceber o relacionamento como violento é que “a pessoa fica com a cara fechada uma com a outra, muda a convivência. Atitude... muda tudo. (...) o modo de a pessoa conviver uma com a outra: muda. O carinho.”

nóis tava conversano, eu tava tentano tê diálogo com ela, aí ela se estressou do nada avançou ni mim, querendo puxar meu cabelo. No começo... quando aconteceu isso [agressões física, cerceamento social, controle de mensagens pessoais etc.]... eu achei que era [violento]. Fiquei com medo de isso virar rotina, mas ainda bem que..., que não. [MARTA]

Para Marta a construção do sentido de violência está associada à agressão física que culmina em resultados graves. Em sua compreensão as agressões físicas de menor intensidade, isto é, os vários episódios de brigas que vivencia em seu relacionamento são “falta de educação” entre ambas, “falta de respeito”.

A experiência com a interlocutora Sara foi diferente. Nós nos conhecemos em agosto de 2019, ela estava com 35 anos de idade. Morena clara autodeclarada,

lésbica, palmense, ensino superior incompleto, garçonne freelancer com renda familiar de aproximadamente R\$ 1.333,00 per capita.

Saí em direção à casa de Sara por volta das oito horas da manhã. A casa dela era bem longe, fui de carro. Passei por vários comércios. Peguei a GO [rodovia estadual] toda vida e fui passando shopping, condomínio de luxo, bar de boliche, garagem [loja de revenda de automóveis usados], madeireira, auto-peças, loja de tintas, motel, ferragista, ferro-velho, 1,99 [lojas de utilidades domésticas] outro ferro-velho, mais um 1,99, farmácia popular. Um trecho grande sem comércios. Uma tenda vendendo melancia, lá na frente uma mercearia, na esquina um boteco. Ela mora longe. Mas é uma casa sozinha no lote grande, uma casa simples, mas bem construída, grande, com duas áreas cobertas, uma servia de garagem e outra área de serviço. Tinha um tanquinho que funcionava na gambiarra e vários fios de telefone amarrados nos paus da área, onde tava estendido as roupas do pessoal. Estendidas camisas com nome de políticos, slogan de loja de gás e supermercado. No quintal a natureza vive solta cachorros, gatos e galinhas dividem espaço com coqueiro, goiabeira e mangueira. A casa pertence à tia de Sara, que é concursada do Correio e ganha bem, Sara enfatizou isso muitas vezes. Sara vive com a tia que é a proprietária da casa e com outra tia, que tem alguns problemas mais sérios de saúde e requer cuidados. Inicialmente viviam apenas as duas tias, a mais sã cuidava da mais doente. Mas o trabalho no Correios estava cansando muito a tia concursada e, como Sara estava desempregada, a tia chamou Sara morar naquela casa e, em troca, cuidar da tia doente. A casa estava em obras, a dona da casa tinha juntado dinheiro por anos para construir um banheiro só pra ela, dentro do quarto dela. O portão era desses que tem a metade debaixo fechada e a metade de cima vazada, do jeito que é possível ver de dentro da casa a rua e vice-versa. Quando estacionei na frente da sua casa Sara me viu chegando e logo foi abrir o portão com um “opa, bom dia!” e um sorriso largo. Sara me recebeu como se fossemos amigas de longa data, demonstrou muita simpatia e se esforçou para me deixar à vontade. Uma mulher bem magra, com o rosto fundo. Vestia um bermudão e uma camisa super larga com as letras MCD estampadas, na cabeça um boné aba reta, nos pés um chinelo adidas. Apresentou-me à tia que ela cuida e disse que iríamos conversar na sala. Falou pra ela sentar lá na área e não nos interromper. Fez questão de me mostrar toda a casa antes de iniciarmos nossa conversa. Exibiu com orgulho a TV grande, o home theater, e seu vídeo-game. Mal sentamos no sofá e ela falou alto: “taca-lhe pau!”. Durante toda nossa conversa ela tava sentada de pernas abertas, escorregada, largada no sofá. [diário de campo]

Desde os primeiros instantes de nossa conversa Sara esforçou-se para construir um ambiente de amistosidade. Estava muito à vontade, diria até que satisfeita com a expectativa de nosso encontro e conversa. Ao contrário de outras interlocutoras, que contextualizam as agruras e amenidades gerais da vida Sara logo fez questão de esclarecer que só “pega mulher mais bonita que ela”. Sentia certo orgulho em ser “a mais feia” da relação.

Um dia tava eu e a minha tia e a Ex aqui no sofá, e passou uma reportagem duma mulher, dum casal de lésbicos, que a mulher foi no motel pegou a outra e matou a outra. E até a Ex falou assim, “ai Sara, se eu descobrir que cê tá me traindo, eu joga gasolina em você e toco fogo viva” [SARA]

Ela se vangloriava dos ataques de ciúme da namorada, porque achava a namorada bem mais bonita que ela. Um troféu, que como símbolo de alguma vitória imaginada deveria ser exibido. Mas adiante concluiu “quem deveria ter ciúmes era eu”. Achava graça da insegurança, ciúme e possessividade da outra. Claramente não levava à sério a ameaça da namorada, embora tenha sido séria, a ponto de merecer repreensão da tia. Sara não parecia levar a ameaça a sério por sentir-se o “macho”<sup>21</sup> da relação e assim, na condição de mulher, não teria possibilidade de vencê-la em um embate físico.

A todo instante a oposição entre as performances de gênero masculino e feminino, aparecem na narrativa de Sara. Ao longo de toda a exposição de suas experiências e ideias aparecem apoiar-se nas oposições “macho” e “fêmea”, “homem” e “mulher”, “menininha”. A partir de ideias de oposições de poder, força e performance masculina em oposição à feminina, Sara parece parametrar seu entendimento do que é violência.

uma extrai demais da outra, explora. Tipo assim, eu sou o macho, ela é mulher eu vou pagar as contas, cê tem que limpar a casa e você só tem que sair comigo. [Sara]

Percebe-se que Sara constrói a significação de violência a partir de um certo senso comum. Do que está nos jornais acerca das conjugalidade violentas. E o que está nos jornais são os relacionamentos heterossexuais, logo, quando são violentos o que é veiculado é a oposição entre a força do masculino frente à fraqueza do feminino (GREGORI, 1993).

Sob outra perspectiva, um pouco mais descolada do antagonismo performático entre as diversas possibilidades da vivência lésbica, e a partir de suas diversas experiências conjugais ela continua construindo os sentidos da categoria violência

(...)é porque minha tia não tá aqui, senão ela ia te contar as história... minha tia falava Sara, larga! Larga porque isso aí... pensa se você casada a vida inteira com uma mulher dessa?! Ela vai colocar um GPS<sup>22</sup> em você. ...Porque sério, mulher toda hora ligando... Onde ‘que eu tô’, que

<sup>21</sup>Segundo a própria Sara, ela “é o macho” e a outra a “é a mulher”.

<sup>22</sup>GPS é o acrônimo da expressão em inglês *Global System Position*. O Sistema de Posicionamento Global, em português, é uma tecnologia que viabiliza o rastreamento e localização de pessoas e objetos em tempo real.

'como é que é', se eu não atendia o celular ligava aqui em casa... sabe, isso sufoca! [SARA]

O uso recorrente da expressão “violência” culminou em sua familiarização e a aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita. Isto é, sua presença no inconsciente coletivo provoca a ilusão de que é desnecessário defini-la. No entanto, conforme Rifiotis (2008) ‘violência’ é um termo que funciona nos discursos como um operador que, ao mesmo tempo, descreve e qualifica eventos. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que “ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações” (RIFIOTIS, 1999, Apud RIFIOTIS 2008 P. 226).

Assim como Marta, Sara associa violência à ideia de agressão física. No entanto, percebe-se que a construção de significado que Sara faz para a aceção da categoria violência perpassa por uma avaliação de possibilidade de dano real. Neste aspecto, a significação de Sara afasta-se do que foi delineado pela antropóloga Henrietta Moore (2000, p. 40) “fantasias de identidade” se ligam a “fantasias de poder” e muitas vezes a violência é “resultado de uma ameaça antes percebida que real.”

Deste modo, percebo que Sara, assim como os autores de violência doméstica (LOPES, 2016) só identifica a violência através da “descrição de um evento, um momento específico, onde a violência passa a existir”, ou seja, somente após sua consolidação, após o dano efetiva marca física

### **3.2.2 Abusividade**

Para a aproximação com a compreensão das interlocutoras sobre abusividade nos aprofundaremos nas narrativas das interlocutoras Camila, Rosalinda e Dandara.

Conheci Camila em janeiro de 2019, quando ela estava com 24 anos de idade. Preta autodeclarada, lésbica, brasiliense, ensino superior completo, jornalista e produtora executiva audiovisual, declarou renda familiar de R\$ 1.333,00 per capita.

Ela me foi indicada como uma potencial interlocutora por uma cineasta que conheci no movimento feminista, anos atrás. Diferentemente de outras interlocutoras que preferiram realizar nossos encontros em suas casas Camila preferiu que nos encontrássemos na universidade em que ela estuda e indicou uma sala de aula em que poderíamos conversar com tranquilidade, sem sermos interrompidas.

Camila estava acompanhada de sua atual namorada<sup>23</sup> que fazia questão de marcar presença, pegando nas mãos de Camila, mexendo dos seus cabelos, abraçando. Cumprimentei ambas e esperei pelo momento em que sua namorada fosse embora para que conversássemos, somente eu e Camila. Minha espera não se prolongou por muito tempo, logo Camila me disse “você não importa dela ficar aqui com a gente não, né?”. Eis que nossa conversa aconteceu no fundo de uma sala de aula, com a atual namorada dela sentada na mesa ocupada pelxsprofessorxs. Nosso primeiro contato foi mais formal, com gravação da entrevista e assinatura do TCLE. Depois disso, continuamos nos encontrando, ocasionalmente, por diversas vezes durante todo o ano de 2019, no pátio da UEG. A última vez que nos vimos foi quando fui à casa onde ela mora com a atual namorada, em Senador Canedo. [diário de campo]

Ao longo de nossas conversas Camila falou especificamente de um dos relacionamentos que teve no passado. Confidenciou que sua ex-namorada era muito ciumenta e possessiva, que vasculhava todas as suas coisas constantemente. Adiante, instigada a falar sobre seu relacionamento atual revelou que

Ela [*Susie, namorada atual*] tem acesso ao meu celular, ela tá trabalhando ali no meu celular. [...] Mais tarde eu dormi, e ela leu a conversa, não, ela leu enquanto eu fui na terapia. [*uma conversa privada no Facebook*] Porque na terapia eu entrei e meu celular sempre fica com ela lá. [CAMILA]

Embora a entrevista com Camila tenha ocorrido sob a presença de sua namorada, Susie, aparentemente Camila sentia-se genuinamente confortável com o fato de seu celular, “viver nas mãos dela” de sua namorada. Camila não parecia perceber aquela situação como uma invasão à sua privacidade.

O campo explorado a partir das percepções de Camila foi um dos que mais desvelou o caráter conjuntural de valoração da experiência conjugal como violenta ou abusiva, ou não. Ela narra situações similares de invasão de privacidade através

---

<sup>23</sup>Susie, que também é interlocutora nesta pesquisa

da leitura de mensagens privadas em suas redes sociais, mas em um dos relacionamentos compreende tal prática como abusiva e no outro não.

Para ela, o importante na construção de sentido da abusividade não é o fato narrado em si, mas a convergência de vários outros fatores, como chantagens emocionais e cerceamento social, que, em dado momento, determina a compreensão do relacionamento abusivo.

Quanto a Rosalinda, quando nos conhecemos no final de março de 2019, ela estava com 24 anos de idade. Estudante, com a graduação em Letras em curso, preta autodeclarada, bissexual, goiatubense, declarou renda familiar de aproximadamente R\$ 800,00 per capita.

Nosso primeiro contato foi via internet, o seguinte no pátio da faculdade de Letras da UFG. Jovem franzina, andava com as costas curvadas sobre os ombros, como quem quer esconder-se em si mesma. Sua fala de resistência parece se opor à sua expressão corporal de sujeição.

Como com as demais interlocutoras, iniciei nossa conversa com pequenas perguntas dos aspectos gerais de sua vida, infância, relação com a família, amigos até nos aproximarmos sutilmente de narrativas que contemplassem suas experiências conjugais. Ao perguntar sobre seus relacionamentos com mulheres ela respondeu “ai, a última acabou com a minha vida”. Pedi que me explicasse o que ela queria dizer com isso e, ela resumiu “foi muito abusivo”. Perguntei, então, o que ela considerava como abusividade.

É violência psicológica; e aí eu separo entre violência física e violência psicológica. É exatamente por isso que um relacionamento com violência física nunca vai deixar de ser um relacionamento abusivo. (...) Abusivo é aquele [*relacionamento*] que trabalha mais com violência implícita, violência psicológica, financeira. [ROSALINDA]

Seguindo nossa entrevista, adiante pude compreender que para Rosalinda a principal diferenciação entre as categorias violência e abusividade está na presença ou não de agressão física contra o corpo da outra.

Conheci Dandara em março de 2018, ela frequentava as aulas em que fui estagiária docente. A princípio nossas conversas não ultrapassaram a cordialidade

que o trato social impõe. Aos poucos fomos nos aproximando, com ajuda e mediação de Sandra<sup>24</sup>, que também frequentava àquelas aulas.

Naquela época Dandara tinha 22 anos e se declarou como pansexual. Goianiense, estudante negra autodeclarada, informou renda familiar per capita de aproximadamente R\$ 400,00. Pedi a ela que nos encontrássemos em algum outro local, fora do ambiente de nossas aulas, para que pudéssemos conversar com mais privacidade, para que eu pudesse entrevistá-la. Ela sugeriu o Bosque dos Buritis, na região central de Goiânia. Sentamos-nos em frente ao Monumento à Paz Mundial, e conversamos por mais de duas horas. Ela construía uma narrativa contínua sobre a totalidade de fatos vividos dos quais ela ainda se recordava. Desde sua infância até aquele dia.

Todos os relacionamentos que eu vivenciei, as violências que eu sofri, hoje eu consigo perceber... elas são violências raciais, que pra mim não tira o âmbito do abusivo. Foram violências do tipo de ouvir pessoas me chamar de “zulu” pela minha cor e eu ficar calada sentindo com aquilo. É violências por exemplo, só eu cozinhar e lavar a louça e não ter ajuda. (...) a gente tende a ligar o abuso mais com o lado psicológico né, ao lado emocional. Eu acho que o violento ele, o... o... o violento ele seria a junção do abuso com a violência física né, tipo, além de te agredir emocionalmente eu vou te agredir fisicamente, porque minha manipulação mental ela já não tá funcionando sozinha então eu vou fazer funcionar de outra forma. Eu acho que tudo começa com manipulação mental, não tem como você só chegar batendo na outra pessoa, né. Primeiro você chega cheio de afeto e você demonstra afeto, cuidado, amor... depois começa a essas coisas fingidas de cuidado, que você me fez pensar bastante, tudo fingido de cuidado, um grande afeto e depois bota as garras pra fora. [DANDARA]

Percebemos que para Dandara, também, a grande cisão entre as categorias abusividade e violência é a presença ou não de agressão física.

### **3.2.3 Conflitos**

Em algumas ocasiões na narrativa das interlocutoras surge a categoria conflito e seu uso é aplicado das mais diversas formas nas narrativas das interlocutoras. Ora é usado como sinônimo de brigas, outrora como sinônimo de

---

<sup>24</sup> Sandra é uma das interlocutoras desta pesquisa

discussão, depois aparece como divergências de interesses e vontades ou de embate de ideias.

Para Roberto Cardoso de Oliveira, o estudo etnográfico das relações conflituosas impõe ao antropólogo um esforço em ir além do óbvio

A etnografia dos conflitos supõe um esforço de compreensão das interações entre as partes, com respaldo na experiência delas, de modo a viabilizar a atribuição de um sentido que esclareça o desenrolar do conflito e/ou da relação. (OLIVEIRA, 2012, p. 457)

Procurando alcançar a “atribuição de sentido” dado pelas interlocutoras a essa categoria analiso as colaborações de Dandara, Raquel<sup>25</sup>, Bruna<sup>26</sup> e Flávia<sup>27</sup>.

Pode não parecer, mas eu não sou muito de bate peito nas minhas relações afetivas porque eu não tenho força emocional pra brigar, eu acho que eu gasto tanto tempo, toda minha força emocional brigando todo dia, sabe?, com a polícia, com a pobreza, o caralho à quatro, que quando eu tô em relacionamento eu não sei brigar, eu sou extremamente passiva, essa é a palavra. Tipo, eu evito conflitos à qualquer custo, nem que isso custe as coisas que eu acredito, eu evito, mas chega uma hora que não dá pra evitar mais. [DANDARA]

conflito que eu considero é tipo briga, discussão, eu nunca tive assim, nenhum relacionamento meu nunca teve nenhuma agressão. [RAQUEL]

teve de conflitos normais, assim eu acho de, é..., uma querer uma coisa e outra querer outra [BRUNA]

discussão sobre raça, política, sobre criança, sobre bicho, sobre amizade... [FLÁVIA]

Para Dandara e Raquel conflito está associado à ideia de discussão enquanto briga, que gera desgaste emocional e da relação. Por outro lado, Bruna e Flávia, compreendem que os *conflitos* são inerentes às relações humanas. Nesse aspecto, próximo às acepções de Bruna e Flávia, são as preleções de Oliveira (2012) para quem nas relações duradouras entre os indivíduos sempre será atravessada por conflitos:

<sup>25</sup>Raquel tem 23 anos, é guaxupeana, estudante do ensino superior, se autodeclara parda e bissexual.

<sup>26</sup>Na data da entrevista Bruna estava com 28 anos, cursava o ensino superior, servidora pública, percebia renda familiar *per capita* de aproximadamente R\$ 1.675,00, se autodeclara branca e lésbica.

<sup>27</sup>a paulista Flávia em 2013, em um jantar na casa de uma amiga em comum. Desde então, nos encontramos por diversas ocasiões, em manifestações feministas e na casa de nossa amiga. Na data em que a entrevistei ela estava com 35 anos de idade. Se autodeclarada negra e bissexual. É biblioteconomista, servidora pública federal, e percebe renda familiar de aproximadamente R\$ 2.500,00 *per capita*.

O aparecimento de conflitos em qualquer relação é sempre uma questão de tempo. Se pensarmos numa relação padrão que envolva interações frequentes, com um mínimo de intensidade, e que seja importante para as partes, ela deverá suscitar conflitos em algum momento. (OLIVEIRA, p. 456)

No entanto, assim como outras categorias que surgem em suas narrativas, como violência e abusividade, conflito comporta, para essas interlocutoras, uma carga semântica vasta que oscila conforme o tema e os ânimos das interlocutoras.

Entre elas não há consenso na “atribuição de sentidos” para a categoria conflitos, mas podemos intuir que os conflitos percebidos como inerentes às relações afetivas são a exteriorização dos anseios e desejos expostos por uma ou ambas as partes provocando um choque de interesses. Outras vezes, como na experiência de Dandara, pode ser uma tentativa de “resgate do eu” diluído na relação (MOORE, 2000).

### **3.2.4 Multiplicidade Semântica e Construção de Sentidos**

Conheci Janaína em agosto de 2017, mas só consegui estabelecer diálogos com ela a partir do início de 2018, quando ela estava com 31 anos de idade. Parda autodeclarada, lésbica, goianiense, ensino superior completo, cientista social, declarou renda familiar de aproximadamente R\$ 2.500,00 per capita.

*Eu conhecia Janaína de vista, havíamos frequentado algumas aulas juntas na UFG, mas nunca me aproximei, nunca havíamos conversado antes de minha entrada em campo. Conforme o campo foi se desenvolvendo Janaína me foi indicada, por uma conhecida do movimento feminista, como potencial interlocutora da pesquisa. Quando fui à casa de Janaína eu suspeitava que ela era a pessoa a quem Sandra [que também é interlocutora desta pesquisa] havia se referido, mas não tinha certeza. No desenvolver de nossa conversa é que tive a confirmação de que Sandra e Janaína haviam mantido um relacionamento em um passado próximo. Achei por bem não mencionar que eu havia desenvolvido campo com Sandra, pensei que isso fosse levá-la a modular o que me contava ou então a ficar perguntando sobre minha conversa com Sandra. Eis que, ao final, conversei com ambas, sem que uma soubesse que falei com a outra. E isso foi interessantes porque evidenciou os pólos e percepções de um mesmo relacionamento. [diário de campo]*

Seguimos nossa conversa de forma generalizada, ela mantinha uma narrativa contínua sobre suas vivências e experiências conjugais com mulheres. Superados os momentos iniciais de nossa conversa, onde implicitamente estabelecemos códigos de confiança e confidencialidade, Janaína foi, pouco a pouco, superando as superficialidades e detalhes gerais de seus relacionamentos. Adiante afirmou categoricamente

Eu li [mensagens privadas de rede social], mas porque a gente também tinha abertura, assim, ela tinha minha senha das coisa, dos e-mail, eu também tinha as dela. [JANAÍNA]

Com pequenos gestos, aceno de cabeça e sorrisos discretos, em concordância, incentivei que ela continuasse contando mais detalhes sobre isso, sobre o que ela leu e qual foi sua reação. Adiante, de modo displicente e involuntário me revelou que leu as mensagens de sua ex-namorada sem que a outra soubesse.

Transparece indiferença nas falas de Janaína. Como quem não se importa se será julgada pelo que conta. Isso demonstra que ela “não fez nada de errado?” [diário de campo]

Ao mesmo tempo que Janaína afirma “abertura” para acesso às mensagens pessoais uma da outra, o exercício dessa liberdade ocorre de maneira clandestina. O que sugere que o compartilhamento de senhas das redes sociais e e-mails, fora estabelecido com base na confiança e não, ao contrário, para instrumentalizar meios de desconfiança e vigilância.

Procurando alcançar o que Janaína compreende como abusivo em um relacionamento conjugal perguntei-lhe diretamente, o que é abusivo?

pra mim é... manipulação, agressão tanto física quanto emocional (...) Sinônimos? [violência e abusividade] Não, porque eu acho que o relacionamento pode ser abusivo sem ter essa violência física né, sem ter essa violência mais direta. Pode ser abusivo de um modo mais sutil que a gente não considera, não vê, não percebe tanto assim igual num relacionamento violento. [JANAÍNA]

Em abril de 2019 conheci Juliana, quando ela estava com 18 anos de idade. Parda autodeclarada, lésbica, goianiense, graduação em curso, declara renda familiar de aproximadamente R\$ 5.000,00 *per capita*.

*Não nos conhecíamos, ela também me foi indicada pela cineasta feminista. Pedi que escolhesse um local no qual pudéssemos conversar à vontade, ela me convidou pra ir à sua casa que fica em um bairro nobre de Goiânia.*

*Pedalei até a casa da Juliana. Vim procurando o endereço, achei. Quando cheguei Juliana estava na porta, agitada, foi tentar tirar o carro importado de sua mãe da garagem e acabou batendo a frente do carro numa churrasqueira de cerâmica. Depois que ela, sua mãe e a empregada da casa se desmobilizaram da questão da batida do carro, ela me convidou a entrar. A casa é imensa, um sobrado muito bem construído, com janelas e portas amplas. Um jardim decorativo com plantas muito verdes e bem cuidadas. Ela me indicou o melhor lugar para deixar minha bicicleta enquanto conversávamos, era do lado oposto à moto de corrida do padrasto. Entramos. A casa era decorada com esculturas e quadros. Na escada que leva ao quarto de Juliana há retratos gigantes, da mãe e do padrasto, vestidos com suas fardas de alta patente. Chegamos ao seu quarto. Uma suíte decorada de rosa, com cama, guarda-roupas, TV, cortinas sobre a janela, computador, livros, violão, ukulele e teclado. Ela sentou-se em sua cama e me convidou a sentar consigo. Me senti desconfortável, estava suada do trajeto feito de pedalando. Me sentei no tapete felpudo do chão, ela também. [diário de campo]*

Nossa conversa começou a partir de sua narração sobre o acidente com o carro de sua mãe e o nervoso que ela sentia ao imaginar a reação do padrasto, que era quem havia comprado o carro. Depois de acalmados os ânimos, consegui que ela me contasse um pouco dos aspectos gerais de suas vivências, infância, interesses, era um modo de conhecer mais suas experiências.

Ela me contou suas peripécias da infância, que sua família é muito religiosa e desde sempre ela estudou em escolas confessionais. Que na oitava série foi expulsa da escola, porque a escola era muito católica e ela tinha beijado uma menina e todo mundo ficou sabendo, isso manchou a imagem da escola. A família preferiu entender que era peraltice de criança e não levou à sério. Continuou narrando a relação de sua família com a religiosidade, do namoro com meninos da igreja para manter as aparências. Depois, seus interesses em música e idiomas, outras culturas, falou do tempo de intercâmbio que fez nos Estados Unidos. Adiante falou de seu relacionamento atual

*Olha, eu acho que nesse relacionamento de agora teve alguns momentos que eu poderia caracterizar como um relacionamento abusivo. Mas que ambas as partes perceberam e que ambas as partes trabalharam pra mudar. Então, agora não, agora acho que tá tranquilo. [JULIANA]*

Neste ponto, o compartilhamento de Juliana sobressai aos demais porque ela, em primeiro lugar, percebeu a abusividade ainda vivenciando o relacionamento e, em segundo lugar, porque anunciou ele à parceira. Tornando possível que ambas procurassem juntas uma forma de resolução. Essa postura mais propositiva de gestão dos conflitos não aparece nas narrativas das demais interlocutoras.

Instigada por aquela percepção que Juliana tinha de seu relacionamento atual pedi que me explicasse o que entende como relacionamento abusivo

um relacionamento abusivo é quando uma pessoa é sempre colocada pra baixo, uma pessoa... ela não tem voz no relacionamento, é só a outra pessoa que tem, então ela é como se fosse um boneco na mão do outro e a pessoa faz o que bem quer; a pessoa não tem voz de falar as suas vontades, pra mim é um relacionamento abusivo. [...] pra mim abuso é violência. Eu acho que essa questão de..., de falar com o outro de forma grosseira, de gritar... Pra mim gritar é uma forma de..., de você colocar o outro pra baixo. Então é gritar, falar palavras que você sabe que vai colocar o outro pra baixo. Então pra mim foram essas situações e pra mim foram essas situações também do..., d'eu ter cortado as amizades e tal, pode ser caracterizado como algo abusivo. [...] eu chorava muito, eu só chorava. Então, se eu tava só chorando é porque tem alguma coisa errado. [JULIANA]

Neste aspecto, é possível perceber que tanto Janaína quanto Juliana constroem os significados de *violência* e *abusividade* a partir de uma relação muito próxima. Às vezes até mais do que isso, chegando mesmo a compreender uma categoria como contendo em si parte do significado de outra.

Porém, para ambas, a semântica dessas categorias está em processo de contínua construção. A princípio, a categoria *abusividade* contém “agressão física e emocional”, “manipulação”. Adiante, demonstram instabilidade na definição de sentido que deram à categoria, afirmando agora que abusividade está mais associada à ideia de ausência de “violência física” constituindo-se através de práticas “mais sutis”, “que a gente não considera, não vê”.

Assim, para Janaína e Juliana, as categorias *violência* e *abusividade* ora se tangenciam, aproximando-se numa definição que as distingue muito tenuemente, ora se entrelaçam, tornando indissociáveis suas acepções.

### 3.3 Dinâmicas e operações da violência conjugal lésbica

Início esta seção com a análise das narrativas de Patrícia, Rosalinda, Juliana, Raquel, Bruna e Sandra, que estão, em maior ou menor grau, alicerçadas na

romantização do relacionamento lésbico e no estereótipo da performance de gênero (Butler, 2008)

Adiante analisarei de forma mais detida os tipos de violências e abusividades que as interlocutoras relataram ter vivido no contexto de seus relacionamentos afetivo-sexuais com outras mulheres.

E, por último, analiso as narrativas de Sandra, Agnes, Rosalinda e Dandara, interlocutoras que ao refletirem mais detidamente sobre suas próprias práticas, durante nossas conversas, se reconhecem como potencial operadoras de violências e abusividades. Mas, afinal, para essas interlocutoras “existe” violência e abusividade na relação lésbica?

No meu mundo de unicórnios, não acredito (na possibilidade de abusos entre mulheres), porque eu acho que mulher é muito diálogo, muita conversa. Todas as mulheres que eu me relacionei foi muito de boa... Sei lá, eu gosto muito de conversar, eu acho que isso é muito saudável, então é jogo aberto, tem que falar, fala. Então acaba que mesmo que magoa, não gera nenhum tipo de violência. Agora “vou te matar porque você não quer ficar comigo?”. Mas, entre mulheres? Como assim!? Eu não acredito que isso aconteça com mulheres. [PATRÍCIA]

Entre mulheres eu consigo estabelecer uma linha de igualdade. O gênero é o mesmo, embora as classes sociais e a raça possam diferir mas nós nos entendemos, nós somos mulheres. [ROSALINDA]

Eu acho que em relacionamento mulher com mulher deveria ser mais compreensivo porque você entende como o corpo de uma mulher funciona, porque você é uma mulher. [JULIANA]

Antigamente eu até pensaria que não [é possível que haja violência entre mulheres], porque o que as pessoas mais falam é que aí, relacionamento lésbico ele é mais de carinho, ele é mais de afeto, ele é mais de... né? Acho que às vezes esse carinho ele extrapola e vira uma possessividade. [RAQUEL]

Eu não vejo violência física de bater, de empurrar, essas coisas, mas mais essa violência sutil, que eu consigo ver, que é proibir as coisas... [BRUNA]

Eu não achava antes [que existe violência e abusividade na conjugalidade entre mulheres], antes eu não tinha contato, mas depois que a gente passa a vivenciar isso a gente pode ver o quão pode ser agressivo. Que a gente vê que assim, é tão romantizado, tipo a galera fala “ah sapatão é ciumenta

mesmo”. Mas cê não pode romantizar uma coisa que é uma agressão, sabe?  
[SANDRA]

A partir dos compartilhamentos feitos por essas interlocutoras é possível extrair diversos elementos que identificam a romantização do relacionamento lésbico. A princípio Patrícia afirma categoricamente que entre mulheres não existe violência conjugal. Em seguida, nas locuções de Rosalinda e Juliana transparece o elemento central dessa romantização, a igualdade de gênero. Para elas ante a inexistência de oposição de gênero é possível estabelecer maior simetria, igualdade.

Raquel compartilha desta linha de raciocínio, que destaca a expectativa de afetuosidade da mulher, um grande estereótipo de gênero, que seria opositora e inibidora da violência entre mulheres. Também, no mesmo sentido, mas com uma compreensão mais perspicaz, com agudeza certa, é a formulação de Bruna, que já chama atenção às armadilhas da violência na conjugalidade lésbica, que ocorre majoritariamente de maneira mais implícita. Sandra alerta para o que está acontecendo: a romantização das agressões na conjugalidade lésbica.

Nestes casos, os mitos e estereótipos (Heilborn, 2004) sobre a violência em relacionamentos lésbicos abusivos, em especial os baseados nas ideias de impossibilidade das mulheres de serem agressoras, às conduzem à percepção falaciosa da inexistência de desigualdades ou hierarquias entre mulheres, que poderiam levar à violência.

### ***3.3.1 Tipos de violências e abusividades***

Nesta subseção os tipos de violências e abusividades que serão listados correspondem às discriminações que todas as interlocutoras fizeram a respeito do que compreendem como violento e/ou abusivo. Mas não, necessariamente, que essa ou aquela interlocutora compreende a sua própria narrativa como “agressão física”, “abuso emocional” etc. Isso porque, como demonstrei na seção 3.2, a construção de sentidos que cada uma delas faz não carrega o mesmo significado.

Todo mundo ao nosso redor me avisava ‘ó Rosalinda, não é legal isso que tá acontecendo, presta atenção!’ Eu tava sempre com os braços muito roxos, de apertão que ela dava. Eu chegava na casa dos meus pais e eu não podia usar uma blusa cavada. Uma vez ou outra eu usei e minha mãe ficou brava, falou: “Rosalinda, você tá apanhando em Goiânia, você não vai voltar pra lá. O que é que tá acontecendo que você tá nesse roxo, com o braço roxo dessa forma?” Eu falei não mãe, eu não tô apanhando. Mas era...não, não respondia, não tinha o que responder. [ROSALINDA]

nós estávamos na Diablo[boate], eu estava com umas amigas minhas e ela passou a primeira vez e falou “vamo lá pra dentro”, eu falei, “agorinha eu vou, estou conversando com as minhas amigas”. Aí ela começou a ficar meio estressada, aí ela passou de novo e falou “vamo lá pra dentro!” [...] E aí, na terceira vez ela me puxou muito forte pelo braço, e eu caí no chão e ela puxou o meu cabelo. [ROSALINDA]

[...]eu trabalhava no bar, na área administrativa, eu comprava as coisas pra repor, aí eu comprei um saco de polpa de fruta e fiz um vale. E a gente morava junto e tudo que a gente consumia, juntava, anotava num caderno pá tê, né, o controle de gastos. Aí em vez d’eu escrever polpa, eu escrevi roupa, ela foi lá nesse caderno e falou assim, péra aí, a Sara não comprou roupa pra mim, ela comprou roupa pra quem? Ela ficou achando que eu tinha dado presente pra outra pessoa, e ela era muito explosiva, e eu lembro que eu tava encostada num guarda-roupa que a gente tinha, e sabe daqueles copos americanos, mas daqueles grandes, ela jogou um copo daquele. [...] Alguma coisa virou a minha cabeça, sabe, que eu não vi o copo voando, o fundo do copo pregou no guarda-roupa. Se aquilo prega na minha cara... [SARA]

Nóis morava lá em São Paulo. A gente tava conversando no quarto, eu tava tentando ter diálogo com ela, aí ela se estressou do nada avançou ni mim, querendo puxar meu cabelo. [MARTA]

Analisar as narrativas sobre violência requer atenção aos elementos que a interseccionam. No caso das experiências com violência física no âmbito da conjugalidade lésbica, vividas por Rosalinda, Sara e Marta, raça é o elemento interseccional que as une e, ao mesmo tempo, atravessa suas vivências. As três são preta, morena clara e parda auto-declaradas.

Em outro giro, é possível perceber que a gravidade das agressões foram mais severas com Rosalinda que, ao contrário de Sara e Marta, ostenta indumentária e performance de gênero (FACCHINI, 2008)<sup>28</sup> mais conservadoras com relação ao gênero.

A esse aspecto, importante perceber que, mesmo nos casos mais evidentes de violências e agressão física as interlocutoras colaboradoras deste estudo não procuraram as autoridades policiais ou outra forma de amparo legal. Diferente do

---

<sup>28</sup>Regina Facchini. Entre umas e outras:Mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.(2008)

que Rifiotis encontrou em seu estudo realizado em 2008, sobre a judicialização das relações conjugais, onde percebeu que a “judicialização” das relações, no contexto da violência conjugal heterossexual, atua como um mecanismo que pode funcionar como ameaça ou como renegociação dos pactos conjugais.(RIFIOTIS, 2008)

No caso das conjugalidade lésbicas as situações são administradas pelas próprias integrantes do relacionamento. Veja-se que, no caso de Rosalinda, por exemplo, ao ser indagada por seus familiares sobre os “roxos” em seus braços, que simbolizam as violências físicas às quais ela era sujeitada por sua namorada, ela nega e desvia o foco da conversa. Afastando, no primeiro momento, a gestão dessas violências a partir de um ente externo ao relacionamento.

A partir das experiências de campo restou evidenciado que há uma cisão ainda maior nos aspectos dimensionais do público e privado das relações afetivas. E que, quando há abertura para auxílio na gestão da situação de violência essa abertura é direcionada, sobretudo às amigas das mulheres que sofreram as agressões.

Além de enfrentar as violências e abusos intra conjugais as interlocutoras precisam lidar, também, com a questão do estigma e preconceito sobre as afetividades lésbicas, e acabam, muitas vezes, escondendo ou mesmo negando as violências sofridas dentro de suas conjugalidade para não reforçar o preconceito contra os relacionamentos lésbicos.

Nessas circunstâncias, sem se sentirem confortáveis a se socorrerem no Estado, ou em seus familiares, elas recorrem à amigas que desempenham uma importante rede de solidariedade e suporte social (HENNING, 2014).

Maria e Janaína, foram confrontadas com a exigência e a hipervalorização do que, atualmente, configura-se como um dos principais pilares da relação conjugal, o sexo:

[...] outra situação que me incomodava muito, era obrigação de transar. Ela tinha isso, como se tivesse obrigação de transar todos os dias, sabe? E tem vez que eu não tava afim, eu realmente não estava a fim. E aí ela ficava com raiva, ficava com muita raiva, por exemplo, no FICA [festival de cinema], assim, eu tava cansada, eu não tinha dormido, a gente tava na barraca, [ela] me agarrando sabe, eu tava morrendo de sono, eu não tinha nem como fazer nada, eu tava, eu tava muito cansada e ela querendo transar e eu não querendo transar e eu falava “eu não consigo, eu não consigo”, [ela] “não, você consegue sim”. Ela ficava em cima de mim tirando minha roupa, e eu “não, não, não, não quero” e eu também sou o tipo de pessoa que se eu

não estou no meu lugar, não me sinto à vontade, sabe, eu não vou estar a vontade, a gente cria um carinho pelo negócio em si e eu não conseguia, e ela sabia disso, e eu nunca gostei de beijar na frente dos outros, não me sinto à vontade. [...] Aí, acho que de estar muito cansada ou não estar a fim mesmo, estar mal, eu não queria mesmo e ela meio que “ai... ai, vamos comigo que aí, você vai querer mais”. Sabe, era um jogo muito psicológico, de convencimento. Até hoje eu tenho essa cena dela em cima de mim insistindo, então pra você ver, eu fiquei muito, muito mal depois, eu acho que isto não deve ser uma coisa que se deve forçar. [...] Foi mais de uma vez [*que transou sem querer*], eu acho, mas não chegou a ser tantas assim, mas eu acho que foi mais de uma. Eu lembro mais da situação da barraca, que eu tava muito cansada e algumas vezes na casa dela, mas só isso. [...] [MARIA]

[...] eu já tive a hipersexualização. Acho que todo relacionamento que eu vivenciei, a única coisa comentada sobre mim era minha bunda. Tudo, tipo assim, vamo fazer um elogio: “nossa, que rabo maravilhoso”. Sim, é maravilhoso, mas existem outras coisas mais pra se elogiar. [...] Eu achei violento também servir só pra sexo, saca? Eu cobrava outras coisas tipo “nossa, quero ver sair comigo na rua” não acontecia. [DANDARA]

Com relação à Maria, percebo que nem sempre é possível reconhecer os fatos narrados como forma de abuso, porque considera que havia consentimento, ainda que coagido, que foi alcançado por meio de “jogos psicológicos”. Nesse aspecto, os dados encontrados em campo se assemelham ao que a socióloga portuguesa Cátia Sofia Ribeiro Fernandes (2016) em sua dissertação “Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo”, encontrou. De que nem sempre a vítima reconhece esta forma de abuso porque muitas vezes interpreta essas práticas como “obrigações” inerentes ao pacto afetivo-sexual.

Em outra perspectiva, estão os compartilhamentos de Rosalinda, Raquel e Sara que viveram experiências às quais podemos chamar de violências e abusos psicológicos e emocionais. Trata-se de xingamentos, ameaças, crítica à aparência, deslegitimação de suas vontades.

[...] estávamos na casa de uma amiga. Entre esses amigos que nós tínhamos feito na empresa [ambas trabalhavam no mesmo callcenter], e chegou uns caras com quem eu fui conversar, eu tava conversando com todo mundo e não tava acontecendo nada. Nós não estávamos flertando e nem nada, a gente simplesmente estava conversando. E aí ela me puxou pelo braço com muita força e perguntou o que é que tava acontecendo, e me chamou de puta, e me falou que se eu traísse ela com um homem ela ia me matar e essas coisas. [...] Ela sempre deslegitimava as minhas reclamações em relação a isso, falava que eu tava sendo emotiva demais, é... interpretando as coisas de um modo errado, que não era nada assim, porque afinal de contas ela me falava essas coisas pro meu bem, era comigo que ela tava [...] Eu era sempre a louca, histérica. Ela falava “deixa de ser louca”. [ROSALINDA]

O tempo todo ela me criticava, sempre me colocava em contraposição com a ex-namorada dela, que era com ela que ela iria se casar, porque eu sempre tive tatuagem, piercing, essas coisas... e ela sempre falou pra mim a fulana não era assim, a fulana é uma pessoa a quem eu apresentaria a minha mãe. “Esse piercing no seu rosto...”, porque eu tinha um microdermal, “esses piercings no seu nariz”, “esse tanto de tatuagem desnecessárias”, seu cabelo tinha que ser maior... e eu sempre tive o cabelo curto. [ROSALINDA]

[...]eu tava aqui super animada conversando e tal, daí quando eu pegava o celular minha fisionomia já mudava, tudo mudava, eu ficava mais retraída, sabe? E por mensagem, por mensagem ela conseguia fazer tudo isso. [...] E aí eu sei que eu tava com a intenção de “vou terminar e tal”, mas eu não sabia como, e aí a gente ficou um tempo e tal, eu tentei terminar na verdade mas (risos) eu não consegui. [...] eu ia falar, eu chegava a conversar, a falar eu quero terminar, eu quero pôr um fim nisso e ela não, não eu vou mudar, não, não, eu não vou fazer mais isso, não eu vou mudar, pára com isso, a gente se ama, a gente se gosta tal, aí assim, aí teve o carnaval aí eu sei que no último mês que a gente tava namorando eu tentei terminar umas três vezes e aí teve até uma das vezes que eu acho engraçado entre aspas, porque né, que eu tentei terminar e eu falei olha, eu não dou conta mais, tá demais isso, falei olha tá muito isso [...] eu quero terminar, tá abusivo demais, eu não dou conta dessa opressão, eu não dou conta disso tudo. E é isso, eu quero terminar. “Não, não faz isso comigo e tal” e aí começava a chorar, chorar, chorar, chorar; e aí tipo assim, a gente tava dentro do carro e eu já tipo assim né, o que é que eu faço agora né, tipo...? Porque eu também não queria ver ela mal daquele jeito, porque não era uma pessoa que eu queria ver mal porque era uma pessoa que eu amava, mas eu também não queria mais fazer isso comigo e tal e aí, é, do nada ela parou de chorar e tal, ficou mais séria, e aí foi acalmando, eu fui conversando também, eu falei olha, eu não quero te ver assim tal, e aí ela parou, eu sei que a gente ficou calada por um tempo e aí ela: “onde que a gente vai comer agora?” Tipo assim, como se nada tivesse acontecido e eu só tivesse falado que eu “queria” entendeu, não que eu tivesse terminando. Eu falei, gente o quê que eu preciso fazer pra eu terminar né, além de falar eu quero terminar. A gente já tinha terminado exatamente por isso né, porque eu me sentia muito sufocada e eu cheguei pra ela e falei olha, cê tá me sufocando demais e eu não dou conta de um relacionamento assim, não dou conta quero terminar e tal e aí eu... ela pediu pra conversar comigo. Todas as vezes foi assim, eu terminava aí ela vinha chorando e pedia pra conversar, chorando muito sabe? que não vivia sem mim, que não iria viver sem mim. [RAQUEL]

Sem que eu percebesse eu parei de usar short. Eu parei de usar short pra sair porque, num sei, acho que ela não gostava que eu usasse e ficava assim, tipo “ah...”, num sei, sei que eu fui perceber isso no ano passado quando a gente terminou. [...] eu nem lembrava mais que shorts eu tinha, falando sério, pode parecer exagero mas eu não lembrava assim, quais shorts assim eu tinha. [RAQUEL]

Um dia tava eu e a minha tia e a Ex aqui no sofá, e passou uma reportagem duma mulher, dum casal de lésbicos, que a mulher foi no motel pegou a outra e matou a outra. E até a Ex falou assim, “ai Sara, se eu descobrir que cê tá me traindo, eu jogo gasolina em você e toco fogo viva” [SARA]

Aparentemente as violências e abusividades relacionadas aos impactos psicológicos e emocionais são os mais corriqueiros nas narrativas analisadas sobre

relações lésbicas, do que os impactos físicos. Tais narrativas apontam para relações autodestrutivas que vão provocando uma espécie de apagamento e diluição da identidade de uma das consortes no relacionamento.

A partir das entrevistas e conversas com Rosalinda, Raquel e Sara é possível identificar que esse tipo de prática tem forte correlação com as formas de sociabilidades ensinadas às mulheres desde sua infância, a qual privilegia um tratamento menos enérgico e mais sutil das situações, bem como a perseguição, desde sempre, de um ideal de vida, de busca e compartilhamento do amor romântico.

Essa busca incessante do amor romântico, idealizado, alicerça a construção de subjetividade de várias dessas mulheres lésbicas. Além disso, percebo que elas, independentemente de suas performances de gênero (Butler, 2008), têm uma concepção ideal de amor que limita seus modelos de conjugalidade. Fazendo com que acreditem que precisam ser amadas e desejadas por suas parceiras para terem seu valor, enquanto ser humano, reconhecido. Miriam Grossi (1998, p.299) ressalta que a presença de violências nas relações afetivo-sexuais é inerente às contradições do “modelo hegemônico de conjugalidade ocidental na modernidade”.

Importante relembrar, mais uma vez, dos elementos que interseccionalizam as narrativas sobre violências e abusividades. A priori poderíamos estabelecer que a violência mais grave é a física, mas isso somente seria revelador de nossos pré-conceitos sobre o tema, isto é, nossas familiaridades.

Exercitando o distanciamento e o estranhamento, necessários para uma abordagem analítica das experiências de vida das interlocutoras é importante perceber que em diversas ocasiões há outros tipos de violências que são percebidos como infinitamente mais graves pelas interlocutoras dos que agressões físicas.

o abuso psicológico ele é bem mais violento que qualquer coisa. [...] a sensação de abandono ela era tão gigantesca, tão gigantesca, porque nós, a gente que é preto, a gente rasga o cú por causa do outro, a gente faz tudo por causa da outra pessoa, mas quando se trata da gente a gente não consegue fazer nada. A gente sempre tá ali disposto a ficar do lado do outro, a gente sempre tá disponível pro outro, a gente sempre faz tudo pro outro, e sempre foi assim meu relacionamento com a falecida eu dei tudo que eu gostaria um dia de receber. [...] nesse relacionamento eu nunca tive problema físico. As violências que eu sofri hoje eu consigo perceber, elas são violências raciais, que pra mim não tira o âmbito do abusivo. Foram violências do tipo de ouvir pessoas me chamar de “zulu” pela minha cor e eu ficar calada sentindo com aquilo. É violência, por exemplo, só eu

cozinhar e lavar a louça e não ter ajuda. Violência de, por exemplo, ela jogava muito aqueles jogos de computador, e tinha um jogo específico, jogo de branco né?, de criar cidades, de criar cidades colonas. Nesse dia, nesse jogo um amigo dela falou “ah, porque você não cria uma colônia e chama ela de Dandara?” E aquilo me doeu tanto. E eu fiquei olhando pra ela do tipo “véi, e cê por favor fala alguma coisa, saca? Tipo, você é minha companheira”. [...] eu sempre vivenciei esses abusos físicos [estupro e espancamento] e eu sempre consegui me colocar diante deles, eu sempre consegui reagir, eu sempre consegui sobreviver, por exemplo, eu sofri abusos sexuais mais eu consegui sobreviver e isso nunca me tirou o sono. Mas quando eu vivenciei o processo de rompimento com determinada pessoa do relacionamento mais sério, eu não conseguia, entendeu? Eu simplesmente não conseguia porque o trauma psicológico ele foi tão mais insuportável que meu trauma físico. Porque ele foi muito mais visivelmente psicológico, não que o trauma físico não tenha acarretado milhões de problemas hoje, mas o trauma psicológico me fez..., eu não sabia o que fazer. Não sabia reagir, ainda mais porque quando existe essas relações de abuso, acredito eu Paula, a gente estigmatiza alguém, a gente sempre tem que encontrar um culpado e pra minha infelicidade ou minha felicidade, a culpada dos últimos foi eu. Eu saí como a preta, histérica e louca do rolê, porque ninguém acreditava em nada do que eu falava. E aí eu fiquei pensando muito sobre esse processo né? Eu acho que se tivessem me batido teria doído menos. Se tivessem me batido teria doído muito menos do que ter sido estigmatizada tanto. [DANDARA]

Enquanto mencionava os episódios de violência racial, praticados diretamente pela namorada, ou lateralmente por seus familiares e amigos, Dandara chorou, mostrando que estas feridas estão constantemente abertas. Aos soluços relembrou os comentários da namorada “*Ah! você não vai fazer macumba pra mim não, né?*” e da família dela

*[...]Eu já ouvi também uma coisa muito interessante foi dentro da família dela, foi racismo na verdade né, mas eu tava e eles perguntaram se eu já tinha lido um texto que chama “Tambores de Angola”. Aí quando me perguntaram isso eu já não esperava nada de bom vindo, e aí eu falei assim “não!” E aí ele falou assim: “ah, vou te contar a história. Porque um dia uma mulher que era escrava, negra, ela curava todo mundo e ela era muito boa e um dia sua sinhá com muita inveja espancou ela até a morte e na outra vida Dandara, ela nasceu branca e rica, e a Sinhá que a espancava nasceu uma deficiente física, a que era escrava e agora era branca adotou essa deficiente física” e aí tipo assim: uau!!! Então quer dizer que assim, pra eu tá num nível de “evolução” eu tenho que nascer branca e rica né? [DANDARA]*

A experiência compartilhada por Dandara, fortemente marcada por diversas violências (física, sexual, emocional) e nesses trechos principalmente pela violência racial, que aparece na narrativa de outras interlocutoras negras, suscita discussões profundas sobre como a vivência das mulheres de todas as identidades sexuais e os relacionamentos no Brasil são transpassados pelas questões raciais presentes na constituição da sociedade brasileira como um todo.

Devemos às mulheres negras a construção e conceituação do termo interseccionalidade e sua utilização como ferramenta teórico-metodológica. Esse conceito está intimamente relacionado ao feminismo negro, aos movimentos de mulheres negras e ao trabalho de intelectuais negras dos EUA, do Brasil e de diversas outras partes do mundo. A Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA) Dayane Nayara Conceição de Assis no e-book *Interseccionalidades* traz um histórico desse termo e as contribuições de feministas negras do EUA e do Brasil.

Essa autora contextualiza o questionamento do feminismo negro frente ao feminismo que tratava as mulheres como uma categoria única.

Por esse motivo, as pautas dos movimentos feministas hegemônicos, em geral liderados por mulheres brancas de classe média, refletiam os anseios de seus lugares sociais e, mais do que isso, durante muito tempo foram entendidos como reivindicações que diziam respeito a todas as mulheres indistintamente. (...) Os feminismos negros, enquanto movimentos sociais, começam por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista.(ASSIS, 2019, p.11,12)

O feminismo negro visibiliza a necessidade de considerar as diferenças que constituem a vida das mulheres negras, ampliando não só para o conceito de raça, mas também de outras questões, como classe e sexualidade. Segundo Assis (2019, p.17)

Patricia Hill Collins, segundo Conceição Nogueira (2017), é a autora que pode ser considerada uma das percussoras do conceito de interseccionalidade (...) Para Collins, cada indivíduo tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação. Ela cunhou o termo *outsider within* que, em uma livre tradução, nos fornece a expressão *forasteiras de dentro*. A autora irá escrever como os marcadores sociais de gênero e raça colocam as mulheres negras em lugares específicos que as permitem ter um olhar tanto da margem onde se encontram quanto do centro onde não podem estar posicionadas. Esse olhar privilegiado, portanto, contesta a ideia de pensar os marcadores sociais somente a partir das desvantagens sociais e nos leva a construção de uma ferramenta de empoderamento para as mulheres negras.(ASSIS, 2019, p.17,18)

Quando cita esse trecho da intelectual negra norte-americana Patricia Hill Collins a autora ressalta que a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica que nos auxilia a entender múltiplas opressões não coloca uma

hierarquia nessas opressões e traz a experiência do indivíduo nos seus diversos lugares e diferenças como fundamental. (ASSIS, 2019, p. 18)

A conceituação de interseccionalidade é realizada pela feminista norte americana Kimberlé Crenshaw. Nas palavras desta intelectual:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW apud ASSIS, 2019, p.20)

Assim a interseccionalidade permite tanto visibilizar as multiplas opressões que perpassam e limitam a vida de pessoas negras quanto permite ressaltar o local a partir do qual as mulheres negras fazem suas análises. Esse conceito traz ainda contribuições de diversas outras intelectuais negras, como ressalta Assis:

as autoras do *blackfeminism* norte americano, Patricia Hill Collins (1990); Angela Davis (2017), bell hooks<sup>29</sup> (1984), Audre Lorde (1983). No Brasil, como veremos mais adiante, temos Sueli Carneiro (1985), Luiza Bairros (1995); além de Lélia Gonzales (1988) e Beatriz Nascimento (1989), que não trabalharam com o conceito em si, mas com muitas premissas que o antecedem.(ASSIS, 2019, p. 18)

Assis perpassa o pensamento das feministas e intelectuais negras brasileiras demonstrando como, ainda que não utilizando o termo, a ideia de interseccionalidade, de considerar múltiplas variáveis, estava presente. Assim ela traz a categoria de *amefricanidade* da intelectual e militante negra Lélia Gonzales (1988), que ressalta a singularidade da experiência das pessoas negras de diferentes lugares, não homogeneizando e considerando somente as experiências dos negros e negras norte-americanos. Perpassa ainda as reflexões da historiadora Beatriz Nascimento, “historiadora, deixou em seu legado a maneira de se pensar sexismo e racismo dentro de uma lógica social pensada a partir dos quilombos antigos e atuais.”(ASSIS, 2019, p. 35)

---

<sup>29</sup> Ciente que as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT-NBR 6023/2018 impõe a citação de autores e autoras com a grafia em caixa alta, cito a escritora bell hooks, em caixa baixa, como forma de reverência e respeito à autora que adota, ela própria, uma postura política de grafar seu nome em caixa baixa. Para ela nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias. “O mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”.

Ressalta como importante ainda a produção da filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro e o enegrecimento do feminismo e da socióloga Luiza Bairros

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando[...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461 apud ASSIS, 2019, P. 37).

De maneira mais atual Assis cita ainda a intelectual negra baiana Carla Akotirene (2018) que realiza uma revisão teórica do conceito, atualizando-o da maneira como ele será utilizado neste trabalho.

O Feminismo Negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas de cientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (AKOTIRENE, 2018, p. 19 apud ASSI, 2019, p. 38)

Citada em minha epígrafe a poeta negra, lésbica, mãe e guerreira (em sua própria definição) Audre Lorde no texto também ali citado, “A transformação do silêncio em linguagem e ação”, traz uma reflexão sobre invisibilidade que auxilia essas considerações

Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não seja explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto que por outro nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres tivemos que lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que ao mesmo tempo nos faz mais vulneráveis: a de ser Negras. Porque para sobreviver nesta boca de dragão que chamamos de América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital, e não se supunha que fossemos sobreviver. Não como seres humanos. Nem se suponha que fossem sobreviver a maioria de vocês, Negras ou não. E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza. (LORDE, 1977)

Aqui temos novamente a invisibilidade, lésbicas e mulheres que se relacionam mulheres, negras, são invisibilizadas tanto pela lesbofobia quanto pela desumanização do racismo. Por outro lado como ressalta a autora são visíveis, mas

não de maneira humanizada. Ressoando a narrativa de Dandara, essa é a visão que vê nos corpos das mulheres negras somente a hipersexualização. A visibilidade aqui possui duas formas, uma distorcida que fragiliza, seja através do racismo e da hipersexualização das mulheres negras, seja através da lesbofobia e da violência de cunho lesbofóbico. E outra, como citado no final do trecho, fortalecedora, necessária à existência como seres humanos.

Essa visibilidade fortalecedora traz a necessidade de se falar sobre relações raciais, relacionamentos e afetividades. Nesse sentido o texto belo e poético de bell hooks (2006), “Vivendo de amor” também traz importantes observações sobre o impacto das vivências raciais da população negra em sua afetividade. Ela reflete sobre a prática de reprimir emoções que surgiu de uma questão de sobrevivência, que muitas vezes continua até hoje sendo uma questão de sobrevivência mas que auxilia o estereótipo de “ser forte” a qualquer custo. Mas, fala principalmente sobre o fato de que quando se fala de mulheres negras, geralmente se fala somente de sobrevivência. Segundo essa autora, o reconhecimento da questão racial e de todas as cargas históricas na afetividade permite que olhemos para além da sobrevivência, para a vivência plena

Geralmente, enfatizam nossa capacidade de “sobreviver” apesar das circunstâncias difíceis [...] quando nos amamos, sabemos que é preciso ir além da sobrevivência. É preciso criar condições para viver plenamente. [...] Numa sociedade racista e machista, a mulher negra não aprende a reconhecer que sua vida interior é importante. A mulher negra descolonizada precisa definir suas experiências de forma que outros entendam a importância da sua vida interior. (hooks, 2006, p. 195)

Nas queixas de Dandara percebemos esse não reconhecimento da vida interior, das emoções das mulheres negras. Esse texto é uma ótima referência para se pensar violência e afetividade não só para pessoas negras.

Ainda na trilha dos diversos tipos de abusos e violências narrados, foram apontadas situações diversas, como proibição de ver ou falar com determinadas pessoas, controle de mensagens pessoais em redes sociais, e outros modos de controle e cerceamento social.

Ela lia as minhas mensagens, não era sempre mas acontecia. Por exemplo, se nós estivéssemos juntas e cada uma no seu celular e eu tivesse rindo pro celular, aí ela...., porque quando eu tive a primeira vez um celular com acesso à internet foi ela que me deu, de presente de aniversário. Então eu acho que a partir daí ela colocou isso, eu te dei um celular e você vai ficar aí

rindo não sei pra quem, aí pro celular, e pra mim não? [...] chegou num ponto que ela achou que minha amiga estava apaixonada por mim. Voltei pra Goiânia e ela me disse: “Ok, você voltou e não tá morando mais com a ela [a amiga com quem dividia moradia], mas também não é pra você ir na casa dela mais. Eu não quero vocês sozinhas, porque claramente ela quer você pra ela.” [ROSALINDA]

Um ponto de observação importante no que diz respeito às práticas de controle e cerceamento social é que esta é uma prática amplamente experimentada pelas interlocutoras, seja enquanto controladas e cerceadas ou enquanto controladoras e cerceadoras. Vejamos

O Facebook dela tava aberto numa conversa, passei o olho rapidão, na hora eu fechei, porque eu só li assim “fazer uma massagem”, aí eu fechei e fiquei né...? [CAMILA]

Já li [*mensagens pessoais de redes sociais*]. Só li pra ver o que tava falando e pronto. Tinha certa desconfiança, que ela ficava conversando muito com as amiga dela. [JANAÍNA]

[...] eu já pedi pra ela prová que realmente gosta de mim. Tipo assim: “ah, evita mais dá liberdade para seu ex”. que ele é uma pessoa que gosta de brinca com ela, sabe? E o povo lá fala muito que ela trai eu; que ela andava muito com ele na moto para ir pra o trabalho, ajudava ela, o povo falava demais. Eu: “evita isso, prova isso pra mim”, tipo ela não tava nem aí pra mim sabe? [MARTA]

Camila revelou que a leitura de mensagens uma da outra é “tiro trocado” no relacionamento. E sinalizou com as mãos o rápido fechamento do notebook e fez uma cara engraçada, arregalando os olhos e rindo demonstrando que, embora sabido que uma lê mensagens privadas da outra, essa prática não é tão legítima assim, e opera sob os cuidados que se tem numa ação “clandestina”.

Já Marta, quando solicita à sua atual esposa que evite contato com o pai dos seus filhos, logo em seguida justifica dizendo que ele “brinca com ela”. De modo que, nessa circunstância, o controle e o cerceamento social se travestem de cuidado.

O campo também trouxe elementos que podem ser qualificados como abuso financeiro, como por exemplo, as narrativas de Flávia e Dandara que exibirei a seguir:

a menina é estudante, e aí de vez em quando vinha me pedir dinheiro emprestado pra alguma coisa... isso foi se tornando cada vez mais frequente e eu com uma dificuldade cada vez maior pra dizer não... sabendo da realidade dela, mas assim... hoje eu vejo que paguei muita coisa que não devia pagar. Mesmo por que depois ela teve condição pra comprar as coisas. [...] era daqueles empréstimos que a gente sabe que não é empréstimo... e aí demorou muito até eu cair a ficha de que isso era

abuso. [...] eu concordo, por exemplo, que a gente divida dívidas e contas. Talvez até assim, que se eu ganho mais eu pago a mais... e assim, a pessoa pode mesmo ter uma necessidade ou outra no financeiro, enquanto você está se relacionando com ela. Agora quando isso se torna muito frequente, você vê que não tem retorno e que a pessoa está começando a pedir pra coisa que não tem nada a ver...já não é uma questão de necessidade, é se aproveitar...aí sim eu acho que é um abuso. [FLÁVIA]

[...] ela era dona do poder aquisitivo na relação, isso pra mim é domínio também, quando você pode ter algo que o outro não. Não sei se isso vai fazer sentido pra você, mas ela sempre queria pagar as coisas pra mim. E eu nunca gostei disso, que pra mim é muito fácil você ficar pagando as coisas dos outros quando cê não tem que ralar, né? E era assim, era sempre uma grande briga tipo, deixa que eu pago, deixa que eu faço. E isso sempre me causou muito incômodo, muito incômodo mesmo, porque eu me sentia como se eu tipo, eu tava ralando ali pra poder construir algo para nós duas e não valia, saca? Era como se ela tivesse dó de mim, me minimizasse e quisesse me sustentar. [DANDARA]

As diversas possibilidades de operação do abuso financeiro, que tanto pode ser percebido quando uma parte efetivamente gasta mais seus recursos financeiro que a outra, como é o caso de Flávia, ou no caso de Dandara, quando uma delas insiste, reiteradamente, em pagar sozinha todas as despesas do casal, evidenciando a diferença de poder aquisitivo entre elas.

Flávia percebeu o abuso financeiro através de constantes solicitações de empréstimos os quais ela sabia que não seria pagos, mas não conseguia negar. Os episódios de abuso financeiro deram suporte a outras possibilidades de violência como manipulação emocional, por exemplo. Como quando a ex de Flávia a fez tomar dinheiro emprestado para viajarem juntas e depois não deixou que Flávia viajasse junto com ela, mas ao chegar ao destino da viagem ficou enviando fotos e mensagens falando da falta que sentia de Flávia.

Para Dandara, além da diferença de poder aquisitivo, a insistência de ex-namorada em pagar todas as contas do casal estava amparada, também na construção implícita de uma relação de sujeição e dominação financeira, que se estenderia para outros aspectos da relação do casal.

Outro dado extremamente relevante do campo, talvez um dos mais relevantes, e que será objeto de artigo científico após a defesa desta dissertação, é, conforme a reflexão da antropóloga Veena Das (1999) o trabalho do tempo na consolidação do entendimento, por parte da maioria das interlocutoras, do relacionamento como violento e/ou abusivo.

Eu tenho uma cara muito fechada e todo mundo tem uma idéia que eu sou uma pessoa muito durona, né, em relação às coisas, mas eu acho que por conta de toda uma trajetória de ser uma mulher negra e eu nunca ter amor [risos angustiados] e quando eu tenho qualquer porcaria que me dão eu quero agarrar aquilo com todas as forças e a gente sempre deixa passar... Eu acho que nessas atitudes que a gente considera absurdas, que a gente sempre falou que nunca deixaria acontecer..., a gente só consegue perceber quando rompe o vínculo. [...] eu tinha o costume de falar onde eu estava. Toda vez que eu saía ela falava “onde cê tá? Com quem você tá e que hora você chega?” [...] sempre acontecia isso e eu não sei se eu tô muito louca em achar que isso é uma forma de controlar alguém, que na minha cabeça hoje é. [DANDARA]

eu percebi que era abusivo depois, durante não, porque tava tudo bem... tanto que a gente terminou, mas a gente continuou transando, a gente não tinha mais nada, mas a gente gostava de transar. [MARIA]

e eu acho, talvez, [que a mulher em situação de violência conjugal] não termina por medo de ficar sozinha ou por que gosta muito da pessoa e como não chegou ser uma agressão física, “ah! não, é só que ela tem ciúme ela, tem cuidado comigo, sabe?” Muitas vezes as coisas faz parecer que é isso sabe, ou talvez seja isso a mesma coisa que eu passei, você não sabe que tá num relacionamento abusivo mesmo caso um dia ele venha a acabar. [BRUNA]

Eu era sempre a louca, histérica. [...] Mas toda pessoa num relacionamento abusivo sabe que tem alguma coisa que não tá legal, sabe? Todo mundo ao nosso redor me avisava ‘ó Rosalinda, não é legal isso que tá acontecendo, presta atenção!’ Eu tava sempre com os braços muito roxos, de apertão que ela dava. Quando eu entrei na faculdade, quando eu comecei a ter acesso a um certo estudo de gênero e sexualidade, quando eu fui apresentada ao termo relacionamento abusivo, e como ele se constitui que eu parei pra pensar “opa, tudo aquilo que eu vivi foi abusivo”, foi um ano e meio de sofrimento em que eu tava dentro de um relacionamento que eu queria sair e eu nunca conseguia sair, porque acabou que eu criei uma dependência dela. [ROSALINDA]

eu só fui considerar abusivo depois que já tinha acontecido. Que é tipo essa questão da roupa [crítica e controle do vestuário] ou falar pra não sair, ou não falar com fulano, que tal dia da semana cê tá com fulano...foram coisas que não percebi na hora, foi depois. [FLÁVIA]

[...]depois que desliguei o gravador, Flávia fez questão de frisar isso, sinalizou pra mim, com um levantar de sobrancelhas e inclinação do rosto em direção ao gravador, demonstrando que o que falasse dali pra frente não seria gravado. Confidenciou que a Ex, fez uma viagem que elas planejaram juntas. Que inicialmente o plano da viagem era só um desejo mesmo, porque não tinham dinheiro, mas que a Ex ficou insistindo para viajarem. Flávia arrumou a grana emprestada para viajarem, organizaram tudo e depois ela foi “desconvidada” da viagem. Era uma viagem pra cidade natal da Ex dela. E Flávia ficou muito chateada por não ter ido na viagem, mesmo depois de todo corre pra arrumar a grana. Durante a viagem a Ex ficou lhe enviando fotos, mandando mensagens com textos gigantescos falando o quanto seria bom que Flávia estivesse lá com ela, que era uma pena que Flávia não estivesse lá com ela. Flávia disse que quase pegou um avião e foi. Teria se endividado ainda mais. Quando a Ex de Flávia retornou da viagem mandou mensagem para que se reencontrassem. Na semana anterior ao o encontro a Ex enviou mensagem com mais textão, falando que

tava namorando outra pessoa. Para Flávia, ela quer ficar massageando o ego dela às suas custas. [diário de campo]

As percepções da maioria das interlocutoras entrevistadas nesta pesquisa oscilam em vários momentos, e por vezes resiste em conceber o relacionamento como abusivo no todo, e somente se solidifica após o rompimento do vínculo conjugal. Isso faz com que algumas delas refiram-se ao relacionamento como tranquilo ou “normal”, mas que existiam episódios de violências e/ou abusividades.

O trabalho do tempo possibilita às interlocutoras uma espécie de exercício autoetnográfico, onde o transcurso de tempo proporciona o estranhamento e distanciamento temporal e emocional para reinterpretação dos fatos. Isso é importante porque os eventos violentos raramente são interpretados e reelaborados no calor dos acontecimentos, o que dificulta que as interlocutoras organizem narrativamente suas vivências e possam compartilhá-las. (DAS, 1999)

Percebi que os momentos de conversas e entrevistas funcionaram como catalisador de uma disputa interna de interpretações por parte de algumas interlocutoras, fazendo com que elas, ao mesmo tempo em que conversávamos, reavaliassem alguns acontecimentos passados e os reinterpretassem com outra carga moral. Muitas vezes deixando de narrar sua conjugalidade de forma polarizada, onde só elas foram vitimizadas. É o que irei explorar adiante de forma mais detida.

### **3.3.2 “*Todos nós temos esse lado, né? O abusado e o abusador*”**

As experiências de conjugalidades lésbicas vividas por Dandara, Rosalinda, Agnes e Janaína dão conta de como as relações de poder marcam sua subjetividade e o curso da vida destas mulheres, e demonstra como as relações entre “abusado” e “abusador” se dão, e como devem ser analisados, como algo fluido, que oscila e tensiona a relação.

Sempre vai ter alguém dentro do relacionamento que tem mais poder que o outro, eu acredito pelo menos, alguém vai exercer esse poder. Não digo que eu não tive minhas atitudes abusivas também, porque nós, todos nós temos esse lado, né? O abusado e o abusador. Somos pessoas. Mas acredito que existem pessoas que elas estão mais propensas a estar nesse papel por questões públicas de marcadores mesmo. [...] Eu acredito que todo relacionamento ele tá fadado a algum momento [ser abusivo], talvez isso seja de grande impacto ou talvez não seja nada, mas não quer dizer que não aconteça. Eu acredito que o ser humano é violento, agora se essa violência vai ser emocional ou física, aí eu já não sei, mas eu acredito que vai acontecendo num momento. [DANDARA]

[...] E aí eu me lembrei que por mais que exista essa igualdade [de gênero], ela também de alguma forma vai se sobrepor entre mulheres, porque também são dois seres humanos e também vai ser abusivo em algum momento. Por mais rápido que seja, e por mais que não seja consciente, eu acho que vai ser abusivo em algum momento sim. Porque são as relações de poder. Como eu disse, nenhuma relação deixa de ser uma relação de poder. [...] Eu não aceito que tente podar a minha liberdade. Por mais que toda relação seja uma relação de poder a pessoa não pode....., e eu sendo a base da pirâmide social, a pessoa não pode fazer o que ela quiser, sentar em cima de mim e achar que eu vou aceitar isso, porque eu não aceito mais. [ROSALINDA]

É mais fácil pra eu avançar numa mulher do que eu avançar num homem. É que eu acho que a sensação de igualdade ela é maior, entendeu? Parece que por ela ser mulher eu tenho menos medo. [...] Eu tô tentando ser bem sincera, tentando reconhecer como que essas violências elas não são só da outra pessoa, entendeu. É tipo, “ai, eu sou uma santa e só a Ex que me fez mal o relacionamento inteiro”, eu acho que ela me fez mal, mas da mesma forma que eu tô te contando isso, provavelmente se você conversar com ela, ela vai te contar o lado dela, e ela foi violentada por mim, entendeu? Então assim. É tentando reconhecer que essas coisas elas estão na vida da gente, assim, estão na minha. Eu já falei pra não mexer no celular, pra não adicionar tal pessoa; é... eu num vou dizer que eu não fui pra cima dela porque eu fui mesmo. [AGNES]

eu acho que é muito uma questão de poder, pois falo mais quando vejo em outros relacionamentos, além de ser a questão do ciúme, é uma questão de querer mostrar quem que manda e tal, você diminuir a pessoa pra... a gente gosta de se sentir no comando das situações, acho que nos relacionamentos todos de modo geral tem um pouco da sua disputa de poder que gera muito um conflito disfarçado, e o que você quer demonstrar daquilo lá é que você tem mais poder que a pessoa. [JANAÍNA]

A convergência narrativa de Dandara, Rosalinda, Agnes e Janaína encontram ponto de interseção na noção de poder do filósofo e historiador Michel

Foucault<sup>30</sup>. Em determinados momentos, como os abordados na primeira seção deste capítulo, elas narram situações em que se reconhecem como sujeitadas ao poder da outra, em outro momento relatam que elas próprias exerceram o poder.

Não existe ‘o poder’, como objeto, que possa ser possuído ou tomado, o que existe são relações de poder, caminhos para identificar de que forma os sujeitos atuam<sup>31</sup>sobre os outros sujeitos isto é relações e interações díspares, heterogêneas e em constante transformação.

Nesta perspectiva, de micropolíticas e micropoderes, não há o monopólio do poder por uma ou outra, mas um feixe de relações que é constantemente tensionado pela disputa e exercício do poder.

Em alguns casos, como o de Raquel (demonstrado na seção anterior) é possível perceber o dispositivo utilizado por sua parceira para o disciplinamento de sua vestimenta. Em nenhum momento Raquel afirma que foi proibida de usar *short*, mas sim que sua namorada fazia pequenos comentários a respeito do seu modo de vestir. Não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos por isso, é seguro afirmar que os comentários da namorada de Raquel visavam ao amoldamento de seu comportamento, a um disciplinamento da sua subjetividade, anima docilização do seu corpo. Uma vez que, aos poucos e sem perceber, ela deixou de usar esse tipo de roupa.

Nesse caso, é possível perceber o dispositivo, isto é, os arranjos de poder em relações no cotidiano, que atua no disciplinamento de Raquel. Que ocorre de forma implícita, através de um poder de coerção sutil que atua mais no âmbito do controle psicológico e emocional da parceira do que em seu corpo, em si.

Necessário nos atentar ao fato de que nenhum poder estritamente repressivo, que proíbe imediatamente, se mantém sem resistência. Nos casos em

---

<sup>30</sup> Para o filósofo Michel Foucault “trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica do seu exercício (FOUCAULT, 1979, p. 182)

<sup>31</sup> Uso esta idéia de relações de poder no sentido de que “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”.(FOUCAULT, 1989, p.183).

que o poder se mantém exercido por uma pessoa, por certo tempo, percebe-se que ele atua no sentido de manipular e aprimorar, sutilmente, um comportamento produzindo um perfil, na pessoa sujeitada, que corresponda ao modelo de parceira romântica que a parceira idealizou. Como no exemplo citado, cria uma parceira que adota como estilo uma vestimenta mais formal.

Quando Dandara afirma que “*todos nós temos esse lado*” é importante percebermos que não há uma oposição binária, estanque e global entre “abusado” e “abusador”. Isso porque, como afirma Janaína “gostamos de nos sentir no comando das situações”, ou seja, o exercício de poder é algo buscado constantemente. De modo que as relações das interlocutoras são o resultado imediato das relações de poder exercidas, vividas e resistidas em seus relacionamentos.

Em alguns casos de assimetrias mais evidentes, como os de Rosalinda, Dandara, Raquel, Maria, Marta e Flávia, nos deparamos com uma parte que irá instituir a autoridade, ainda que precária e momentânea, e outra a obediência. Essa oposição entre quem irá exercer a autoridade e quem exercerá obediência não é permanente uma vez que todo poder pressupõe resistência. O que sobressalta aos olhos, então, é que o poder existe nas relações e embora todas as partes tenham acesso a seu exercício, tal acesso não se dá de forma igualitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da imersão em um campo com infinitas possibilidades analíticas emerge esta dissertação, escrita a partir de múltiplas trincheiras. Nela, não tenho a pretensão de esgotar a análise dos dados acessados em campo. Uma parte devastadora desses dados será melhor explorada em oportunidades futuras, como em *papers*, artigos e, quiçá em tese doutoral.

Chegar a estas considerações é um ato de resistência e perseverança. Minha formação inicial, na seara jurídica, muitas vezes dificultou o trato com o campo e com o modelo de escrita e produção de conhecimento antropológico. Ao longo destes anos, desde que ingressei no mestrado, em 2017, tive momentos de grande apaixonamento pela antropologia e alguns momentos de desilusão. Esses, pouco a pouco foram superados e aquela chama de entusiasmo com essa “nova” área do saber foi reaccesa.

Devido à falta de bolsas de estudo, durante 19 meses de mestrado conciliei os estudos com o trabalho. No período matutino frequentava às aulas e, no horário de almoço cruzava a cidade de Goiânia em direção ao presídio em que eu trabalhava, em Aparecida de Goiânia. Apesar das dificuldades, sou grata por ter cursado o mestrado em Antropologia Social na UFG. O ingresso na antropologia me apresentou uma nova possibilidade incrível de enxergar o mundo ao retirar, pelo menos parte, de minhas vendas etnocêntricas. É certo que meu percurso como antropóloga está em formação, mas acredito que, em maior ou menor grau, demonstrei que “estou pegando o jeito da coisa”.

Como eu disse, alcançar essas considerações finais é um ato de resistência. Resistência de todas as formas, de perseverança, mas também, de quase não ceder à eleição de determinados excertos de entrevistas e do diário de campo. Sinto que “ficaram de fora” tantas outras questões, outros detalhes que ainda precisam ser descritos e analisados.

Apesar desse sentimento, de não querer “preterir” nenhuma experiência, nenhum relato, nenhum compartilhamento, o tempo urge. Os prazos se foram, todos

eles, e para tornar possível a finalização desta dissertação é preciso fazer escolhas, definir recortes, traçar o fio narrativo e estabelecer um ponto final.

Assim, com fim de dar cabo à essa empreitada, desenhei, inclusive literalmente, um mapa mental onde fiz constar todos os temas e elementos surgidos em campo. Em seguida, observei as conexões entre os temas. E, por fim, optei pela análise de alguns temas e elementos que atravessaram de maneira recorrente as narrativas das interlocutoras sobre suas experiências em torno da conjugalidade lésbica e suas dinâmicas de poder.

Portanto, nesta dissertação busquei analisar os processos de construção de significados através de narrativas sobre experiências vividas por mulheres que se relacionam afetivo e sexualmente com outras mulheres. Todas essas mulheres são cisgênero, e, em sua maioria, lésbicas. A maioria delas são universitárias e pertencem à classe trabalhadora e se autodeclaram parda/negra/preta. São mulheres jovens, com idades entre 18 a 35 anos. Nenhuma delas possui deficiências nem necessidades específicas; apenas duas delas têm filhas.

Diante do campo analisado é possível perceber que a construção de sentidos sobre violência, abusividades e conflitos está alicerçada nas vivências anteriores à experiência conjugal e também são moldadas através das dinâmicas e operações das situações conjugais por elas vivenciadas.

Abordei, ainda que brevemente, a importância do trabalho do tempo para que as interlocutoras construam uma narrativa das violências e abusividades por elas vividos. Neste aspecto, algumas de minhas interlocutoras, durante nossas conversas problematizaram se suas próprias ações foram violentas e/ou abusivas. Uma vez que ambas as pessoas em relacionamento exercem e resistem ao poder constantemente, embora o acesso a esse exercício não opere de forma equânime entre elas.

Depreende-se que as experiências marcadas por violências e abusividades são fortemente marcadas em termos contextuais, relacionais e conjunturais. Isto é, a depender de determinadas circunstâncias, das pessoas com as quais as interlocutoras se relacionam e da combinação ou concorrência de alguns acontecimentos eles serão interpretados como violência, abusividade ou conflito. E, portanto, tais experiências comportam uma multiplicidade discursiva e semântica,

através de variadas formas de narrar e dar significados.

Do ponto de vista êmico, entre as interlocutoras algumas não se entendem como “vítimas” de violências e abusos, haja vista que ao utilizar “abusivo”, muitas vezes o adjetivo está relacionado à conjugalidade das amigas, isto é, das outras, e não o da própria interlocutora.

Da experiência de campo emergiu uma espécie de “núcleo central” nas práticas que podem ser entendidas como violências, abusividades e conflitos, mas à medida que determinadas práticas se afastam deste núcleo sua exata definição se torna impossível, porque suas zonas limítrofes são muito tênues.

Percebi que na maioria das narrativas há uma espécie de hierarquização gradativa entre as categorias. É como se, na metáfora de um alvo de dardos, violência ocupasse o lugar central, abusividade a região mediana, e os conflitos a região mais periférica do alvo.

Reforço, no meu ponto de vista, a grande contribuição dessa dissertação para os estudos lésbicos é o caráter relacional das categorias êmicas analisadas. Acredito que a maior contribuição desta etnografia é o descortinamento do que chamei “núcleo central” de práticas entendidas como violentas e/ou abusivas, bem como das dinâmicas e operações da violência conjugal nas relações lésbicas. Espero que esta pesquisa possa contribuir para ampliar os estudos e debates antropológicos, sobretudo no campo dos estudos lésbicos e da violência.

Restou, ainda, analisar com mais profundidade o trabalho do tempo na assimilação das experiências vividas como violentas ou abusivas. Outro tema que me pareceu muito relevante e merecedor de atenção, mas que não consegui analisar, foram os episódios de término dos relacionamentos abusivos narrados. Porque algumas interlocutoras alegam que não conseguiram gerir nem mesmo o término de uma relação que já não lhes fazia bem? Ainda não ficou evidente se as mulheres em relacionamento lésbico violento e/ou abusivo utilizam alguma estratégia para gerir a situação. Se encontram suporte em redes de apoio ou se socorrem-se ao Estado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Katianne de Sousa. Linhas da vida: uma metodologia feminista com suporte têxtil. Fazendo Gênero 10, Florianópolis, UFSC, 2010.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. Interseccionalidades. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

AVENA, D.T. (2010). A violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, 3(7), 99-107.

BUTLER, J. (2003). O parentesco sempre é tido como heterossexual?. Cadernos Pagu, 21, 219-260.

\_\_\_\_\_. Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade. Editor: Civilização Brasileira, 2008, p.236.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/ James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COSTA, J. M. B. (2013). Do lilás ao roxo: violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres. Dissertação de mestrado em psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife- Pe, Brasil.

COSTA, L. G., MACHADO, C. & ANTUNES, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: a face oculta da agressão na intimidade. Psychologica, 1, 2-15.

CORUJA, Paula. EXPRESSÕES DO(S) FEMINISMO(S): DISCUSSÕES DO PÚBLICO COM A *YOUTUBER* JOUT JOUT. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [2017], Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158674/001022383.pdf?sequence=1>, acesso em 06/11/2019.

CROMACK, Luiza (Org). Oficina de Idéias-Manual de Dinâmicas, Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA/UERJ): Rio de Janeiro, 2003.

CZUBA, Jéssica Nathália de Souza. Violência doméstica entre parceiros íntimos homossexuais. Tese submetida ao Programa de Mestrado em Psicocriminologia do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida – ISPA. Alfama, Portugal, 2015, 93p.

DAS, Veena. Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007, 281p.

\_\_\_\_\_. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 9-41, abr. 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, Feb. 2008. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em 07 de novembro de 2019.

DENNER, Fernando. A Genealogia do Poder em Michel Foucault. IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2009, p. 786-794. Disponível em: [http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV\\_MOSTRA\\_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO\\_DANNER.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf), com acesso em 12 de novembro de 2019

DINIZ, Débora (Ed); BRAGA, Kátia Soares; NASCIMENTO, Elise (orgs). Bibliografia Maria da Penha: violência contra a mulher no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2006, 320p.

ELISIO, Rita; NEVES, Sofia; PAULOS, Rita. A violência no namoro em casais do mesmo sexo: discursos de homens gays. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 117, p. 47-72, dez. 2018. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-74352018000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352018000400003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 07 de novembro de 2019.

ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina & FERREIRA, Carolina Branco de Castro, “Feminismo e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate”, in: Ciência e Cultura [online], vol. 68, n.3, pp. 04-05, 2016.

FERNANDES, C.S.R. (2016). Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: estudo exploratório sobre os mecanismos de apoio à vítima de violência na intimidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública – RAP: Rio de Janeiro 44(2) pp. 367-83, MAR./ABR. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEERTZ, C. *Savoir local, savoir global*. Lesliexdusavoir. Paris, PUF, 1986

GREGORI, M. F. (1992) *Cenas e Queixas – um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

\_\_\_\_\_. *As Desventuras do Vitimismo*. *Estudos Feministas*, Ano 1, n.º 1/93, 1º semestre de 1993.

GROSSI, M. P. (1994). *Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil*. *Revista Estudos Feministas*, v. esp, 473-484.

\_\_\_\_\_. (1998). *Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo conjugal*. In J. M. Pedro & M. G. (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres.

GRUPO TRANSAS DO CORPO. *Apresentação*. 2019. Disponível em: <http://transasdocorpo.org.br/index.php/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

HEILBORN, M. L. (2004) *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

HENNING, Carlos Eduardo. *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. 2014. 422 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

\_\_\_\_\_. *“Na minha época não tinha escapatória”: Teleologias, Temporalidades e heteronormatividade*. *Cadernos Pagu*(UNICAMP. Impresso), v.46, p. 341-371, 2016.

hooks, bell. *Vivendo de amor*. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. org. *O livro da saúde das mulheres negras*. 2.ª ed. Rio de Janeiro Pallas, 2006.

JOUTJOUT PRAZER, Canal do YouTube, criação do canal em 2014, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCbE7YGLZ-VY0oCgIsCSJ5Sg>

\_\_\_\_\_. *Não tira o Batom Vermelho*. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=l-3ocjJTPHg>, primeiro acesso em 06/06/2015.

KEANE, John. *Reflexiones sobre la violencia*. Madrid: Alianza Ensayo Editorial, 2000, p. 168. Tradução de Josefa Linares de la Puerta

LACOMBE, Andrea. *Ler [se] nas entrelinhas. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins/ Andrea Lacombe*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2010 X, Tese, 192 p.

\_\_\_\_\_. Ativismo e academia: que dizemos quando falamos a partir de e sobre o lesbianismo. In: Souza, Rolf Malungo de Coletânea Diversa Diversidades / Rolf Malungo de Souza - 1ª edição - Niterói, RJ Uff/Cead, 2015.

LOPES, Paulo Victor Leite. "Homens autores de violência doméstica": relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado - Rio de Janeiro, 2016. 269f. Orientadora: Adriana de Resende Barreto Vianna. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós - Graduação em Antropologia Social, 2016

LOPES, Evelly. JoutJout - Campo de Exposição, Laboratorio de Análise de Acontecimentos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (GRISLAB/UFMG), 2019. Disponível em <https://grislab.com.br/celebridades/jout-jout/> acesso em 06/11/2019.

LORDE, Audre. The Transformation of Silence into Language and Action. Apresentação lida no painel sobre lesbianismo e literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, em 28 de dezembro de 1977. GELEDES - Instituto da Mulher Negra, Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/> acesso em 02/09/2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 345p.

\_\_\_\_\_. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Tempos., São Paulo ,v.15, n. 1,p. 81-95,Apr.2003.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em Movimento. 2 ed., São Paulo Francis, 2010, 230p.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. Horiz. antropol. [online]. 1999, vol.5, n.12, pp.69-82

MEDEIROS, C. P. (2006). Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. Revista Estudos Feministas, 14 (2), 535-547.

MELLO, L.(2003) Para Além do Heterocentrismo: a construção da conjugalidade homossexual. Estudos de Sociologia, [S.l.], v. 1, n. 9, p. 91-116. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235435>. Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. (2004). Novas famílias – conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_. (2005). Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. CadernosPagu (24),197-225.

MELLO, L., GROSSI, M. P. & UZIEL, A. P. (2006). Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 481-487.

MOORE, Henrietta L., *A Passion for Difference. Essays in Anthropology and Gender*. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1994, pp.49-70. (Capítulo 3: Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Adriana Piscitelli.) *Cadernos Pagu* (14) 2000: pp.13-44.

MOORE, Henrietta. 2000. "Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência". *Cadernos Pagu* (14), pp.13-44.

OLIVEIRA, Djaci David de; GERALDES, Elen Cristina; LIMA, Ricardo Barbosa de. Primavera já Partiu retrato dos homicídios femininos no Brasil. Brasília: MNDH, 1998, 216p, *Violência em Manchete* v.

NUNAN, A. (2004). Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *Psico*, 35(1), 69-78.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 1996, v. 39 nº 1

OLIVEIRA, Micheline Ramos de. Uma visita a Georg Simmel: o "conflito" como uma categoria crítica de análise conceitual fundamental para os estudos antropológicos de violências no Brasil. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, Volume 43, Número 2, p. 537-548, Outubro de 2009.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. (2012). A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. *Revista De Antropologia*, 53(2). Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/36432/40414>

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL (ONG) TRANSAS DO CORPO (1987). Disponível em <http://transasdocorpo.org.br/index.php/institucional/>

PEIRANO, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito IN: Sociedade me Foco*, Heloisa Buarque de Almeida e José Swako, Berlendis editores Ltda., São Paulo-SP, 2009, p. 119.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

RIFIOTIS, T. *Nos campos da violência: diferença e positividade*. *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis (19). (1997)

\_\_\_\_\_. *Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais*". *Revista de Ciências Sociais*. UFC. 37(2). (2006)

\_\_\_\_\_. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. Revista Katálisis. Florianópolis, Vol. 11, N.º2, p 225-236, jul/dez/2008.

\_\_\_\_\_. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero” cadernos pagu(45), julho-dezembro de 2015:261-295. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201500450261>

RODROL, Lika; FINCO, Nina. JoutJout, a youtuber e ex-tímida que virou cronista de uma geração. Revista Época on-line, 2016. Disponível em  
<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/06/jout-jout-youtuber-e-ex-timida-que- virou-cronista-de-uma-geracao.html>, acesso em 06/11/2019

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres. S.O.S Corpo, Recife, 1993, tradução de Christine Rufino Dabat e Sônia Corrêa.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (2004). Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

SANTOS, A. C. (2012). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. Revista Crítica de Ciências Sociais, 98, 3-24.

SANTOS, C. M. & IZUMINO, W. P. (2005). Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, 16 (1), 147-164.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Apr. 2011. Disponível em  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 de novembro de 2019.

SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudança de sensibilidades do que é violência. In: Seminário FESPSP/Incertezas do Trabalho. São Paulo, 2017. Disponível em  
[https://www.fesp.org.br/seminarios/anaisVI/GT\\_13/Fernanda\\_Sousa\\_GT13.pdf](https://www.fesp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf)

TOPA, H. (2009). Violência doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, Portugal.

\_\_\_\_\_. (2010). No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas. LESOnline, 2(1), 13-21.

URIARTE, UrpiMontoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe [Online], 11 | 2012.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

\_\_\_\_\_. Encarte Especial sobre Violência, *Revista Ciência Hoje*, janeiro/ fevereiro, 1987.

**ANEXO I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA NO ÂMBITO DA PESQUISA 'MAS, ENTRE MULHERES? COMO ASSIM!?:**

**UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS EM NARRATIVAS SOBRE CONJUGALIDADES LÉSBICAS EM GOIÂNIA**

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Data de Nascimento:
4. Naturalidade:
5. Quando chegou em Goiânia?
6. Quais foram as razões para a mudança para Goiânia?
7. Raça/cor/etnia: Branco ( ) Preto ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Indígena ( )
8. Você possui alguma deficiência? Qual?
9. Qual seu grau de escolaridade?
10. Atualmente vive só ou com mais pessoas? Quais?
11. Qual é a renda per capita da sua família (que mora com você) em salários mínimos?
12. Como você define a sua identidade de gênero?
13. Já se relacionou ou se envolveu com garotos/homens?
14. Já se relacionou ou se envolveu com garotas/mulheres?
15. Qual sua orientação sexual?
16. Quando você sai para divertir-se a quais locais gosta de ir?
17. Qual seu status conjugal? Atualmente você está envolvida ou se relaciona com alguém? (se sim, pedir resposta aos itens 1 a 16 da outra pessoa)
18. Você ou sua companheira tem filhos?
19. Como é a relação com os filhos uma da outra?
20. Como você classificaria esse “envolvimento/relacionamento”, qual nome daria a ele?
21. Você já teve alguns envolvimento/relacionamentos anteriores? Pode me dizer, em linhas gerais, como foram?
22. Onde vocês, enquanto pessoas envolvidas entre si, gostam ou gostavam de ir?
23. Você já teve algum tipo de conflito no âmbito de seus envolvimento e relacionamentos”? Como ou quais foram?
24. Neste contexto de relacionamento afetivo, você já foi xingada? Já xingou? Ou presenciou alguma amiga passando por essa situação?

25. Já puxou o cabelo, ou teve seu cabelo puxado ou presenciou alguma amiga passando por essa situação?
26. Já foi empurrada ou empurrou alguém com quem está (ou esteve) envolvida? Ou presenciou alguma amiga passando por essa situação?
27. Já teve sua roupa, sua aparência, sua maquiagem ou a falta dela, criticada pela outra?
28. As roupas, a maquiagem ou a falta dela, a aparência de modo geral, de sua companheira/namorada/mulher/esposa/amante já te incomodou de alguma forma? Você chegou a expressar isso a ela? Como?
29. Já arranhou alguém ou foi arranhada, em contexto de conflito conjugal?
30. Você considera que essas práticas de xingamento, críticas severas, puxões de cabelo, arranhões etc. Compõem uma dinâmica de comunicação saudável no relacionamento?
31. Você já quebrou, jogou fora, ou deu pra alguém, sem o consentimento da outra, algum objeto que ela gostava muito? Ela já fez isso com você? Conhece alguma mulher que já passou por isso?
32. Você já usou dinheiro ou cartão dela sem ela saber/deixar? Ela já fez isso contigo?
33. Ela já “jogou” com seus sentimentos, falando que se fizesse ou deixasse de fazer tal coisa era porque não gostava dela?
34. Você já rasgou alguma roupa dela que você não gostava? Qual peça? Ela já fez isso contigo? Como foi?
35. Você classificaria esse(s) conflito(s) como uma deselegância, falta de educação, arbitrariedade, abusividade ou daria alguns outros nomes a eles?
36. Ter se envolvido ou se relacionado com algum homem é, ou foi, motivo de conflitos, desentendimentos ou brigas em alguns de seus envolvimento/relacionamentos com mulheres?
37. Havia diferença de idade entre você e sua namorada/companheira/esposa/amante? Isso parecia ser motivo de conflitos? Quais? Como vocês resolviam essa situação?

38. Se fosse possível dizer que dentro do seu relacionamento/envolvimento alguma de vocês duas assumia performances mais masculinas e outra mais femininas, como você classificaria a sua?
39. Você acha que essa performance, masculinizada ou feminina, pode ter sido uma vantagem, ou fator de humilhação, para uma ou para outra?
40. Quando vocês estavam em ambientes públicos, essa performance era mais evidente? Você sentia vergonha disso?
41. Você tinha seus amigos e ela os dela, ou vocês só tinham amigos que eram amigos de ambas do casal?
42. Você já pediu à sua namorada/parceira/esposa/amante/companheira que não visse ou falasse com alguma das amigas dela? Ela já te pediu que deixasse de ver ou falar com alguma amiga sua?
43. Como ficaram as amizades após o rompimento, ou término do relacionamento/envolvimento?
44. Vocês tem o costume de ler as mensagens pessoais de Whatsapp, facebook, e-mail, SMS, etc. Uma da outra? Ambas sabem e estão de acordo sobre isso?
45. Vocês tinham o costume de controlar as ligações que faziam ou recebiam? Como era feito esse controle? Você acha que isso é normal nos relacionamentos?
46. Você se considera ciumenta? Acha que sua namorada/parceira/esposa/amante/companheira é, ou foi, muito ciumenta?
47. Você acredita que os conflitos, brigas, abusividades ou violências nos relacionamentos acontecem em razão de ciúmes? Isso é demonstração de cuidado?
48. Você acredita que é possível que um relacionamento entre duas mulheres seja conflituoso, violento e/ou abusivo? Por quê?
49. Você já presenciou, consigo ou com amiga próxima, algum ato que classificaria como violento, abusivo ou conflituoso? Como vocês resolveram essa situação?

50. Hoje, no seu entendimento, qual era a melhor coisa a ser feita nessa situação?  
Qual era a melhor saída?
51. Quais as estratégias você, ou vocês, usou para gerir a situação de conflito?
52. Você acha que esse conflito pode ter gerado alguma abusividade ou violência no âmbito do envolvimento/relacionamento?
53. O que você classificaria como abuso em um relacionamento?
54. O que você classificaria como violento no relacionamento?
55. Em sua opinião, como se caracterizaria um relacionamento abusivo?
56. Em sua opinião, como se caracterizaria um relacionamento violento?
57. Quando e como você percebeu que seu relacionamento/envolvimento era violento, abusivo ou conflituoso?
58. Como você conseguiu sair do relacionamento que não tava legal?
59. Como foi esse processo de término?
60. Você acha que nós, mulheres, devemos falar mais sobre violência conjugal?  
Ou considera que isso é muito íntimo e não é “de bom tom” que falemos sobre isso?
61. Se você pudesse aconselhar uma amiga que estivesse em uma situação conjugal que você considerasse violenta ou abusiva, o que você diria a ela?
62. Para você, quais são os sinais mais evidentes de um relacionamento abusivo ou violento?
63. Como você acha que essa pesquisa pode ajudar, de alguma forma, para resolver esse tipo de questão?

## ANEXO II - QUADRO COM INFORMAÇÕES GERAIS DAS INTERLOCUTORAS

NOME	IDADE	STATUS CONJUGAL	RENDA FAMILIAR PER CAPITA	COR/RAÇA	PRÁTICAS, IDENTIDADES SEXUAIS	FILHO	NATURALIDADE	ENTREVISTA
Agnes	24	Noiva	R\$ 1.493,00	Branca	Lésbica	não	Correntina-BA	Realizada pessoalmente, na sala do apartamento que ela compartilha com seu irmão
Ana	24	solteira	R\$ 1.000,00	Branca	Lésbica	não	Trindade-GO	Realizada remota e virtualmente, através do software Skype
Bruna	28	Namorando	R\$ 1.675,00	Branca	Lésbica	não	Goiânia-GO	Realizada pessoalmente no Laboratório de Imagem e Som da UEG – LIS)
Camila	24	Namorando	R\$ 1.333,33	Preta	Lésbica	Não	Brasília-DF	Realizada pessoalmente em uma das salas de aulas da UEG
Dandara	22	solteira	R\$ 400,00	Negra	Pansexual	não	Goiânia-GO	Realizada no Bosque dos Buritis, próx. Ao Monumento à Paz

Flávia	35	Solteira	R\$ 2.500,00	Negra	Bissexual	Sim	São Paulo-SP	Realizada pessoalmente, na sala de processamento técnico da biblioteca da UFG-Sambaíba
Janaína	31	Namorando	R\$ 2.500,00	Parda	Lésbica	Não	Goiânia-GO	Realizada pessoalmente, na sala do apartamento que ela compartilha com sua mãe
Jéssica	32	Solteira	R\$ 998,00	Parda	Bissexual	não	Brasília-DF	Entrevista remota, realizada através de envio de questionário via <i>e-mail</i>
Juliana	18	Namorando	R\$ 5.000,00	Parda	Lésbica	não	Goiânia-GO	Realizada pessoalmente no quarto dela - casa da família
Maria	22	Namorado	R\$ 1.800,00	Branca	Bissexual	não	Goiânia-GO	Realizada pessoalmente, na sala do apartamento que ela compartilha com seu irmão
Marta	20	casada	R\$ 600,00	Parda	Lésbica	Não	Maceio-AL	Realizada pessoalmente, sala da casa que ela compartilha com sua família

Patrícia	23	Casada	R\$ 3.500,00	Não quis se auto-declarar	Pansexual	Sim	Goiânia-GO	Realizada pessoalmente, no barracão da empresa onde ela trabalha
Raquel	23	namorando	Não sabedizer	Parda	Bissexual	não	Guaxupé-MG	realizada pessoalmente, na área comum do condomínio de bloquinhos onde ela mora com os pais
Rosalinda	24	solteira	R\$ 800,00	Preta	Bissexual	não	Goiatuba-GO	Realizada pessoalmente, no pátio da faculdade de Letras-UFG-Samambaia
Sandra	24	Solteira	R\$ 900,00	Preta	Lésbica	não	Corrente-PI	Realizada pessoalmente, na sala da casa compartilhada onde ela mora com outros jovens universitários
Sara	35	Solteira	R\$ 1.333,33	Morena clara	Lésbica	Não	Palmas-TO	Realizada pessoalmente, na sala da casa que ela compartilha com duas tias

Susie	25	Namorando	R\$ 1.333,33	Branca	Lésbica	não	Goiatuba-GO	Realizada pessoalmente, na sala da casa que ela compartilha com suas mãe e namorada
-------	----	-----------	--------------	--------	---------	-----	-------------	---